

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/04/2012 à 31/03/2013	10
DMPL - 01/04/2011 à 31/03/2012	11
DMPL - 01/04/2010 à 31/03/2011	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/04/2012 à 31/03/2013	23
DMPL - 01/04/2011 à 31/03/2012	25
DMPL - 01/04/2010 à 31/03/2011	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	67
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	162
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	164
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	165
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	166

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	407.214.353
Preferenciais	0
Total	407.214.353
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.184.039
Preferenciais	0
Total	2.184.039

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 31/03/2011
1	Ativo Total	17.259.051	13.852.630	11.435.209
1.01	Ativo Circulante	697.882	664.761	765.464
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	311.487	316.539	372.318
1.01.03	Contas a Receber	0	0	44.782
1.01.04	Estoques	0	0	92.571
1.01.06	Tributos a Recuperar	50.898	33.777	105.134
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	335.497	314.445	150.659
1.01.08.03	Outros	335.497	314.445	150.659
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	18.220	18.233	2.719
1.01.08.03.02	Títulos e Valores Mobiliários	14.276	0	0
1.01.08.03.03	Outros Ativos Financeiros	59.299	0	0
1.01.08.03.04	Créditos com Partes Relacionadas	22.376	26.627	73.939
1.01.08.03.05	Dividendos a receber	204.179	243.790	0
1.01.08.03.06	Outros créditos	17.147	25.795	74.001
1.02	Ativo Não Circulante	16.561.169	13.187.869	10.669.745
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.281.820	1.422.359	835.788
1.02.01.05	Ativos Biológicos	0	0	532.140
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	548.253	712.276	71.233
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	733.567	710.083	232.415
1.02.01.09.03	Adiantamentos a Fornecedores	0	0	7.045
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	0	0	4.622
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	210.451	206.633	17.574
1.02.01.09.06	Outros Ativos Financeiros	151.168	140.820	201.773
1.02.01.09.07	Outros Créditos	371.948	362.630	1.401
1.02.02	Investimentos	15.249.829	11.660.289	8.290.188
1.02.03	Imobilizado	29.328	21.554	1.177.298
1.02.04	Intangível	192	83.667	366.471

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 31/03/2011
2	Passivo Total	17.259.051	13.852.630	11.435.209
2.01	Passivo Circulante	1.810.834	266.860	561.582
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.519	11.579	54.199
2.01.02	Fornecedores	1.925	1.798	99.630
2.01.03	Obrigações Fiscais	59.723	62.597	33.758
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.131.809	0	110.526
2.01.05	Outras Obrigações	601.858	190.886	263.469
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	396.965	113.783	29.001
2.01.05.02	Outros	204.893	77.103	234.468
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	175.117	14.376	190.285
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	10.009	0	0
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	19.767	62.727	44.183
2.02	Passivo Não Circulante	5.654.298	4.433.977	4.414.766
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.378.962	337.733	1.551.236
2.02.02	Outras Obrigações	2.830.330	2.663.479	2.538.037
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.108.449	1.906.539	2.401.518
2.02.02.02	Outros	721.881	756.940	136.519
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	655.425	670.463	88.717
2.02.02.02.04	Outras obrigações	66.456	86.477	47.802
2.02.03	Tributos Diferidos	1.110.053	1.076.506	247.351
2.02.04	Provisões	334.953	356.259	78.142
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	334.953	356.259	78.142
2.03	Patrimônio Líquido	9.793.919	9.151.793	6.458.861
2.03.01	Capital Social Realizado	4.691.822	4.691.822	4.691.822
2.03.02	Reservas de Capital	1.028.346	622.867	518.063
2.03.02.04	Opções Outorgadas	851.391	672.667	660.743
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-50.899	-67.663	-19.405
2.03.02.08	Outros componentes do patrimônio líquido	227.854	17.863	-123.275

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 31/03/2011
2.03.04	Reservas de Lucros	4.073.751	3.837.104	1.248.976
2.03.04.01	Reserva Legal	225.322	193.411	63.119
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.311.393	0	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	368.885	2.475.542	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.168.151	1.168.151	1.185.857

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	1.296	2.104.078
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-2.410	-1.499.465
3.03	Resultado Bruto	0	-1.114	604.613
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	997.411	2.951.085	29.918
3.04.01	Despesas com Vendas	0	0	-159.075
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-110.453	-99.560	-263.486
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	80.033	22.661	6.093
3.04.04.01	Efeitos de formação das JVs	0	22.661	0
3.04.04.03	Outras Receitas	80.033	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-62.614	-54.036
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.027.831	3.090.598	500.422
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	997.411	2.949.971	634.531
3.06	Resultado Financeiro	-522.597	-619.378	279.827
3.06.01	Receitas Financeiras	126.179	70.962	67.181
3.06.02	Despesas Financeiras	-648.776	-690.340	212.646
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	474.814	2.330.593	914.358
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	24.493	210.993	-142.793
3.08.01	Corrente	2.838	2.429	-2.429
3.08.02	Diferido	21.655	208.564	-140.364
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	499.307	2.541.586	771.565
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	138.918	64.248	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	638.225	2.605.834	771.565
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,2333	6,272	1,9
3.99.01.02	ON	0,343	0,159	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,22	6,18	1,9

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
3.99.02.02	ON	0,339	0,156	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	638.225	2.605.834	771.565
4.02	Outros Resultados Abrangentes	209.991	141.138	-162.387
4.02.01	Efeito de conversão de moeda estrangeira de subsidiária-CTA	15.821	7.415	346
4.02.02	Instrumento financeiros derivativos/hedge de fluxo de caixa	54.083	238.503	-217.118
4.02.03	Plano de pensão (benefícios a empregados)	-52.253	-35.893	-29.447
4.02.04	Efeito de imposto de renda e contribuição social diferido	103.121	-68.887	83.832
4.02.05	Variação do valor justo dos instrumentos financeiros disponíveis para venda	5.901	0	0
4.02.06	Propriedades para investimento	83.318	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	848.216	2.746.972	609.178

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-406.317	252.755	699.484
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-176.855	-516.010	561.663
6.01.01.01	Lucro Líquido antes de IR/CS	474.814	2.330.593	771.565
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.301	1.897	79.190
6.01.01.03	Ativos biológicos	0	0	92.497
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-1.027.831	-3.090.598	-500.422
6.01.01.05	Perda (ganho) apurada nas baixas do ativo permanente	-111.008	48	-1.069
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	140.364
6.01.01.08	Constituição de provisão para demandas judiciais	-4.360	70.661	0
6.01.01.10	Opções outorgadas reconhecidas	13.295	10.800	2.961
6.01.01.12	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	476.934	104.586	-2.568
6.01.01.13	Resultado formação JV	0	69.476	0
6.01.01.15	Outras	0	-13.473	-20.855
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-229.462	768.765	137.821
6.01.02.01	Duplicatas a receber de clientes	-2.959	-4.058	175.889
6.01.02.02	Caixa restrito	13	-21.440	42.253
6.01.02.03	Estoques	0	628	-35.138
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-7.146	75.979	6.027
6.01.02.05	Adiantamentos a fornecedores	0	-18.245	24.634
6.01.02.06	Fornecedores	127	14.442	-16.733
6.01.02.07	Partes Relacionadas	27.468	658.825	-74.224
6.01.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	-3.554	-274.364	18.060
6.01.02.09	Impostos e contribuição social a pagar	-60.563	97.309	-7.803
6.01.02.10	Provisão demandas judiciais	-17.081	240.432	1.079
6.01.02.11	Ordenados e salários a pagar	3.940	8.938	5.440
6.01.02.12	Outros ativos e passivos, líquidos	-169.707	-9.681	-1.663
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.381.965	-67.615	-619.012
6.02.01	Aquisições, líquidas de caixa adquirido	-3.465.028	-148.120	-75.985

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
6.02.02	Dividendos recebidos	751.198	64.845	113.532
6.02.03	Adições ao imobilizado, software e outros intangíveis	-14.432	-5.538	-430.233
6.02.04	Gastos com o plantio e tratos de cana	0	0	-253.535
6.02.06	Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes	0	0	27.209
6.02.07	Caixa recebido na incorporação Cosan Distribuidora de Combustível	0	21.198	0
6.02.08	Caixa recebido na venda de operação descontinuada	342.355	0	0
6.02.10	Caixa recebido na venda de ativos imobilizados, intangível e investimentos, líquido de caixa contrib	1.003.942	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.783.230	-240.919	5.921
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	3.300.000	0	744.860
6.03.02	Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	-1.210.197	0	-1.333.722
6.03.03	Integralização de capital	0	0	3.996
6.03.05	Compra de ações em tesouraria	0	-48.258	-15.219
6.03.06	Dividendos pagos	-240.837	-192.661	-193.095
6.03.07	Partes relacionadas	0	0	799.101
6.03.08	Aquisição de participação de acionistas não controladores	-82.500	0	0
6.03.09	Exercício de plano de opção de compra de ações	16.764	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.052	-55.779	86.393
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	316.539	372.318	285.925
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	311.487	316.539	372.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2012 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.691.822	605.004	3.837.104	0	17.863	9.151.793
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.691.822	605.004	3.837.104	0	17.863	9.151.793
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	28.223	236.647	-638.225	0	-373.355
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	13.295	0	0	0	13.295
5.04.06	Dividendos	0	0	-250.000	-151.578	0	-401.578
5.04.08	Exercício de plano de opção de compra de ações	0	16.764	0	0	0	16.764
5.04.09	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-1.836	0	0	0	-1.836
5.04.10	Constituição de reserva estatutária	0	0	454.736	-454.736	0	0
5.04.11	Constituição de reserva legal	0	0	31.911	-31.911	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	167.265	0	638.225	209.991	1.015.481
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	638.225	0	638.225
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	167.265	0	0	209.991	377.256
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial - Efeito conversão moeda estrangeira - CTA	0	0	0	0	15.821	15.821
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge Accounting	0	0	0	0	35.695	35.695
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial - Propriedade para investimento	0	0	0	0	190.735	190.735
5.05.02.09	Plano de Pensão	0	0	0	0	-34.487	-34.487
5.05.02.10	Variação do valor justo de instrumento financeiro disponível para venda	0	0	0	0	2.227	2.227
5.05.02.11	Efeito de reestruturação societária no grupo Raizen	0	171.422	0	0	0	171.422
5.05.02.12	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-4.589	0	0	0	-4.589
5.05.02.13	Efeito de combinação de negócio - Radar	0	432	0	0	0	432
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.691.822	800.492	4.073.751	0	227.854	9.793.919

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2011 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.691.822	641.338	1.248.976	0	-123.275	6.458.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.691.822	641.338	1.248.976	0	-123.275	6.458.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-37.458	-16.748	0	0	-54.206
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	10.800	0	0	0	10.800
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-48.258	0	0	0	-48.258
5.04.06	Dividendos	0	0	-16.748	0	0	-16.748
5.05	Resultado Abrangente Total	0	1.124	-958	2.605.834	141.138	2.747.138
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.605.834	0	2.605.834
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	1.124	-958	0	141.138	141.304
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	7.415	7.415
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial Hedge accounting	0	0	0	0	53.140	53.140
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial - baixa do hedge por formação das JVs	0	0	0	0	104.272	104.272
5.05.02.08	Efeito reflexo de reestruturação societária no grupo Rumo	0	-3.199	0	0	0	-3.199
5.05.02.09	Efeito da Capitalização de dividendos em controladas	0	0	-958	0	0	-958
5.05.02.10	Efeito reflexo (em controladas)	0	4.323	0	0	0	4.323
5.05.02.11	Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Pensão	0	0	0	0	-23.689	-23.689
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.605.834	-2.605.834	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.475.542	-2.475.542	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	130.292	-130.292	0	0
5.07	Saldos Finais	4.691.822	605.004	3.837.104	0	17.863	9.151.793

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2010 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.687.826	487.143	744.089	0	0	5.919.058
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.687.826	487.143	744.089	0	0	5.919.058
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.996	50.009	0	0	0	54.005
5.04.01	Aumentos de Capital	3.996	0	0	0	0	3.996
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.961	0	0	0	2.961
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-15.219	0	0	0	-15.219
5.04.08	Emissão de ações da Rumo para acionistas não controladores	0	206.404	0	0	0	206.404
5.04.09	Efeito reflexo sobre colocação de ações em controlada	0	-839	0	0	0	-839
5.04.10	Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge Accounting	0	-143.298	0	0	0	-143.298
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-19.089	0	771.565	0	752.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	771.565	0	771.565
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-19.089	0	0	0	-19.089
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	346	0	0	0	346
5.05.02.06	Plano de pensão	0	-19.435	0	0	0	-19.435
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	504.887	-771.565	0	-266.678
5.06.04	Dividendos propostos	0	0	0	-183.247	0	-183.247
5.06.05	Dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios - AGO de 30 de julho de 2010	0	0	-83.431	0	0	-83.431
5.06.06	Constituição de reserva legal	0	0	38.578	-38.578	0	0
5.06.07	Constituição de reservas	0	0	549.740	-549.740	0	0
5.07	Saldos Finais	4.691.822	518.063	1.248.976	0	0	6.458.861

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
7.01	Receitas	124.042	32.438	2.250.992
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	1.341	2.245.101
7.01.02	Outras Receitas	124.042	31.097	6.093
7.01.02.02	Outras Receitas	124.042	8.436	6.093
7.01.02.03	Efeito Formação JV	0	22.661	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	-202
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.426	-120.832	-1.534.541
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-2.410	-1.074.071
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-86.426	-118.422	-460.470
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.616	-88.394	716.451
7.04	Retenções	-1.301	-1.897	-79.190
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.301	-1.897	-79.190
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	36.315	-90.291	637.261
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.114.351	3.275.547	1.074.838
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.027.831	3.090.598	500.422
7.06.02	Receitas Financeiras	86.520	184.949	574.416
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.150.666	3.185.256	1.712.099
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.150.666	3.185.256	1.712.099
7.08.01	Pessoal	56.668	41.478	263.081
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-15.508	-198.773	283.816
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	610.199	800.965	393.637
7.08.03.01	Juros	609.117	800.578	294.589
7.08.03.02	Aluguéis	1.082	387	99.048
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	499.307	2.541.586	771.565
7.08.04.02	Dividendos	401.578	0	183.247
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	97.729	2.541.586	588.318

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 31/03/2011
1	Ativo Total	33.800.035	22.124.135	18.146.309
1.01	Ativo Circulante	6.563.643	4.715.135	3.462.254
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.487.860	1.616.169	1.254.070
1.01.03	Contas a Receber	1.691.559	963.586	594.857
1.01.04	Estoques	911.910	748.150	670.331
1.01.06	Tributos a Recuperar	431.566	325.096	374.991
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.040.748	1.062.134	568.005
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	85.426	0	0
1.01.08.03	Outros	955.322	1.062.134	568.005
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	92.596	94.268	187.944
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	115.364	19.590	55.682
1.01.08.03.04	Créditos com Partes Relacionadas	217.681	678.374	14.669
1.01.08.03.05	Outros ativos financeiros	59.299	40.080	0
1.01.08.03.06	Dividendos a receber	0	861	0
1.01.08.03.07	Outros Créditos	364.526	228.961	309.710
1.01.08.03.08	Títulos e Valores Mobiliários	105.856	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	27.236.392	17.409.000	14.684.055
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.471.419	4.190.753	2.953.715
1.02.01.05	Ativos Biológicos	989.239	968.023	1.561.132
1.02.01.06	Tributos Diferidos	388.732	543.024	116.986
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	681.512	753.153	91.954
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.411.936	1.926.553	1.183.643
1.02.01.09.03	Adiantamentos a Fornecedores	14.856	21.865	46.037
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	136.305	111.856	55.066
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	544.895	509.235	218.371
1.02.01.09.06	Outros Ativos Financeiros	627.137	790.402	420.417
1.02.01.09.07	Outros Créditos	501.750	493.195	443.752
1.02.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	113.555	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 31/03/2011
1.02.01.09.09	Propriedades para Investimento	2.473.438	0	0
1.02.02	Investimentos	168.032	419.029	304.142
1.02.03	Imobilizado	7.435.103	7.866.963	7.980.524
1.02.04	Intangível	13.161.838	4.932.255	3.445.674

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 31/03/2011
2	Passivo Total	33.800.035	22.124.135	18.146.309
2.01	Passivo Circulante	4.710.438	2.077.938	2.457.376
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	274.430	183.660	183.560
2.01.02	Fornecedores	1.387.651	606.029	558.766
2.01.03	Obrigações Fiscais	246.049	241.719	245.284
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.098.518	537.135	916.400
2.01.05	Outras Obrigações	703.790	509.395	553.366
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	117.360	175.030	41.163
2.01.05.02	Outros	586.430	334.365	512.203
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	177.481	16.760	190.285
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	28.163	9.611	132.289
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	380.786	307.994	189.629
2.02	Passivo Não Circulante	15.693.925	10.429.823	8.904.587
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.514.120	4.476.942	6.274.895
2.02.02	Outras Obrigações	2.417.746	2.457.774	1.050.792
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	318.465	389.718	4.444
2.02.02.02	Outros	2.099.281	2.068.056	1.046.348
2.02.02.02.03	Obrigações fiscais	970.310	1.202.624	639.071
2.02.02.02.04	Passivo Atuarial	376.059	37.312	24.380
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	752.912	828.120	382.897
2.02.03	Tributos Diferidos	2.616.711	2.443.430	912.618
2.02.04	Provisões	1.145.348	1.051.677	666.282
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.145.348	1.051.677	666.282
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	13.395.672	9.616.374	6.784.346
2.03.01	Capital Social Realizado	4.691.822	4.691.822	4.691.822
2.03.02	Reservas de Capital	1.028.346	622.867	518.063
2.03.02.04	Opções Outorgadas	851.391	672.667	660.743
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-50.899	-67.663	-19.405

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/03/2013	Penúltimo Exercício 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 31/03/2011
2.03.02.07	Outros componentes do patrimônio líquido	227.854	17.863	-123.275
2.03.04	Reservas de Lucros	4.073.751	3.837.104	1.248.976
2.03.04.01	Reserva Legal	225.322	193.411	63.119
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.311.393	0	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	368.885	2.475.542	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.168.151	1.168.151	1.185.857
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.601.753	464.581	325.485

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	30.016.488	23.390.450	18.063.480
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.684.266	-20.887.643	-15.150.079
3.03	Resultado Bruto	3.332.222	2.502.807	2.913.401
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.733.684	1.670.157	-1.575.643
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.292.312	-1.052.311	-1.026.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-826.546	-629.868	-541.002
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	375.595	3.319.068	61.473
3.04.04.01	Efeitos de formação das JVs	0	3.196.632	0
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	0	122.436	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-49.281	0	-95.301
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	58.860	33.268	25.187
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.598.538	4.172.964	1.337.758
3.06	Resultado Financeiro	-607.376	-476.051	-146.688
3.06.01	Receitas Financeiras	331.366	220.824	308.228
3.06.02	Despesas Financeiras	-938.742	-696.875	-454.916
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	991.162	3.696.913	1.191.070
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-261.765	-1.116.371	-414.508
3.08.01	Corrente	-294.638	-133.913	-85.437
3.08.02	Diferido	32.873	-982.458	-329.071
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	729.397	2.580.542	776.562
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	138.918	64.248	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	868.315	2.644.790	776.562
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	638.225	2.605.834	771.565
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	230.090	38.956	4.997
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,233	6,272	1,9
3.99.01.02	ON	0,343	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,22	6,18	1,9
3.99.02.02	ON	0,339	0,156	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	868.315	2.644.790	776.562
4.02	Outros Resultados Abrangentes	214.895	141.138	-162.387
4.02.01	Efeito de conversão de moeda estrangeira de subsidiária	15.821	7.415	346
4.02.02	Perdas líquidas com instrumentos financeiros derivativos/hedge de fluxo de caixa	54.083	238.503	-217.118
4.02.03	Plano de pensão (benefícios a empregados)	-52.253	-35.893	-29.447
4.02.04	Efeito de imposto de renda e contribuição social diferido	103.121	-68.887	83.832
4.02.05	Variação do valor justo de instrumento financeiro disponível para venda	10.805	0	0
4.02.06	Propriedades para investimento	83.318	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.083.210	2.785.928	614.175
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	848.216	2.746.972	609.178
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	234.994	38.956	4.997

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.350.102	1.961.456	2.337.098
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.121.421	2.270.851	2.268.284
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR/CS	991.162	3.696.913	771.565
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.544.087	1.141.064	1.359.000
6.01.01.03	Ativos Biológicos	112.511	-60.093	-381.894
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-58.860	-33.268	-25.187
6.01.01.05	Perda (ganho) apurada nas baixas do ativo permanente	-86.436	-93.892	-35.295
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	329.071
6.01.01.08	Valor justo de propriedades para investimento	-138.776	0	0
6.01.01.09	Participação dos Acionistas não Controladores	0	0	4.997
6.01.01.10	Plano de opção de ações	13.295	10.800	2.961
6.01.01.12	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	649.487	632.769	238.482
6.01.01.13	Resultado formação JV	0	-3.098.494	0
6.01.01.14	Outras	43.866	-5.783	4.584
6.01.01.15	Provisão para demandas judiciais	51.085	80.835	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-771.319	-309.395	68.814
6.01.02.01	Duplicatas a Receber de Clientes	-162.364	-369.820	164.693
6.01.02.02	Caixa Restrito	1.660	79.452	-142.972
6.01.02.03	Estoques	-81.309	-184.225	84.581
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-20.738	-6.930	-50.068
6.01.02.05	Adiantamentos a Fornecedores	36.885	-103.294	16.779
6.01.02.06	Fornecedores	85.518	224.033	-32.361
6.01.02.07	Ordenados e Salários a Pagar	-11.757	106.675	36.224
6.01.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	-5.424	-112.281	13.347
6.01.02.09	Impostos e contribuição social a pagar	-530.092	742.474	75.639
6.01.02.10	Provisão demandas judiciais	-9.212	63.125	26.859
6.01.02.11	Partes Relacionadas	-140.231	-738.014	-39.778
6.01.02.12	Outros Ativos e Passivos, Líquidos	-50.642	-31.823	-84.129

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
6.01.02.13	Caixa gerado de operações descontinuadas	116.387	21.233	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.803.540	-2.242.775	-3.145.732
6.02.01	Aquisições, líquidas de caixa adquirido	-3.155.391	-115.258	-157.345
6.02.02	Adições ao imobilizado, software e outros intangíveis	-1.703.619	-1.581.683	-2.291.647
6.02.03	Gastos com o plantio e tratos de cana	-474.392	-551.974	-745.572
6.02.04	Caixa recebido na venda de operação descontinuada	196.546	0	0
6.02.05	Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes	333.727	182.115	48.832
6.02.06	Caixa contribuído na formação da Raizen	0	-173.116	0
6.02.07	Caixa utilizado de operações descontinuadas	-411	-2.859	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.325.129	643.418	984.338
6.03.01	Captações de Empréstimos e Financiamentos	6.868.759	2.166.743	2.719.522
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-3.761.766	-1.843.352	-1.967.938
6.03.03	Integralização de Capital	0	0	3.996
6.03.04	Integralização de Capital por Acionistas não Controladores em Controladas	659.366	560.946	400.000
6.03.05	Compra de Ações em Tesouraria	0	-48.258	-15.219
6.03.06	Dividendos Pagos	-375.494	-192.661	-193.095
6.03.07	Partes Relacionadas	0	0	37.072
6.03.08	Exercício de plano de opção de compra de ações	16.764	0	0
6.03.09	Aquisição de participação de acionistas não controladores	-82.500	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	871.691	362.099	175.704
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.616.169	1.254.070	1.078.366
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.487.860	1.616.169	1.254.070

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2012 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.691.822	605.004	3.837.104	0	17.863	9.151.793	464.581	9.616.374
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.691.822	605.004	3.837.104	0	17.863	9.151.793	464.581	9.616.374
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	28.223	236.647	-638.225	0	-373.355	-170.293	-543.648
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	13.295	0	0	0	13.295	0	13.295
5.04.06	Dividendos	0	0	-250.000	-151.578	0	-401.578	-172.129	-573.707
5.04.08	Exercício de plano de opção de compra de ações	0	16.764	0	0	0	16.764	0	16.764
5.04.09	Efeita da distribuição de dividendos para não controladores	0	-1.836	0	0	0	-1.836	1.836	0
5.04.10	Constituição de Reserva Estatutária	0	0	454.736	-454.736	0	0	0	0
5.04.11	Constituição de Reserva Legal	0	0	31.911	-31.911	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	167.265	0	638.225	209.991	1.015.481	3.307.465	4.322.946
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	638.225	0	638.225	230.090	868.315
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	167.265	0	0	209.991	377.256	3.077.375	3.454.631
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial - efeito conversão moeda estrangeira - CTA	0	0	0	0	15.821	15.821	0	15.821
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge Accounting	0	0	0	0	35.695	35.695	0	35.695
5.05.02.08	Ajuste de avaliação patrimonial - Propriedade para Investimento	0	0	0	0	190.735	190.735	0	190.735
5.05.02.09	Plano de Pensão	0	0	0	0	-34.487	-34.487	0	-34.487
5.05.02.10	Variação do valor justo de instrumento financeiro disponível para venda	0	0	0	0	2.227	2.227	4.904	7.131
5.05.02.11	Efeito de reestruturação societário no grupo Raizen	0	171.422	0	0	0	171.422	0	171.422
5.05.02.12	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-4.589	0	0	0	-4.589	-77.911	-82.500
5.05.02.13	Efeito de combinação de negócio - Radar	0	432	0	0	0	432	1.285.430	1.285.862
5.05.02.14	Efeito de combinação de negócio - Raizen Combustíveis	0	0	0	0	0	0	16.430	16.430
5.05.02.15	Efeito de combinação de negócio - COMGÁS	0	0	0	0	0	0	1.878.932	1.878.932
5.05.02.16	Efeito dos acionistas não controladores na combinação de negócio - Logispot	0	0	0	0	0	0	-32.872	-32.872
5.05.02.17	Aumento de capital - Sabbá	0	0	0	0	0	0	2.462	2.462

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2012 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.691.822	800.492	4.073.751	0	227.854	9.793.919	3.601.753	13.395.672

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2011 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.691.822	641.338	1.248.976	0	-123.275	6.458.861	325.485	6.784.346
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.691.822	641.338	1.248.976	0	-123.275	6.458.861	325.485	6.784.346
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-37.458	-16.748	0	0	-54.206	7.990	-46.216
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	10.800	0	0	0	10.800	0	10.800
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-48.258	0	0	0	-48.258	0	-48.258
5.04.06	Dividendos	0	0	-16.748	0	0	-16.748	-1.046	-17.794
5.04.08	Mudança na participação de acionista não controladores	0	0	0	0	0	0	9.036	9.036
5.05	Resultado Abrangente Total	0	1.124	-958	2.605.834	141.138	2.747.138	131.106	2.878.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.605.834	0	2.605.834	38.956	2.644.790
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	1.124	-958	0	141.138	141.304	92.150	233.454
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	7.415	7.415	0	7.415
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial Hedge accounting	0	0	0	0	53.140	53.140	0	53.140
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial - baixa do hedge por formação das JVs	0	0	0	0	104.272	104.272	0	104.272
5.05.02.08	Efeito reflexo de reestruturação societária no grupo Rumo	0	-3.199	0	0	0	-3.199	79.070	75.871
5.05.02.09	Efeito da Capitalização de dividendos em controladas	0	0	-958	0	0	-958	6.195	5.237
5.05.02.10	Efeito reflexo (em controladas)	0	4.323	0	0	0	4.323	6.885	11.208
5.05.02.11	Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Pensão	0	0	0	0	-23.689	-23.689	0	-23.689
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.605.834	-2.605.834	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	130.292	-130.292	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	2.475.542	-2.475.542	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.691.822	605.004	3.837.104	0	17.863	9.151.793	464.581	9.616.374

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/04/2010 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	4.687.826	487.143	744.089	0	0	5.919.058	63.119	5.982.177
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	4.687.826	487.143	744.089	0	0	5.919.058	63.119	5.982.177
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.996	50.009	0	0	0	54.005	257.369	311.374
5.04.01	Aumentos de Capital	3.996	0	0	0	0	3.996	0	3.996
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.961	0	0	0	2.961	0	2.961
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-15.219	0	0	0	-15.219	0	-15.219
5.04.08	Emissão de ações da Rumo para acionistas não controladores	0	206.404	0	0	0	206.404	193.596	400.000
5.04.09	Emissão de ações da Rumo para acionistas não controladores Aquisição Logispot	0	0	0	0	0	0	64.277	64.277
5.04.10	Efeito reflexo sobre colocação de ações em controlada	0	-839	0	0	0	-839	-504	-1.343
5.04.11	Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge Accounting	0	-143.298	0	0	0	-143.298	0	-143.298
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-19.089	0	771.565	0	752.476	4.997	757.473
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	771.565	0	771.565	4.997	776.562
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-19.089	0	0	0	-19.089	0	-19.089
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	346	0	0	0	346	0	346
5.05.02.06	Plano de pensão	0	-19.435	0	0	0	-19.435	0	-19.435
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	504.887	-771.565	0	-266.678	0	-266.678
5.06.04	Dividendos propostos	0	0	0	-183.247	0	-183.247	0	-183.247
5.06.05	Dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios - AGO de 30 de julho de 2010	0	0	-83.431	0	0	-83.431	0	-83.431
5.06.06	Constituição de reserva legal (nota explicativa 21)	0	0	38.578	-38.578	0	0	0	0
5.06.07	Constituição de reservas (nota explicativa 21)	0	0	549.740	-549.740	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	4.691.822	518.063	1.248.976	0	0	6.458.861	325.485	6.784.346

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/04/2012 à 31/03/2013	Penúltimo Exercício 01/04/2011 à 31/03/2012	Antepenúltimo Exercício 01/04/2010 à 31/03/2011
7.01	Receitas	32.451.348	28.124.317	19.852.518
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	31.851.773	24.645.227	19.783.250
7.01.02	Outras Receitas	620.688	3.479.447	61.473
7.01.02.02	Efeito formação JV	0	3.196.632	0
7.01.02.03	Outras receitas operacionais, líquidas	0	282.815	61.473
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.113	-357	7.795
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.363.783	-20.748.251	-14.959.278
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.819.133	-19.578.234	-13.578.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.544.650	-1.170.017	-1.380.614
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.087.565	7.376.066	4.893.240
7.04	Retenções	-1.544.087	-1.141.064	-742.307
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.544.087	-1.141.064	-742.307
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.543.478	6.235.002	4.150.933
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.016.092	1.082.275	567.688
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	58.860	33.268	25.187
7.06.02	Receitas Financeiras	957.232	1.049.007	542.501
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.559.570	7.317.277	4.718.621
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.559.570	7.317.277	4.718.621
7.08.01	Pessoal	1.166.120	846.278	901.062
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.902.549	2.214.296	2.134.280
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.761.504	1.676.161	906.717
7.08.03.01	Juros	1.564.609	1.521.263	689.189
7.08.03.02	Aluguéis	196.895	154.898	217.528
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	729.397	2.580.542	776.562
7.08.04.02	Dividendos	401.578	0	183.247
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	97.729	2.541.586	588.318
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	230.090	38.956	4.997

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COSAN S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO****RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO
31 DE MARÇO DE 2013**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Cosan S.A. Indústria e Comércio submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que são praticamente idênticas às práticas contábeis internacionais (IFRS). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site www.cosan.com.br/ri.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O menor crescimento econômico e a crise internacional este ano reforçaram o nosso foco na eficiência de nossas operações. Evoluímos em vários aspectos de nosso portfólio de negócios e seguimos nossa estratégia de crescimento nos segmentos de Energia e Infraestrutura.

Iniciamos este ano a integração da Comgás buscando harmonizar a cultura das empresas e identificar talentos chave, reforçando a excelência operacional e atendimento das metas regulatórias neste último ano do ciclo 2009-2014. A Comgás abre para Cosan uma perspectiva inteiramente nova no setor de gás natural de petróleo, e nos insere definitivamente neste importante segmento de energia.

Na Raízen concluímos o processo de rebranding dos postos Esso para Shell antes do previsto e seguimos com o plano de expansão de nossa rede. Muitas iniciativas foram iniciadas este ano no segmento de etanol, açúcar e bionergia, muitas visando a redução do capital empregado na operação. Um exemplo destas iniciativas foi o lançamento de um grande programa de parceria com nossos fornecedores de cana, o "Cultivar", objetivando o aumento de eficiência e o incremento do percentual de cana de terceiros na nossa moagem.

Na Rumo tivemos este ano crescimento de mais de 75% no volume transportado e já somos responsáveis pelo embarque de aproximadamente metade de todo o açúcar exportado pelo Porto de Santos. Entramos na fase final de nosso plano de investimentos. As negociações com o grupo de controle da ALL se aprofundaram e esperamos em breve avançar neste movimento estratégico que permitirá a expansão de nossa atuação no segmento de infraestrutura logística.

Desde julho de 2012 passamos a consolidar os resultados da Radar em nossas demonstrações financeiras. Já administramos um portfólio de mais de R\$ 3,2 bilhões e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

nossa expertise na gestão de investimentos em propriedades agrícolas de alta produtividade vem trazendo frutos para nossos investidores e gerando mais demanda e crescimento nesta atividade.

A Cosan Lubrificantes e Especialidades consolidou sua posição no mercado Brasileiro com um posicionamento de alta tecnologia e performance superior, e vem expandindo rapidamente sua atuação internacional. Acreditamos que a receita de nosso sucesso no Brasil poderá ser replicada com o mesmo resultado em outros mercados do mundo.

Nosso modelo de gestão preserva a agilidade e independência dos negócios e ao mesmo tempo busca sinergias e ganhos de escala.

Para que uma companhia esteja preparada para crescer de forma consistente no longo prazo é fundamental buscar o balanço adequado entre risco e remuneração do capital. Este ano a Cosan mais uma vez avançou muito na consolidação deste equilíbrio. Nossas operações estão muito bem posicionadas em todos os segmentos que atuam, com índices de segurança e eficiência que são “benchmarks” em suas indústrias. Além disto o nosso retorno sobre o capital empregado tem permitido um forte crescimento combinado com uma desalavancagem rápida.

Neste ano, em que reforçamos nosso portfólio de negócios que se torna cada vez mais resiliente e complementar, o enfoque para a criação de valor para nossos acionistas foi o amadurecimento da nossa cultura Cosan, que combina empreendedorismo, disciplina financeira, e foco na eficiência operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PANORAMA ECONOMICO SOCIAL

MERCADO E CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS

Combustíveis

De acordo com dados da ANFAVEA, no período de abril/2012 a março/2013 mais de 3,2 milhões de carros flex foram vendidos, Em março de 2012 a representatividade da venda de automóveis flex perante os outros tipos de combustíveis foi de 88,9%.

Segundo o SINDICOM, no ano, o volume comercializado de Diesel foi de 46,7 bilhões de litros, 8,9% superior ao ano anterior. O etanol teve crescimento de 5,2% em seu volume comercializado, atingindo vendas de 6,1 bilhões de litros. Nos mesmos meses, o volume comercializado de gasolina C foi 29,8 bilhões de litros, crescimento de 9,2%, demonstrando o consumo maior da gasolina em comparação ao etanol em função da dinâmica de preços.

Açúcar e Etanol

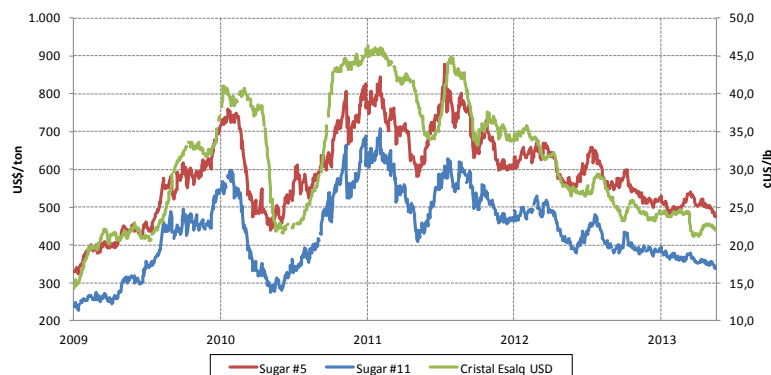
Segundo informações da UNICA – União das Indústrias de Cana-de-açúcar, a moagem da safra 2012/2013 na região Centro-Sul do Brasil totalizou 532,7 milhões de toneladas no acumulado até 31 de março 2013 representando uma expansão de 8,0% em relação ao mesmo período da safra 2011/2012. A safra apresentou forte atraso em seu início devido ao clima desfavorável à colheita. Após uma quebra de safra no ciclo 2011/2012, quando a região processou 494 milhões de toneladas de cana, as usinas optaram por adiar o início da safra na tentativa de dar mais tempo para o desenvolvimento dos canaviais. Entretanto, quando muitas delas tentaram iniciar as operações em meados de maio, as chuvas que perduraram até junho tiveram grande impacto atrasando as operações, visto que cerca de 85% do setor opera com colheita mecanizada.

O clima que atrapalhou as operações favoreceu o desenvolvimento da cultura. A produtividade agrícola que atingiu apenas 69 ton/ha no ciclo 2011/2012 teve um incremento considerável para 76 ton/ha na safra 2012/2013. Apesar de dúvidas quanto à capacidade de moagem do setor devido a uma janela curta para processamento, o clima durante o último trimestre do ano foi extremamente favorável à colheita. Assim, as usinas da região conseguiram no final do ano processar um volume de 150 milhões de toneladas, volume 92% maior que no ciclo anterior.

Segundo informações da ÚNICA, a quantidade de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada de cana somou 135,6 kg, 1,39% abaixo dos 137,5kg verificados no resultado final da safra 2011/2012. A produção de açúcar, com os preços mais rentáveis durante a maior parte da safra, teve um mix de 49,4% e produção de 34,1 milhões de toneladas – volume 9% acima do ano anterior. Já a produção de etanol, atingiu 21,4 bilhões de litros, dos quais 41% de anidro e o restante de hidratado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Açúcar



Fonte: ESALQ, Bloomberg

Segundo dados apurados pela Consultoria IDEA, as boas condições climáticas cooperaram para aumento de produtividade nos canaviais do Centro-Sul, houve um aumento na produtividade em virtude das chuvas de maio e junho de 2012. Os ganhos de produtividade na região Centro-Sul alcançaram 5,1%. E, de acordo com a apuração realizada, as médias fecharam em 74,8 t/ha contra 68,2 t/ha da safra 2011/12,

A lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil. A área nacional deste ano safra destinada à produção sucroalcooleira apresentou um crescimento de 1,5% ou 123 mil hectares em relação à safra passada. O aumento de área aconteceu na região Centro-Sul, que teve uma majoração de 2% ou 146,31 mil hectares devido à expansão mencionada anteriormente. Na Região Nordeste a área caiu 2,8% ou 31,3 mil hectares, devido à falta de renovação dos canaviais, a dificuldade de uso de maquinário devido a topografia acidentada e a dificuldade de utilização de mão de obra.. Este crescimento tem origem nas lavouras das novas plantas inauguradas recentemente, e na expansão da área de unidades mais antigas.

Os fundamentos de mercado não deixam dúvida quanto à tendência baixista dos preços do açúcar para este ano. Já não se questiona se os preços devem cair e sim qual será a magnitude da queda. No mercado doméstico, essa percepção já existia e foi acentuada no final de 2012, quando foram divulgadas estimativas apontando aumento da produção na região Centro-Sul maior que o até então esperado. Do início de setembro ao final de dezembro, os preços do cristal acumularam queda de mais de 5% no mercado à vista paulista, em termos nominais.

Também no mercado brasileiro, a resposta lenta da demanda aos preços mais baixos do açúcar – o cristal, em SP, saiu da casa dos R\$ 58,00/sc em abril (início da safra) para a dos R\$ 43,00/sc em março parece ter definido um novo patamar de preços no mercado doméstico. Esse nível deverá persistir em 2013, a menos que ocorra alguma mudança drástica nos fundamentos do mercado interno ou internacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As exportações da região Centro Sul tiveram um aumento em relação a safra anterior de 2,2 milhões de toneladas, totalizando 24,3. Os principais destinos das exportações de açúcar foram o continente Asiático e Africano, que representou cerca de 80% das exportações.

Nos mercados internos dos países grandes produtores, como a China, Índia e a Rússia, os preços do açúcar branco à saída da fábrica foram considerados muito baixos pelos Governos, levando alguns a introduzirem medidas especiais, como a administração chinesa, que avançou com uma política de compras públicas para sustentar os preços.

A seca pode fazer com que a produção de açúcar na Índia, o segundo maior produtor do mundo, caia pelo segundo ano consecutivo. É o que prevê o Ministro da Agricultura do país. A falta de água em Maharashtra, o segundo maior estado no plantio da cana, deve fazer com que a produção caia, em média, 24 milhões de toneladas este ano. Este declínio deve aumentar o número de importações, para compensar as negociações futuras. Por outro lado, o governo também tem suprimentos retidos para atender as necessidades de água, além de a produção baixa poder ser parcialmente recompensada por uma grande área em Uttar Pradesh, o maior produtor de cana do país.

A Tailândia vem apresentando nos últimos anos aumentos significativos na produção de açúcar. Com rendimento industrial superior ao ano passado, apresentou um incremento de 2,0% na produção, chegando aos 9,17 milhões de toneladas de açúcar.

O preço do açúcar bruto apresentou média anual de ¢US\$20,08/lb na safra 12/13, 21,7% inferior a safra 11/12 em que foi atingido preço máximo de ¢US\$31,34/lb.

O açúcar refinado no mercado internacional apresentou preço médio de US\$554,89/ton no período, 18,2% inferior a safra 11/12, com prêmio de branco de, em média, US\$99,00 /ton, comparado a US\$114,0/ton no período anterior.

No mercado doméstico de açúcar, o preço médio do cristal no 4T12, base ESALQ, foi de R\$43,13 por saca de 50Kg, ou ¢US\$ 21,33/lb, representando redução de 25,8% em relação a safra.

Com base nos dados fornecidos pelo Banco Central, na safra 12/13 o Real se desvalorizou frente ao Dólar, sendo cotado em média a R\$2,01/US\$, 18,3% superior à média da safra anterior. A cotação ao final do período foi de R\$ 2,01/US\$, comparado com R\$1,82/US\$ em março de 2012.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Etanol



Fonte: ESALQ, Bloomberg

Desde o início da safra 12/13 os embarques de etanol já estão fortes. As exportações brasileiras de etanol cresceram 84% no acumulado da safra 2012/13, totalizando 3,48 bilhões de litros, segundo da Unica. Deste total, cerca de 2,05 bilhões de litros foram de etanol anidro, com um salto de mais de 190% ante igual período acumulado na temporada 2011/12.

Além disso, o reajuste no preço da gasolina no início de 2013 fez com que parte dos consumidores optasse pelo uso do etanol hidratado, substituto do combustível fóssil. No caso do anidro, cujos preços vêm se mantendo firmes, a produção no estado paulista subiu expressivos 19,2% no acumulado da temporada 2012/13 frente ao mesmo período da safra anterior.

Com a paridade etanol/gasolina mais voltada para gasolina em grande parte do país, as usinas focaram sua produção no anidro, aumentando a participação deste tipo de etanol em quase 17 pontos percentuais no Centro-Sul, quando comparado a safra 2011/2012.

De acordo com a UNICA, foram produzidos 8,7 bilhões de litros de anidro e 12,6 bilhões de litros de etanol hidratado, volume 17,12% maior e 3,49% menor que na safra 2011/12 do Centro-Sul, respectivamente. No cômputo total, a produção de etanol cresceu 4,0%.

O preço médio para o etanol hidratado, base ESALQ, foi de R\$1.118,4/m³ na safra 12/13, 6,0% menor que a safra do ano. O preço médio do anidro foi de R\$1.259,2/m³, apresentando um decréscimo de 10,5% comparado a safra 11/12.

Com base nos dados divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) a paridade média do preço do etanol hidratado em relação à gasolina no Brasil foi 70,31% na safra 12/13.

As exportações brasileiras de etanol cresceram 86% no acumulado da safra 2012/13, de abril até o final de fevereiro, totalizando 3,23 bilhões de litros, segundo dados da UNICA. Deste total, 2,05 bilhões de litros foram de etanol anidro, com um salto de mais de 190% ante igual período acumulado na temporada 2011/12.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Brasil vem mantendo firmes as exportações sobretudo para o mercado norte-americano, que paga um prêmio ao etanol de cana classificado como biocombustível avançado por emitir menos gases de efeito estufa.

Na região Centro Sul do Brasil foram exportados 3,4 bilhões de litros de etanol e importados aproximadamente 83 milhões de litros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**PERFORMANCE OPERACIONAL**

A COSAN LIMITED (NYSE: CZZ; BM&FBovespa: CZLT11) e a COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO (BM&FBovespa: CSAN3) anunciam seus resultados referentes ao exercício social de 2013 (FY13), findo em 31 de março de 2013. Os resultados são apresentados de forma consolidada, de acordo com as regras contábeis adotadas no Brasil (IFRS).

Sumário das Informações Financeiras - Cosan Consolidado		
Valores em R\$ MM	FY13	FY12
Receita Líquida¹	30.016,5	23.390,5
Lucro Bruto	3.332,2	2.502,8
Margem Bruta (%)	11,1%	10,7%
Lucro Operacional	1.539,7	4.139,7
EBITDA	3.142,6	5.314,0
Margem EBITDA (%)	10,5%	22,7%
Efeito Bruto de Formação da Raízen	-	(3.196,6)
EBITDA Ajustado²	3.142,6	2.117,4
Margem EBITDA Ajustada (%)	10,5%	9,1%
Lucro antes dos Acionistas não Controladores	868,3	2.644,8
Lucro Líquido	638,2	2.605,9
Efeito Líquido de Formação da Raízen	-	(2.184,0)
Lucro Líquido Ajustado²	638,2	421,9
Margem Líquida Ajustada (%)	2,1%	1,8%
CAPEX³	2.178,0	2.133,7
Dívida Líquida	8.535,0	3.081,7
Patrimônio Líquido e Acionistas Não Controladores	13.395,7	9.616,4

Nota1: A Receita Líquida do FY12 difere dos valores apresentados anteriormente em virtude da reclassificação do resultado de operações descontinuadas, conforme nota explicativa 2.2.17 das Demonstrações Financeiras do FY13.

Nota 2: Excluindo-se os efeitos de formação da Raízen.

Nota 3: Excluindo-se aquisições de participações em outras empresas e caixa recebido por desinvestimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As unidades de negócio estão assim organizadas:

- **Raízen Combustíveis – Distribuição de Combustíveis**
- **Raízen Energia – Açúcar, Etanol e Cogeração**
- **Comgás – Distribuição de Gás Natural**
- **Rumo – Operações Logísticas**
- **Radar – Investimento em Propriedades Agrícolas**
- **Outros Negócios – Lubrificantes e Especialidades / Estrutura Corporativa**

A. Performance Operacional

A.1 Raízen Combustíveis

Apresentamos abaixo os resultados da Raízen Combustíveis, unidade de negócio que representa a distribuição e comercialização de combustíveis através da rede de postos franqueados sob a marca Shell, fornecimento para clientes industriais e abastecimento de aeronaves.

Os resultados referentes ao ano fiscal 2012 (FY12) são apresentados em base proforma que considera os doze meses, abril a março de 2012, das operações da Raízen Combustíveis (combinação dos ativos da Esso e Shell), para melhor comparabilidade entre períodos.

Composição das Vendas	Contábil	Proforma	
Valores em R\$ MM	FY13	FY12	Var. %
Receita Operacional Líquida	43.532,2	39.691,8	9,7%
Vendas de Combustíveis	43.532,2	39.669,9	9,7%
Etanol	2.401,6	2.337,7	2,7%
Gasolina	17.688,8	16.623,1	6,4%
Diesel	17.844,4	15.730,2	13,4%
Aviação	5.003,9	4.312,5	16,0%
Outros Produtos	593,5	666,4	-10,9%
Outros Serviços	-	21,9	-
Custo de Produto Vendido	(41.199,0)	(37.455,7)	10,0%
Lucro Bruto	2.333,2	2.236,1	4,3%
Margem Bruta (%)	5,4%	5,6%	-27,4%
Margem Bruta (R\$/m³)	106,2	106,9	-0,7%
Despesas com Vendas	(1.026,9)	(1.209,6)	-15,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(361,6)	(382,0)	-5,3%
EBITDA	1.658,5	1.321,0	25,5%
Margem EBITDA (%)	3,8%	3,3%	0,5 p.p
Margem EBITDA (R\$/m³)	75,5	63,2	19,5%

No FY13, a receita líquida da Raízen Combustíveis apresentou crescimento de 9,7% e totalizou R\$ 43,5 bilhões em virtude do aumento de 5,0% do volume de combustíveis vendidos na comparação com o FY12. Além disso, houve crescimento de 4,5% no preço médio dos produtos vendidos, basicamente devido aos aumentos de preço da gasolina e diesel anunciados pela Petrobrás no primeiro trimestre do ano de 2013.

A paridade entre o preço da gasolina e do etanol ao final do FY13 esteve abaixo de 70% apenas em dois estados do Brasil (Goiás e Mato Grosso), mantendo o mix de consumo de gasolina superior ao do etanol.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O custo dos produtos vendidos no ano foi de R\$ 41,2 bilhões, crescimento de 10,0% devido aos maiores volumes vendidos. O custo médio unitário cresceu 4,7%, alcançando R\$ 1.875/m³, basicamente em função do maior volume de gasolina vendido no período que possui maior custo médio unitário.

No FY13, o lucro bruto foi de R\$ 2,3 bilhões e a margem bruta de 5,4%, queda de 0,3 p.p. na comparação com o FY12. Quando medida em Reais por m³, a margem bruta no ano ficou em R\$ 106,2/m³, 0,7% inferior a margem reportada no ano anterior.

As despesas com vendas no FY13 da Raízen Combustíveis totalizaram R\$ 1,0 bilhão, redução de 15,1% quando comparadas com o FY12, reflexo da unificação das operações logísticas e captura de eficiências na integração das redes de postos Esso e Shell.

No FY13, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 361,6 milhões, 5,3% menor que no FY12, reflexo do processo de adequação da estrutura da Raízen Combustíveis ocorrida ao longo do FY13.

As outras receitas e despesas operacionais compostas por fee de merchandise, royalties de lojas de conveniência, receita de aluguéis, fee pela venda de lubrificantes nos postos da Raízen Combustíveis e a receita pela venda de ativos totalizaram R\$ 219,5 milhões no FY13.

No FY13, o EBITDA foi 25,5% superior ao reportado no FY12 e totalizou R\$ 1,7 bilhão com margem de 3,8%. A margem EBITDA em relação ao volume vendido foi de R\$ 75,5/m³ no FY13, 19,5% superior ao reportado no FY12. Os principais fatores que levaram ao crescimento do EBITDA da Raízen Combustíveis foram (i) expansão da rede Shell através do processo de rebranding, (ii) aumento da penetração de produtos premium (Gasolina e Etanol V-Power e Diesel Evolux), (iii) maior mix de gasolina na composição total do Ciclo Otto vendido e (iv) melhoria do portfólio de contratos de clientes B2B.

O capex total da Raízen Combustíveis no FY13 foi de R\$ 677,2 milhões. Os principais investimentos foram destinados a captação e renovação de contratos com revendedores, rebranding da rede de postos com a marca Esso para Shell, manutenção da rede de postos revendedores, investimentos em saúde, segurança e meio ambiente (SSMA) bem como gastos relativos à logística, distribuição e trading.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A.2 Raízen Energia

Dados de Produção

A seguir apresentamos os resultados do segmento Raízen Energia, cuja principal atividade é a produção e a comercialização de uma variedade de produtos derivados de cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP), etanol anidro e hidratado, além das atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço da cana e operações de trading de etanol.

Dados Operacionais			
	FY13	FY12	Var. %
Cana Moída	56.221	52.958	6,2%
Própria (mil tons)	28.299	26.528	6,7%
Terceiros (mil tons)	27.922	26.430	5,6%
ATR Cana (kg/ton)	133,5	136,5	-2,2%
Nível de Mecanização (%)	91,7%	86,1%	5,6 p.p
Produção			
Açúcar	4.162	3.969	4,9%
Açúcar Bruto (mil tons)	2.575	2.426	6,2%
Açúcar Branco (mil tons)	1.587	1.543	2,8%
Etanol	1.903	1.921	-1,0%
Etanol Anidro (mil m³)	833	688	21,1%
Etanol Hidratado (mil m³)	1.070	1.233	-13,3%

Ao final do 4T13 a Raízen Energia operava 24 usinas de produção de açúcar, etanol e cogeração de energia com capacidade de moagem total de 66 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano safra.

A Raízen Energia totalizou no FY13 um volume de cana moída de 56,2 milhões de toneladas, 6,2% superior ao FY12 que foi de 53,0 milhões, sendo 50,3% do total moído oriundo de cana própria. Todas as usinas já haviam encerrado suas atividades até a primeira quinzena de dezembro de 2012 não resultando em moagem no 4T13.

O nível de mecanização do processo de colheita de cana própria alcançou 92% no FY13 e o nível do ATR da cana foi de 133,5 kg/tonelada no mesmo período, representando uma redução de 2,2% em relação ao FY12 em que o nível de ATR foi de 136,5 kg/tonelada.

A produtividade agrícola medida pela tonelada de cana por hectare (TCH) atingiu 81,1 ton/ha no FY13, incremento de 10,5% quando comparado com o FY12 em que o valor reportado foi 73,4 ton/ha.

O canavial atingiu idade média de 3,4 anos no FY13 em função da renovação adequada das áreas de cultivo de cana própria durante a safra 2012/2013. O mix de produção apresentou-se mais voltado para o açúcar com aproximadamente 56% da cana moída destinada a este produto, totalizando 4,2 milhões de toneladas de açúcar e 1,9 bilhão de litros de etanol produzidos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Raízen Energia			
Valores em R\$ MM	FY13	FY12	Var. %
Receita Operacional Líquida	8.468,2	7.247,6	16,8%
Venda de Açúcar	4.354,0	3.912,8	11,3%
Mercado Interno	899,2	1.217,4	-26,1%
Mercado Externo	3.454,8	2.695,4	28,2%
Venda de Etanol	3.299,9	2.871,5	14,9%
Mercado Interno	1.328,4	2.245,1	-40,8%
Mercado Externo	787,9	626,5	25,8%
Trading	1.183,7	-	n/d
Cogeração de Energia	569,7	235,1	142,4%
Outros Produtos e Serviços	244,5	228,2	7,1%
Custo dos Produtos Vendidos	(6.881,9)	(5.578,3)	23,4%
Açúcar	(2.997,4)	(2.802,1)	7,0%
Etanol	(1.867,9)	(2.454,0)	-23,9%
Trading	(1.137,1)	-	n/d
Cogeração de Energia	(399,0)	(86,1)	363,7%
Outros	(480,5)	(236,0)	103,6%
Lucro Bruto	1.586,3	1.669,4	-5,0%
Açúcar	1.356,6	1.110,7	22,1%
Etanol	295,0	417,5	-29,4%
Cogeração de Energia	170,7	149,0	14,5%
Outros	(236,0)	(7,8)	2932,5%
Despesas com Vendas	(638,8)	(511,4)	24,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(490,2)	(454,0)	8,0%
EBITDA	2.408,3	2.113,6	13,9%
Margem EBITDA (%)	28,4%	29,2%	-0,7 p.p.

No acumulado do FY13 a receita líquida totalizou R\$ 8,5 bilhões, representando um crescimento de 16,8% em relação ao mesmo período do ano anterior que foi de R\$ 7,2 bilhões. Os principais responsáveis por este aumento foram os maiores volumes vendidos de açúcar e energia elétrica oriunda do processo de cogeração e a elevação dos preços médios do açúcar, etanol e energia elétrica no período.

Venda de Açúcar

No FY13 a receita líquida pela venda de açúcar totalizou R\$ 4,4 bilhões, representando um crescimento de 11,3% em relação ao FY12 sendo responsável por aproximadamente 51% da receita líquida total da Raízen Energia.

O preço médio do açúcar no FY13 teve crescimento de 4,9% e foi o principal responsável pelo aumento da receita líquida deste produto, saindo de R\$ 981,3/tonelada no FY12 para R\$ 1.029,4/tonelada. Já o volume total de açúcar vendido no FY13 apresentou crescimento de 6,1% em relação ao FY12, equivalente a um incremento da receita líquida de R\$ 191,8 milhões.

Vendas de Etanol

No FY13 a receita líquida totalizou R\$ 3,3 bilhões, representando um crescimento de 14,9% em relação ao FY12.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O volume vendido teve crescimento de 4,8% no acumulado do ano e o preço médio praticado incremento de 9,6% no período, saindo de R\$ 1.296/m³ no FY12 para R\$ 1.421/m³ no FY13. A elevação de aproximadamente 15,7% no preço médio praticado no mercado externo foi principal responsável pelo crescimento da receita líquida pela venda de etanol.

No FY13 a venda de etanol para o mercado externo foi responsável por 54,0% do volume total comercializado, comparado com 20,1% no FY12, reforçando a estratégia de captura de melhores preços no mercado internacional em detrimento a queda do preço médio verificado no mercado doméstico.

A receita líquida proveniente das operações de trading de etanol no FY13 totalizou R\$ 1,2 bilhão e representam as operações de compra e venda de etanol no mercado internacional.

Cogeração de Energia

Todas as 24 usinas da Raízen Energia produzem energia e são autossuficientes e 13 unidades vendem a energia excedente do processo de cogeração.

A receita líquida pela venda de energia totalizou R\$ 569,7 milhões no FY13, 142,4% superior ao FY12 em que a receita foi de R\$ 235,1 milhões. O volume total vendido foi de 3.034,8 mil MWh a um preço médio de R\$ 188/MWh, 19,1% superior ao preço médio praticado no FY12 que foi de R\$ 158/MWh.

Os principais fatores responsáveis pelo crescimento da receita líquida pela venda de energia no FY13 foram (i) elevação dos preços de energia de curto prazo (mercado spot) devido às expectativas de chuvas/vazão nos principais reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste e (ii) operações de revenda de energia no mercado spot que elevaram o volume total vendido no trimestre e no acumulado do FY13.

Outros Produtos e Serviços

No FY13 a receita de outros produtos e serviços totalizou R\$ 244,5 milhões, representando um aumento de 7,1% em relação ao FY12 e reflete a venda de vapor, melaço e insumos para prestadores de serviço na área agrícola.

O custo dos produtos vendidos pela Raízen Energia segue apresentado em conjunto com seus custos médios unitários, excluindo-se os efeitos de depreciação e amortização (custo caixa).

O custo dos produtos vendidos (CPV) pela Raízen Energia totalizou R\$ 6,9 bilhões no FY13, crescimento de 23,4% em relação ao FY12 que foi de R\$ 5,6 bilhões. Os maiores volumes vendidos de açúcar e energia bem como o crescimento do CPV médio do etanol foram os principais responsáveis pelo aumento do custo dos produtos vendidos.

Além disso, houve menor diluição dos custos de plantio e tratos culturais uma vez que o nível de ATR teve queda de 2,4% saindo de 136,7 kg/tonelada no FY12 para 133,4 kg/tonelada no FY13.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Alguns fatores acabaram por compensar a elevação do custo dos produtos vendidos pela Raízen Energia no FY13 e seguem abaixo relacionados (i) aumento da produtividade do canavial representado pelo maior nível de tonelada de cana por hectare (TCH) que foi de 81,1 no FY13 comparado com 73,4 no FY12 (ii) queda de 5,6% do custo do ATR/kg do CONSECANA que no FY13 foi de R\$ 0,4728 comparado com R\$ 0,5018 no FY12 o qual tem impacto direto no custo da cana de terceiros (iii) redução de 1,4% no custo de arrendamento de terras que saiu de R\$17,0/ton de cana no FY12 para R\$ 16,8/ton de cana no FY13 influenciado pela redução do custo do CONSECANA acima explicado.

A Raízen Energia apresentou lucro bruto de R\$ 259,4 milhões no 4T13, 40,5% inferior ao mesmo período do ano anterior. Já no acumulado do FY13 o lucro bruto totalizou R\$ 1,6 bilhão, representando uma redução de 5,0% em relação ao FY12, em que o valor reportado foi de R\$ 1,7 bilhão.

O resultado pela venda de açúcar representou aproximadamente 86% do lucro bruto total da Raízen Energia e totalizou R\$ 1,4 bilhão, sendo 22,1% superior ao resultado do FY12. O resultado pela venda de etanol teve comportamento inverso apresentando queda de 29,4% saindo de R\$ 417,5 milhões no FY12 para R\$ 295,0 milhões no FY13 e foi o principal responsável pela queda do lucro bruto no período. A venda de energia elétrica apresentou lucro bruto de R\$ 170,7 milhões, 14,5% superior ao resultado do FY12.

Outros produtos e serviços no FY13 teve resultado bruto negativo de R\$ 236,0 milhões basicamente devido à perda (efeito não caixa) de R\$ 211,8 milhões pela variação negativa da mais valia do ativo biológico reconhecida no CPV do 4T13.

As despesas com vendas da Raízen Energia totalizaram R\$ 638,8 milhões, 24,9% superior ao reportado no FY12. Os maiores volumes produzidos e vendidos de açúcar, prioritariamente voltados para o mercado externo, aliados a estratégia de maiores exportações de etanol elevaram as despesas com fretes e elevação que isoladamente foram responsáveis pelo incremento de R\$ 130,9 milhões nas despesas com vendas.

No FY13 as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 490,2 milhões, representado um crescimento de 8,0% em relação ao FY12 em que o valor reportado foi de R\$ 454,0 milhões. Este crescimento reflete basicamente os impactos referentes à remuneração variável da Raízen Energia.

No FY13 o EBITDA atingiu R\$ 2,4 bilhões, crescimento de 13,9% em relação ao FY12 em que o valor reportado foi de R\$ 2,1 bilhões. A margem EBITDA no FY13 totalizou 28,4%.

A posição de volumes e preços de açúcar fixados com tradings ou via instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2013, assim como os contratos de derivativos de câmbio, contratados pela Raízen Energia com o propósito de proteção dos fluxos de caixa futuros, são resumidos como se segue:

Sumário das Operações de Hedge em 31/03/2013	
Açúcar	2013 / 2014
NY11	
Volume (mil tons)	1.214,4
Preço Médio (€US\$/lb)	20,69
Câmbio	
US\$	
Volume (US\$ mm)	574,9
Preço Médio (R\$/US\$)	2,1259

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Raízen Energia vem adotando o *hedge accounting* na modalidade de fluxo de caixa para determinados instrumentos financeiros derivativos designados para cobertura de risco de preço do açúcar e risco de variação cambial sobre as receitas de exportação de açúcar.

A tabela abaixo demonstra a expectativa de transferência do saldo de ganhos/perdas do patrimônio líquido em 31 de março de 2013 para receita operacional líquida da Raízen Energia em exercícios futuros, de acordo com o período de cobertura dos instrumentos de hedge designados.

Derivativo	Exercício de Realização - (R\$MM)		
	Mercado	Risco	2013 / 2014
Futuro	OTC/NYBOT	NY#11	150,9
NDF	OTC/CETIP	USD	-
(=) Impacto do Hedge Accounting			150,9
(-) IR Diferido			(51,3)
(=) Ajuste a Avaliação Patrimonial			99,6

Nota : A tabela acima demonstra 100% dos ganhos/perdas reclassificadas para o patrimônio líquido no âmbito do *hedge accounting*. Como a Cosan consolida proporcionalmente a Raízen Energia, esses efeitos impactarão apenas 50% os resultados consolidados.

No FY13 o capex da Raízen Energia totalizou R\$ 2,4 bilhões, sendo 6,7% inferior ao total reportado no FY12 no valor de R\$ 2,6 bilhões.

Nos investimentos operacionais os ativos biológicos totalizaram R\$ 948,8 milhões no FY13 em virtude da renovação das áreas de plantio, cumprindo a estratégia de manter a idade média dos canaviais em altos níveis de produtividade bem como 21 mil hectares de expansão de área para suprir os projetos de crescimento de moagem.

A manutenção entressafra recebeu investimentos de R\$ 602,3 milhões no FY13 de forma a preparar os ativos para a próxima safra. Os investimentos em mecanização totalizaram R\$ 205,3 milhões, dando sequência ao compromisso da companhia perante os protocolos ambientais de eliminação da queima dos canaviais. Associados à mecanização, também foram feitos investimentos para automação e monitoramento dos equipamentos, buscando excelência operacional agrícola.

Os investimentos para finalizações dos projetos de cogeração das unidades da Barra, Ipaussu e Univalem adicionaram capacidade instalada durante o FY13, além da execução de outros projetos em plantas de cogerações já existentes para maximização do uso da biomassa.

Outros investimentos também tiveram destaque no portfólio da Raízen Energia buscando aumento de capacidade produtiva, como por exemplo o projeto de concentração e distribuição de vinhaça, além de outros para aumento da capacidade de produção do etanol anidro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A.3 Comgás

Apresentamos nesta seção os resultados da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás, unidade de negócio que representa a distribuição e comercialização de gás natural na região de concessão do Estado de São Paulo.

A Comgás adota o ano- calendário em suas demonstrações financeiras como período de apuração do desempenho do negócio e em virtude do início da consolidação dos resultados da mesma nas demonstrações financeiras da Cosan foram criadas duas bases distintas que seguem abaixo apresentadas:

- Base Contábil (ano safra)
 - FY13 – cinco meses (novembro de 2012 a março de 2013)
- Base Proforma (ano-calendário)
 - 2012 – doze meses (janeiro a dezembro de 2012)
 - 2011 – doze meses (janeiro a dezembro de 2011)

Vale ressaltar que somente cinco meses do FY13 foram considerados para efeitos de consolidação no resultado da Cosan.

Comgás	Contábil	Proforma	Proforma
Valores em R\$ MM	FY13	2012	2011
Receita Operacional Bruta	2.934,9	6.519,8	5.111,5
Venda de Gás	2.694,0	6.026,3	4.753,2
Residencial	257,6	650,7	553,8
Comercial	106,7	252,9	211,5
Industrial	1.947,3	4.345,8	3.522,2
Cogeração	135,4	346,6	242,8
Termogeração	148,7	195,8	17,4
Automotivo	98,2	234,4	205,6
Receita de Construção	230,0	447,0	326,6
Outros	10,9	46,5	31,7
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(535,9)	(1.240,3)	(1.008,9)
Receita Operacional Líquida	2.399,0	5.279,5	4.102,7
Venda de Gás	2.159,2	4.790,5	3.747,5
Receita de Construção - ICPC01	230,0	447,0	326,6
Outros	9,7	41,9	28,5
Custo de Produtos Vendidos	(1.738,3)	(3.881,9)	(2.996,6)
Gás Natural	(1.359,6)	(3.070,9)	(2.310,6)
Transporte e outros serviços de Gás	(148,6)	(363,9)	(359,4)
Construção - ICPC 01	(230,0)	(447,0)	(326,6)
Lucro Bruto	660,7	1.397,7	1.106,0
Margem Bruta (%)	27,5%	26,5%	27,0%
Despesas com Vendas	(259,8)	(126,5)	(115,7)
Despesas Gerais e Administrativas	(127,7)	(590,0)	(512,6)
EBITDA	471,5	961,8	716,3
Margem EBITDA (%)	19,7%	18,2%	17,5%

Durante o 1T13 a Comgás manteve seu foco estratégico no segmento residencial e desenvolvimento dos segmentos comercial e industrial, sendo este último o mais significativo em termos de volume comercializado.

No segmento residencial foram distribuídos 41,8 milhões de m³ de gás no 1T13, volume 2,3% superior ao distribuído no 1T12 que totalizou 40,8 milhões de m³. O segmento

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

residencial concluiu o trimestre com 897.974 medidores conectados, um crescimento de 6,8% em relação ao 1T12 (840.915 medidores).

No 1T13 a Comgás distribuiu 25,8 milhões de m³ de gás para o segmento comercial, representando uma redução de 1,5% em relação ao 1T12 em que o volume total distribuído foi de 26,2 milhões de m³. Este volume representa 2% do volume total de gás distribuído no 1T13 com margem de contribuição de 7%. Nos trimestre foram conectados 167 novos clientes comerciais.

O volume do segmento industrial totalizou 928,1 milhões de m³ de gás no 1T13, 0,7% inferior em relação aos 934,5 milhões de m³ distribuídos no 1T12. A estratégia de crescimento da Comgás nesse mercado prevê a manutenção e fidelização da base de clientes, trabalhando o desenvolvimento de novas aplicações para o gás natural e a contratação de novas indústrias na área de concessão. Ao final do 1T13, o segmento industrial contava com 1.011 clientes, responsáveis por 68% do consumo total em volume de gás no trimestre e por 66% da margem de contribuição.

O volume vendido para o segmento de termogeração no 1T13 foi de 228,6 milhões de m³, 609,7% superior aos 32,2 milhões de m³ vendidos no 1T12. Devido ao baixo volume dos reservatórios hidroelétricos, as usinas termoelétricas despacharam 100% da sua capacidade durante o 1T13. Em março de 2013 o segmento representou 17% do volume total de gás vendido e uma margem de contribuição de 2%.

É importante ressaltar que os contratos de fornecimento de gás da Comgás não incluem o abastecimento das termelétricas. Caso estas necessitem despachar gás, a Petrobras se encarregará de fornecer à Companhia o volume adicional, pois estes são contratos “back to back”.

A receita bruta da Comgás totalizou R\$ 1,8 bilhão no 1T13, 26,8% superior ao 1T12 em que o valor reportado foi de R\$ 1,4 bilhão. A receita líquida de vendas e de serviços totalizou R\$ 1,4 bilhão, um aumento de 29,2% em relação ao mesmo período de 2012.

Os aumentos nas tarifas de vendas, conforme deliberações ARSESP nº 340 e nº 379 foram as principais responsáveis pelas variações das Receitas de Vendas de Gás. Para chegar às novas tarifas, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) levou em consideração a elevação do custo do gás natural, fundamentalmente do gás importado (sujeito à revisão da agência), impactado pela valorização do dólar e pelo maior custo médio do barril de petróleo nos contratos, elementos principais da formação do custo do gás no Brasil.

O custo total de produtos e serviços vendidos, composto pelo custo da matéria-prima (commodity), do transporte e da construção totalizou R\$ 1,0 bilhão no 1T13, representando um crescimento de 28,8% em relação ao 1T12 em que o valor reportado foi de R\$ 801,4 milhões.

Tais aumentos podem ser explicados, principalmente, pelo aumento do custo do gás decorrente dos contratos de fornecimento de gás precificados em dólar. De acordo com a metodologia de cada contrato o custo do gás é reajustado anualmente pela inflação (base IGP-M) e trimestralmente por uma cesta de óleos combustíveis que variam conforme o preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As diferenças entre o custo real incorrido e o custo de gás incluído na tarifa e cobrado dos clientes (conforme estrutura tarifária definida pela ARSESP), são acumuladas na Conta Corrente Regulatória e são repassadas/cobradas conforme determinação do Regulador nos reajustes periódicos ou nas revisões tarifárias.

No 1T13 a Comgás apresentou lucro bruto de R\$ 415,4 milhões, 30,2% superior ao mesmo período de 2012 que totalizou R\$ 318,9 milhões. Esta variação é explicada principalmente pelo (i) movimento da Conta Corrente Regulatória, o qual foi responsável por um impacto de R\$102 milhões na comparação entre os trimestres, (ii) ajuste da inflação na margem, ocorrido em Maio/2012 e (iii) o maior volume vendido no 1T13.

No 1T13 as despesas com vendas da Comgás totalizaram R\$ 29,2 milhões, 9,6% superior ao mesmo trimestre de 2012. Já as despesas gerais e administrativas somaram R\$ 150,2 milhões no mesmo período, representando um crescimento de 11,5% em relação ao 1T12 em que o valor reportado foi de R\$ 134,7 milhões.

Cabe ressaltar que os valores acima contemplam as despesas com amortização de ágio que totalizaram R\$ 79,7 milhões no trimestre, representando um aumento de 18,7% em relação à 1T12.

A Comgás apresentou EBITDA de R\$ 314,4 milhões no 1T13, crescimento de 42,8 % em relação ao 1T12 que totalizou R\$ 220,2 milhões. A margem EBITDA encerrou o trimestre em 21,7%, 2,1 p.p. superior ao 1T12. Tais variações devem-se, principalmente, ao maior volume de vendas aos impactos da Conta Corrente Regulatória.

No 1T13 a Comgás investiu R\$ 174,5 milhões, 44,2% superior ao mesmo período de 2012. Isso demonstra a estratégia de expansão em regiões ainda não atendidas pela Comgás, além da capilarização da rede e do crescimento através dos projetos integrados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A.4 Rumo Logística

Apresentamos a seguir os resultados da Rumo, braço logístico da Cosan, responsável por oferecer uma solução integrada de serviços logísticos, armazenagem e elevação portuária de açúcar e outras commodities agrícolas.

Rumo Logística			
Valores em R\$ MM	FY13	FY12	Var. %
Receita Operacional Líquida	712,8	572,0	24,6%
Transporte	549,4	413,4	32,9%
Elevação	150,0	141,0	6,4%
Outros	13,3	17,6	-24,4%
Custo dos Serviços Prestados	(420,6)	(394,1)	6,7%
Lucro Bruto	292,2	177,9	64,2%
Margem Bruta (%)	41,0%	31,1%	9,9 p.p
Despesas Gerais e Administrativas	(58,1)	(41,6)	39,7%
EBITDA	296,7	213,2	39,2%
Margem EBITDA (%)	41,6%	37,3%	4,4 p.p

No FY13 a receita líquida da Rumo atingiu R\$ 712,8 milhões, incremento de 24,6% em relação ao mesmo período do ano passado. No FY13 a receita de transporte totalizou R\$ 549,4 milhões, incremento de 32,9% em relação ao FY12 principalmente em função do (i) aumento do volume de açúcar transportado, (ii) melhores preços praticados e (iii) ajustes para manutenção do equilíbrio contratual no serviço de transporte ferroviário junto a America Latina Logística (ALL), parceira da Rumo no transporte. O volume elevado pela Rumo no FY13 foi 6,4% superior ao mesmo período do ano passado, atingindo 8.565 mil toneladas.

Segundo informações da UNICA - União da Indústria da Cana-de-Açúcar, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), o Porto de Santos foi responsável por 69,5% do volume total de açúcar exportado pelo Brasil, e a Rumo movimentou aproximadamente 48% deste total.

A composição do custo dos serviços prestados inclui fretes ferroviários e rodoviários, custos de elevação portuária, transbordo e armazenagem no interior do estado de São Paulo e no porto de Santos. No FY13, o valor foi de R\$ 420,6 milhões, incremento de 6,7% em relação ao FY12 que totalizou R\$ 394,1 milhões. Como percentual da receita líquida anual o custo dos serviços prestados representou 59% contra 69% no FY12.

No FY13, a Rumo apresentou lucro bruto de R\$ 292,2 milhões, 64,2% superior ao reportado no FY12. As margens tiveram incremento de 9,9 p.p., atingindo 41,0% no FY13 contra 31,1% no FY12.

No FY13, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 58,1 milhões, comparadas com R\$ 41,6 milhões reportados no FY12. O acréscimo de 39,7% deve-se, principalmente, ao início da operação do Terminal de Itirapina, serviços de consultoria e adequação da estrutura administrativa da empresa para o novo patamar das operações de transporte.

A Rumo registrou no FY13 EBITDA de R\$ 296,7 milhões, com margem EBITDA de 41,6%, incremento de 39,2% e 4,4 p.p em relação ao FY12, respectivamente. Este resultado está alinhado com o plano de crescimento da companhia, marcado pelo início das operações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

do Terminal de Itirapina, conclusão de parte dos investimentos no Porto de Santos e aumento significativo da operação de transporte.

Os investimentos da Rumo no acumulado do ano a Rumo totalizaram R\$ 266,7 milhões nas seguintes iniciativas: (i) R\$ 89,1 milhões em melhorias no terminal de Santos, que incluem a obra da cobertura do cais(em andamento), construção de moega ferroviária de alta performance(em andamento) e reforma para aumento da capacidade dos armazéns; (ii) R\$ 69,7 milhões na reforma e duplicação de vias permanentes na malha ferroviária da América Latina Logística - ALL; (iii) R\$ 41,5 milhões na aquisição de 200 novos vagões, especialmente projetados para a operação com açúcar; (iv) R\$ 19,3 milhões em investimentos nos terminais de transbordo no interior; e (v) R\$ 47,1 milhões em outras iniciativas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A.5 Radar

Seguem abaixo os resultados do segmento Radar, que tem como principal atividade o investimento em propriedades agrícolas bem como o arrendamento de terras no mercado imobiliário rural brasileiro.

Os resultados da Radar seguem apresentados em duas bases distintas, contábil e proforma, para efeito de comparabilidade entre períodos.

Segue abaixo resumo das principais diferenças entre as duas bases apresentadas:

- Base Proforma
 - FY13 – doze meses (abril de 2012 a março de 2013) da combinação das operações da Radar com o resultado das terras da Cosan
 - FY12 – doze meses (abril de 2011 a março de 2012) da combinação das operações da Radar com o resultado das terras da Cosan

As análises a seguir comparam os resultados do FY13 (proforma) com FY12 (proforma).

A Radar encerrou o FY13 com portfólio de terras próprias avaliado em R\$ 2,5 bilhões e área total de 107,5 mil hectares (265,6 mil acres), distribuída entre seis estados brasileiros:

Valores em R\$ MM	Proforma FY13	Proforma FY12	Var. %
Receita Líquida	86,9	68,1	27,6%
Venda de Propriedades	22,1	-	n/d
Arrendamento de Terras	64,9	68,1	-4,8%
Custo dos Serviços Prestados	(20,1)	-	n/d
Venda Fazenda	(20,1)	-	n/d
Arrendamento Terras	-	-	n/d
Lucro Bruto	66,9	68,1	-1,9%
Margem Bruta (%)	76,9%	100,0%	-23,1 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(20,7)	(23,9)	-13,2%
EBITDA	192,9	292,7	-34,1%

A receita líquida da Radar é composta pela venda de ativos e arrendamento de terras agrícolas. No FY13 a receita líquida da Radar cresceu 27,6% em relação ao FY12 basicamente devido a venda de propriedades e totalizou R\$ 86,9 milhões.

No FY13 o custo dos serviços prestados foi de R\$ 20,1 milhões, em função da venda de propriedades nos trimestres anteriores. Vale ressaltar que todos os custos atrelados ao arrendamento de terras são incorridos pelo operador das propriedades agrícolas.

O lucro bruto foi de R\$ 66,9 milhões no FY13, com margem bruta de 76,9%.

No FY13, a despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 20,7 milhões, queda de 41,2% em relação ao FY12. O principal motivo da redução deve-se a despesas não recorrentes referentes a transações anteriores que tiveram o impacto de impostos de transferência de bens adquiridos (ITBI) incorridas durante o FY12.

As outras receitas operacionais totalizaram no FY13 R\$ 145,4 milhões e referem-se basicamente a ganhos com a valorização do portfólio de terras realizada pela Radar com base em avaliações de mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No FY13, o EBITDA foi de R\$ 192,9 milhões, queda de 63,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior, explicada principalmente pelo reconhecimento do valor justo de mercado do portfólio de terras, que no FY12 foi maior devido à realização da primeira avaliação independente e que apurou ganhos não capturados anteriormente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**A.6 Outros Negócios**

Composição das Vendas			
Valores em R\$ MM	FY13	FY12	Var. %
Receita Operacional Líquida	1.422,6	1.065,5	33,5%
Despesas com Vendas	(199,7)	(187,5)	6,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(200,0)	(132,8)	50,5%
EBITDA	1.004,1	3.976,6	-74,8%
(-) Efeito Bruto de formação da Raízen	-	(3.196,6)	n/d
(-) Resultado de Equivalência	911,4	731,4	24,6%
EBITDA Ajustado	92,7	48,7	90,2%
Margem EBITDA Ajustada (%)	6,5%	4,6%	1,9 p.p

Os resultados do segmento Outros Negócios é composto pelas atividades de industrialização e distribuição de lubrificantes e especialidades automotivas das marcas Mobil e Comma e pela distribuição de Óleos Básicos, além das estruturas corporativas das unidades de negócio da Cosan, excluindo-se Raízen.

No FY13, a receita líquida foi de R\$ 1,4 bilhão, crescimento de 33,5% em relação ao FY12 das operações fora do Brasil. A receita líquida das operações no Brasil também apresentou crescimento devido ao incremento de 7,0% no volume vendido. O preço médio unitário de lubrificantes e óleos básicos atingiu R\$ 4.965 / m³ no FY13.

No FY13 o aumento das despesas com vendas foi de 6,5% e atingiram R\$ 199,7 milhões devido ao maior volume de vendas e início dos investimentos em marketing.

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 45,8 milhões, aumento de 6,4% em relação ao 4T12. No FY13 o crescimento foi de 50,5% equivalente a R\$ 200,0 milhões em virtude da adequação da estrutura corporativa da Cosan e internacionalização do negócio de Lubrificantes e Especialidades.

No FY13, o EBITDA ajustado foi de R\$ 92,7 milhões, 90,2% representando um crescimento de 90,2% ao reportado no FY12.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

B. Demais Linhas do Resultado Consolidado

No FY13 o resultado financeiro líquido representou uma despesa de R\$ 607,4 milhões, comparado com R\$ 476,1 milhões no FY12, principalmente em função do (i) incremento dos encargos da dívida devido a aquisição e consolidação da Comgás, (ii) resultado negativo de variação cambial de R\$ 144,5 milhões comparado com um resultado negativo de R\$ 93,9 milhões no FY12 e (iii) ganhos com derivativos que acabaram por compensar parcialmente os efeitos anteriores.

No FY13, os encargos da dívida bruta aumentaram em 58,2% na comparação com ano anterior, devido principalmente captações de recursos para aquisição da Comgás, cujos encargos totalizaram R\$ 114 milhões, assim como incremento de encargo em R\$ 67 milhões a partir da consolidação da dívida da própria Comgás.

Os rendimentos de aplicações financeiras encerraram o FY13 com R\$ 132,6 milhões comparado com R\$ 127,3 milhões do FY12. Esse incremento se deve ao aumento no saldo médio de disponibilidades, devido às consolidações de Comgás, Radar e Comma, parcialmente compensado pela redução na taxa de juros interna – CDI de aproximadamente 3%.

O resultado negativo de variação cambial se elevou em relação ao FY12, uma vez que o Real se desvalorizou frente ao Dólar (R\$ 2,0138/US\$ em 31 de março de 2013 e R\$ 1,8221/US\$ em 31 de março de 2012), além do aumento nas operações de empréstimos em moedas estrangeiras (protegidas por operações de hedge). No 4T13 o Real se valorizou frente ao Dólar em aproximadamente 1% (R\$2,1038/US\$ em 31 de março de 2013 e R\$ 2,0435/US\$ em 31 de dezembro de 2012) e no mesmo período do ano anterior o Real se desvalorizou 2,9% frente ao Dólar.

O resultado de derivativos incluído no resultado financeiro reflete os ganhos e perdas com instrumentos derivativos não designados para *hedge accounting* ou sua parcela não efetiva que apresentou resultado positivo no 4T13.

A despesa total com Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS) no FY13 foi de R\$ 261,8 milhões, representando uma taxa efetiva de 26,4% comparada com uma alíquota efetiva de 30,2% no FY12, em virtude principalmente de efeitos positivos decorrentes de pagamento de juros sobre capital efetivados pela Raízen, assim como pelo impacto da consolidação da Radar.

A despesa com IR/CS corrente representa o valor de imposto a pagar/(recuperar) calculado. O valor efetivamente pago ainda pode ser deduzido de créditos fiscais existentes, quando aplicável.

No exercício findo em 31 de março de 2013, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 638,2 milhões comparado com R\$ 2,6 bilhões no FY12. Excluindo o efeito de formação da Raízen, o lucro líquido ajustado do FY12 foi de R\$ 421,9 milhões, representando um aumento de aproximadamente 51% quando comparado com o FY12.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Eliminando o efeito da variação cambial ocorrida nos dois exercícios, o lucro líquido ajustado no FY13 seria de R\$ 782,7 milhões comparado com um lucro líquido ajustado de R\$ 800,0 milhões do FY12.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

C. Endividamento

No final do 4T13, a dívida consolidada da Cosan (excluindo PESA) atingiu R\$ 11,1 bilhões contra R\$ 11,2 bilhões no 3T13. Abaixo, seguem segregadas as dívidas da Raízen que são consolidadas proporcionalmente em 50% pela Cosan, além das demais dívidas da Cosan.

Raízen

A dívida bruta combinada da Raízen totalizou R\$ 3,0 bilhões ao final do 4T13 não apresentando variação relevante em relação ao saldo apresentado no 3T13.

Durante o trimestre, houve as seguintes movimentações do principal e juros da dívida:

Amortização de principal e juros de R\$ 504,3 milhões relacionados com operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio, pré-pagamentos, notas de crédito e capital de giro;

Captação de R\$ 167,2 milhões, principalmente, nas modalidades de Finem;

Provisão relativas à juros, variação monetária e cambial no período, no montante de R\$ 26,5 milhões;

Cosan e Controladas

A dívida bruta no 4T13 totalizou R\$ 8,2 bilhões, mantendo-se no mesmo patamar do 3T13. Os principais eventos no período foram: (i) captações de Notas Promissórias no montante de R\$ 400,0 milhões pela Comgás, (ii) captação das Senior Notes 2018 e 2023 no montante de R\$ 1.833 milhões que foram utilizados para liquidação antecipada no montante de R\$ 1.909 milhões da 1ª série de debêntures, captadas para aquisição Comgás.

Consolidado Cosan

As disponibilidades de caixa somaram R\$ 2,6 bilhões ao final do 4T13 comparado com R\$ 2,3 bilhões no 3T13. O endividamento líquido no trimestre foi de R\$ 8,6 bilhões, comparado aos R\$ 8,8 bilhões no 3T13, equivalente a uma alavancagem de 2,3 vezes considerando o EBITDA Proforma de R\$ 3,6 bilhões dos últimos 12 meses que levam em consideração Comgás e Radar.

PROPOSTA DE RENTENÇÃO DE LUCROS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício findo em 31 de março de 2013, o lucro líquido foi destinado para reserva legal e para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme requerido pela Lei 6.404/76, sendo que o saldo remanescente foi destinado para reserva estatutária que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas. A destinação dos lucros deverá ser aprovada pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em julho de 2013.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O investimento em pesquisa, tecnologia e criação de novas soluções é uma constante no segmento industrial da Companhia. Herdeira de um histórico de pioneirismo no desenvolvimento do açúcar VHP (*Very High Polarization*), a Companhia está na vanguarda da produção de açúcares orgânicos e líquidos no Brasil.

Através da Raízen, joint venture entre a Cosan e a Shell, a Companhia investe na busca por soluções eficientes e sustentáveis que garantam a energia necessária para o desenvolvimento do país. Para estimular a geração de conhecimento, aumentando sua competitividade no mercado, a empresa busca através da inovação a sintonia entre rentabilidade, produtividade e responsabilidade socioambiental. Sua atuação baseia-se no modelo de alianças com instituições reconhecidas no mercado por sua competência técnica e por seu caráter inovador. Entre elas estão a canadense Iogen e a americana Codexis, na qual a Raízen detém participação de 16%.

Já o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), principal centro de pesquisa em cana-de-açúcar do mundo, avança seus estudos com o apoio da Raízen, uma das sócias da instituição. Localizado em Piracicaba (SP), o CTC é referência no setor e busca o desenvolvimento contínuo da matéria-prima e o aumento da produtividade agrícola e industrial.

Na mesma linha, a Raízen conta com uma parceria educacional com o Centro de Inovação em Engenharia de Sistemas Logísticos (Cislog). A instituição, que pertence ao Departamento de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Vanzolini, auxilia no aprimoramento da equipe da área de Logística, Distribuição e Trading (LD&T).

As grandes apostas da Raízen estão nas seguintes linhas de pesquisa e desenvolvimento:

- Etanol de segunda geração;
- Biorrefinarias;
- Eficiência dos processos industriais;
- Concentração e Biodigestão de vinhaça;
- Novas matérias-primas, como o sorgo sacarino

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para a Cosan a excelência em gestão está diretamente relacionada à visão de longo prazo e perenidade de seus negócios, ou seja, permeia tudo o que fazemos e permite a coerência e o equilíbrio entre nossos objetivos e práticas. Ser sustentável é garantir que a nossa companhia continue a investir, atrair talentos, gerar valor pela qualidade das operações e crescer com solidez.

Para fortalecermos o desenvolvimento consistente de nossos negócios, aprofundamos o tema na organização durante o ano de 2012 com o engajamento da liderança de todas as empresas da companhia, identificando questões essenciais para a gestão e adotando mecanismos e práticas mais adequadas para lidar com nossos desafios e oportunidades. Dessa forma, reforçamos nosso compromisso com o crescimento econômico sustentável, os princípios éticos, a gestão de riscos e a construção de relações de confiança.

Alinhada à Política Estadual de Mudanças Climáticas de São Paulo, a Rumo investirá, até 2015, R\$ 1,5 bilhão para que o açúcar seja transportado predominantemente por ferrovias. Como resultado, cerca de 30 mil carretas deixarão de circular mensalmente pelas estradas que ligam o interior paulista ao litoral do Estado.

Na Comgás, os programas “Zero Lesão” e “Alta Performance” são uma constante da empresa para garantir a excelência da operação e o desempenho do negócio. Trabalhar com segurança total e respeito ao meio ambiente ultrapassa os limites físicos da companhia e agrega novos clientes com eficiência, agilidade e qualidade.

Em agosto de 2012, a Cosan Lubrificantes e Especialidades atingiu a significativa marca de 16 anos sem acidentes com afastamentos nas operações. São quase seis mil dias de trabalho com bons resultados operacionais conquistados de maneira segura.

O programa Troca Inteligente, da Cosan Lubrificantes e Especialidades, reduz o descarte de embalagens, pois o abastecimento do óleo é feito direto no cárter do veículo. A bomba de abastecimento dispõe de um medidor digital e filtro e visor transparentes exclusivos, que permitem ao consumidor ver o produto que está adquirindo, aliando sustentabilidade ao rigoroso controle de qualidade dos lubrificantes Mobil.

A Cosan também contribui para a evolução do tema na agricultura brasileira. A Radar estimula a adoção de práticas socioambientais referenciais pelos operadores agrícolas de terras sob sua gestão, contribuindo para uma produção mais responsável, principalmente quanto às relações trabalhistas e gestão ambiental. A Raízen, teve a primeira usina do mundo a ser certificada pela Bonsucro, instituição que reconhece e atesta as boas práticas socioambientais do setor sucroenergético, abrindo mercados e colocando o setor brasileiro em um novo patamar. Até o final de 2012, sete unidades foram certificadas.

Além dos patrocínios e aportes através de leis de incentivo, a Cosan, por meio de parcerias com outras empresas e organizações sociais, realiza investimentos nas comunidades em que está presente. São destaques o Programa Aprendiz Comgás (PAC) e a Fundação Raízen que promove a formação profissional e cidadã de mais de 3.500 crianças e jovens.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estas são algumas iniciativas que fortalecem o objetivo da Cosan em adotar práticas adequadas e gerar valor para o negócio, acionistas, funcionários, comunidades em que atuamos e demais públicos de relacionamento.

Para mais informações acesse nosso site e consulte o Relatório (www.cosan.com.br).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de março de 2013, considerando os empregados das nossas empresas, contávamos com 37.185 (março de 2012 – 37.614) funcionários. Todos os nossos empregados, inclusive os trabalhadores rurais migrantes e temporários, são contratados diretamente pela Companhia em regime CLT.

A Companhia mantém relacionamentos harmoniosos com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados, sendo que aproximadamente 30% destes empregados são sindicalizados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente geralmente têm duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável, além de cumprir rigorosamente todas as condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não-sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem refeições balanceadas, assistência médica, hospitalar e odontológica, subsídio para aquisição de medicamentos, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, bolsa de estudos, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios.

Dentre os projetos destacamos:

(i) Continuidade da Escola de Líderes (ii) Incentivo na formação técnica de nível operacional.

A companhia consolidou seus programas de formação profissional, com forte atuação e investimentos em programas estruturados de desenvolvimento de gestores, e, nível operacional através de treinamentos de capacitação.

No último ano foi finalizada a atualização do programa de classificação de cargos em grades, contribuindo para o desenho organizacional da empresa e para o desenho dos planos de carreira, além da continuidade dos programas de avaliação de desempenho e competências, baseado no modelo de meritocracia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Cosan é uma sociedade anônima de capital aberto. Em 31 de março de 2013 e 2012 o capital social estava representado por 407.214.353 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fez sua oferta inicial de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) em novembro de 2005, listada no mais alto nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA, o Novo Mercado. A controladora da Companhia, Cosan Limited, realizou sua oferta inicial de ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) em agosto de 2007. O Grupo Cosan é pioneiro no setor sucroenergético, tornando-se o primeiro grupo brasileiro a abrir o capital no Brasil e nos Estados Unidos da América. O relacionamento da Companhia com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e caracterizado pelo respeito aos princípios legais e éticos. A área de Relações com Investidores faz contatos com investidores e analistas de mercado, promovendo eventos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da Companhia. A Cosan mantém um site de relações com investidores contendo informações sempre atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para públicos distintos: analistas, investidores institucionais e investidores pessoas físicas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cosan conduz suas operações em conformidade às boas práticas de governança corporativa. A Companhia está listada no principal nível de Governança Corporativa da Bovespa, denominado Novo Mercado, desde o lançamento de suas ações na bolsa de valores brasileira em 2005 e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no seu Estatuto Social.

Para garantir a transparência da gestão e dos negócios, em benefício de todos os acionistas e investidores, a Companhia conta com uma política de divulgação de informações, a qual estabelece regras e procedimentos para pessoas vinculadas à Companhia (executivos e empregados) com acesso a informações e fatos relevantes, e define os critérios, o momento e o responsável pela divulgação de tais informações aos investidores, para garantir que os dados para o mercado sejam distribuídos de forma ampla, transparente e homogênea.

A controladora da Companhia foi a primeira Emissora Privada Estrangeira (FPIs) no setor em que atua, a ser listada na Bolsa de Nova Iorque. Dessa forma, a Companhia implantou os procedimentos de controles internos visando se adequar às exigências da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) com base na metodologia estabelecida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) para controles internos. A Companhia se adequou à Seção 302 da mesma Lei, que determina que diretores executivos devam declarar que são responsáveis pelos controles e procedimentos de divulgação de informações. A Companhia constantemente vem aprimorando seus processos internos e ratificando seu compromisso com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Em linha com as melhores práticas de governança, a Companhia possui diversos órgãos para monitorar o desempenho da Administração, tais como: (i) Conselho de Administração, (ii) Comitê de Gestão de Risco – formado por membros do Conselho de Administração, sendo um deles conselheiro independente; (iii) Comitê de Auditoria Estatutário, com participação de membros independentes e do Conselho de Administração, aprovado em 28 de março de 2012 com o objetivo de cumprir integralmente as regras de governança corporativa estabelecidas pela CVM, bem como reforçar as boas práticas em controles internos; (iv) Comitê de Remuneração - responsável por revisar e aprovar a remuneração e os benefícios concedidos membros-chave da administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a soma dos outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a revisão de relatórios de sustentabilidade, durante o exercício vigente, foi inferior a 5% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima.

Com base em referidos princípios, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Cosan agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos.

Para detalhes da análise do resultados do FY13, visite o nosso site: www.cosan.com.br/ri.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cosan S.A. Indústria e Comércio (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Cosan S.A. Indústria e Comércio e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosan S.A. Indústria e Comércio em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosan S.A. Indústria e Comércio e suas controladas em 31 de março de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cosan S.A. Indústria e Comércio, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota 2.2.17, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 5 de junho de 2013, que não conteve qualquer modificação. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Campinas¹, 5 de junho de 2013

PricewaterhouseCoopers
Valdir Augusto de Assunção

Auditores Independentes
CRC 1SP135319/O-9

Contador

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 5 de junho de 2013 pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CRC 2SP000160/O-5 “F”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas

A Cosan S.A. Indústria e Comércio, composta por suas controladas e controladas em conjunto (“Companhia” ou “Cosan”), é uma companhia de capital aberto com suas ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBOVESPA”), sob a sigla CSAN3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada pela Cosan Limited, que detém 62,3% do seu capital social.

A Cosan, por meio de suas controladas e controladas em conjunto, atua principalmente nos seguintes segmentos de negócio: (i) produção e comércio de açúcar e etanol, assim como a cogeração de energia produzida a partir do bagaço de cana-de-açúcar, por meio da sua controlada em conjunto denominada Raízen Energia S.A. (“Raízen Energia”); (ii) distribuição de combustíveis, por meio da sua controlada em conjunto denominada Raízen Combustíveis S.A. (“Raízen Combustíveis”); (iii) serviços logísticos de transporte, armazenagem e elevação portuária de commodities, principalmente açúcar, por meio de sua controlada indireta Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo”); (iv) produção e distribuição de lubrificantes licenciados sob a Marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai, além de mercado europeu e asiático com a marca *Comma* e atividades corporativas; (v) compra, venda e arrendamento de terras agrícolas por meio de sua controlada Radar Propriedades Agrícolas S.A. (“Radar”) e (vi) distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo por meio de sua controlada Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“COMGÁS”).

Em 5 de novembro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da participação de 60,05% na COMGÁS do Grupo BG pelo montante total de R\$ 3,4 bilhões. A partir dessa data, a COMGÁS passou a ser consolidada nas informações financeiras da Companhia e apresentada no segmento COMGÁS.

Em 24 de outubro de 2012, a Companhia firmou com a Camil Alimentos S.A. (“Camil”) Aditamento ao Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado em 28 de maio de 2012, pelo qual foi acordada a alienação da totalidade das ações emitidas por sua controlada, Docelar Alimentos e Bebidas S.A., para a Camil, pelo preço total de R\$ 293.770. Deste total, R\$ 88.770 foram recebidos à vista e os R\$ 205.000 restantes serão divididos em até quatro parcelas. Com isso a Docelar não está apresentada nas informações financeiras da Companhia.

Em 1º de junho de 2011, a Companhia anunciou, juntamente com a Royal Dutch Shell (“Shell”), a constituição de duas companhias controladas em conjunto (“joint ventures” ou “JVs”): (i) Raízen Combustíveis, no segmento de distribuição de combustíveis, e (ii) Raízen Energia, no segmento de produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia. A Cosan e a Shell compartilham o controle das duas entidades, na qual cada uma detém 50% do controle econômico. A Cosan registra o investimento por meio de equivalência patrimonial nas informações financeiras individuais e por meio de consolidação proporcional nas informações financeiras consolidadas.

A Cosan contribuiu para a formação das JVs com os seus negócios de açúcar, etanol, cogeração de energia e de distribuição de combustíveis. A Shell contribuiu com seu negócio de distribuição de combustíveis no Brasil além de participação em empresas de pesquisa e desenvolvimento de etanol de segunda geração (Iogen Co. e Codexis, Inc), licença para utilização da marca *Shell* no montante de R\$533 milhões e uma contribuição em dinheiro fixada no valor de aproximadamente R\$1,8 bilhão durante um período de dois anos. Os efeitos contábeis decorrentes da formação da Raízen Combustíveis e da Raízen Energia são apresentados na Nota 21 e a posição financeira e resultados operacionais consolidados da Companhia para os períodos subsequentes à formação das *joint ventures* não são necessariamente comparáveis com as informações apresentadas em exercícios anteriores.

2 Principais políticas contábeis

Notas Explicativas

2.1 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os instrumentos financeiros derivativos, ativos biológicos, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedade para investimento, mensurados ao valor justo.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 05 de junho de 2013.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas;
- Propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo; e
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e do valor presente da obrigação do benefício definido e é limitado, tal como divulgado na Nota 30.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão estão registrados no patrimônio líquido dessas controladas.

Notas Explicativas

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 13 – Combinações de negócios

Quando a Companhia tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade de forma a obter benefícios de suas atividades, é registrada como uma controlada e consolidada nas demonstrações financeiras. Consideramos que temos controle sobre a subsidiária Radar, mesmo sem participação majoritária, pois pelo Acordo de Acionistas a Cosan tem o poder de direcionar todas as atividades relevantes da Radar e exercer poder de maioria em todas as decisões relevantes sobre os assuntos financeiros e operacionais de Radar.

Adicionalmente, a grande maioria dos direitos dos não-controladores são de natureza protetiva. A Cosan elege a maioria dos membros do Conselho de Administração e possui garantias que podem ser exercidas a qualquer momento e permitem a Cosan adquirir participação adicional de 20% na Radar (Nota 11).

- Nota 14 – Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo na data do balanço e os efeitos das mudanças no valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo das mercadorias vendidas.

- Notas 15 e 16 – Imobilizado e Intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado incluem as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios ou aumento na formação da *Joint Venture* é uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para os ativos intangíveis com vida útil indefinida e *ágio*. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o *ágio* é alocado são explicadas na Nota 16.

- Nota 19 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

Outros ativos não circulantes

A Companhia registrou um ativo referente a uma ação movida contra o Governo Federal, por indenização decorrente do controle de preços. O recebimento desses valores é praticamente certo, tendo em vista que o Governo Federal não pode apelar contra a sentença (Nota 20).

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 29 – Valor justo dos derivativos e outros instrumentos

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados na demonstração financeira não pode ser derivada de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para estes modelos são praticados no mercado, sempre que possível, mas se isso não for viável, um grau de julgamento é requerido para estabelecer valores justos. O julgamento inclui considerações sobre os dados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- Nota 30 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos

O custo dos planos de benefícios definidos de pensões e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de pensão é determinado usando avaliações atuariais. A avaliação atuarial envolve várias premissas que podem diferir dos resultados efetivos no futuro. Estas incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

- Nota 31 – Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 31.

- Nota 20 – Provisão para demandas judiciais

Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

2.2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo.

2.2.1 Base de consolidação

Notas Explicativas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Cosan, suas controladas e controladas em conjunto. As controladas e controladas em conjunto estão listadas a seguir:

	2013	2012
<u>Controladas</u>		
Administração de Participações Aguassanta Ltda.	65,00%	91,50%
Bioinvestments Negócios e Participações S.A.	65,00%	100,00%
Vale da Ponte Alta S.A.	65,00%	100,00%
Águas da Ponte Alta S.A.	65,00%	100,00%
Proud Participações S.A.	65,00%	100,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A. (6)	65,00%	-
Radar Propriedades Agrícolas S.A. (6)	29,50%	-
Nova Agrícola Ponte Alta S.A. (6)	29,50%	-
Terras da Ponte Alta S.A. (6)	29,50%	-
Nova Santa Barbara Agrícola S.A. (6)	29,50%	-
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas (6)	29,50%	-
Cosan US, Inc.	100,00%	-
Cosan Biomassa S.A.	100,00%	-
Cosan Lubes Investments Limited	100,00%	-
Comma Oil Chemicals	100,00%	-
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	60,05%	-
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Cayman Finance Limited	100,00%	100,00%
Cosan Cayman II Limited	100,00%	100,00%
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	100,00%	100,00%
CCL Cayman Finance Limited	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A.	100,00%	-
Copsapar Participações S.A. (7)	-	90,00%
Novo Rumo Logística S.A.	100,00%	92,90%
Cosan Infraestrutura	100,00%	-
Handson Participações S.A. (8)	-	100,00%
Docelar Alimentos e Bebidas S.A. (8)	-	99,90%
Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (anteriormente denominada Cosan Operadora Portuária S.A.)	75,00%	69,70%
Logisport Armazéns Gerais S.A. (5)	38,25%	35,50%
Stallion S.A.	100,00%	100,00%
<u>Controladas em conjunto</u>		
Raízen S.A. (1)	50,00%	50,00%
Raízen Energia Participações S.A. (1) (2) (3)	-	50,00%
Raízen Energia S.A. (1) (2)	50,00%	-
Raízen Combustíveis S.A. (1) (2)	50,00%	50,00%
IPUTI Empreendimentos e Participações S.A. (1) (4)	-	50,00%

(1) Empresas controladas em conjunto com a Shell

(2) Representa o interesse econômico. A Companhia detém 50% mais uma ação das ações da Raízen Energia e 50% menos uma ação das ações da Raízen Combustíveis.

(3) Incorporada na Raízen Energia S.A. em 30 de novembro de 2012.

(4) Alienada em 1º de junho de 2012;

(5) A subsidiária Rumo detém 51% do seu capital;

(6) Veja detalhes da aquisição na Nota 11.

(7) Incorporada na Novo Rumo em 26 de março de 2013.

(8) Veja detalhes na Nota 28.

(a) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor justo da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecidos de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais

Notas Explicativas

Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente a aquisição; menos

- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existent. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

(b) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- em valor justo; ou
- em sua participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultar em uma perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas na sua condição de acionista. Ajustes de participações minoritárias são baseadas em uma quantidade proporcional dos ativos líquidos da controlada. Não são efetuados ajustes para o ágio e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(c) Subsidiárias

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de administrar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais de metade dos direitos de voto, direta ou indiretamente. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A Companhia também avalia a existência de controle, quando não tem mais de 50% do poder de voto, mas é capaz de gerir as políticas financeiras e operacionais, em virtude do controle de fato.

O controle de fato pode surgir em circunstâncias em que o tamanho dos direitos de voto da Companhia em relação ao tamanho e dispersão dos demais acionistas controladores conceda à Companhia o poder de administrar as políticas financeiras e operacionais, etc.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data da aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixa de existir.

Notas Explicativas

A Companhia aplica o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo quanto pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

Custos relacionados à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Se a combinação de negócios é realizada em etapas, o saldo contábil da aquisição da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição; quaisquer ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação são reconhecidos na demonstração de resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela Companhia é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente que for considerado como um ativo ou passivo é reconhecido de acordo com o IAS 39 e CPC 38, seja no resultado ou como uma mudança em outros resultados abrangentes. A contraprestação contingente que for classificada como patrimônio líquido não é reavaliada, e sua liquidação subsequente é contabilizada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como o excesso na soma da contraprestação transferida e do valor justo da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Se esta consideração é inferior ao valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado.

Todos os saldos de balanço mantidos entre as controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizadas decorrentes de negócios entre as empresas são eliminados. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

(d) Investimentos em coligadas (equivalência patrimonial investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com àquelas da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa começa a existir até a data em que aquela influência significativa acaba.

Notas Explicativas

Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa coligada registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

(e) Investimentos em controladas em conjunto (consolidação proporcional)

A Companhia tem participação em joint ventures, que são entidades controladas em conjunto, em que os empreendimentos têm um acordo contratual que estabelece o controle conjunto sobre voto e as atividades econômica da entidade. O acordo exige unanimidade para as decisões financeiras e operacionais entre os empreendimentos. A Companhia reconhece sua participação nas joint ventures, utilizando o método de consolidação proporcional. A empresa combina a sua participação proporcional de cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas das joint ventures com itens similares, rubrica a rubrica, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras das joint ventures são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia.

São feitos ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para eliminar saldos, transações e os ganhos não realizados e perdas nas transações entre a Companhia e suas joint ventures. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de uma redução no valor realizável líquido de ativos correntes ou uma perda por imparidade. A joint venture é proporcionalmente consolidada até a data em que a Companhia deixe de ter controle conjunto sobre a joint venture.

Conforme descrito na Nota 2, em vigor no ano societário da Companhia em 1 de abril de 2013, as IFRS para essas entidades proporcionalmente consolidadas mudará e a Companhia será então exigida a explicá-las retrospectivamente usando o método da equivalência patrimonial.

(f) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.2.2 Moeda estrangeira**(a) Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício.

Notas Explicativas

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção das diferenças resultantes na reconversão dos itens listados abaixo as quais são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de *impairment* no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são reclassificadas para o resultado);
- Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na medida que o hedge seja efetivo; ou
- *Hedge* de fluxos de caixa que se qualificam como tal, na medida em que sejam efetivos.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real. Os resultados e a posição financeira cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento;
- (ii) As demonstrações do resultado, do resultado abrangente e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias; e
- (iii) O patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada “Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA”.

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação. Quando da alienação parcial de uma Controlada que inclua uma operação no exterior, a proporção pertinente de tal valor acumulado é reatribuído à participação não controladora. Quando o Grupo dispõe de apenas uma parte do seu investimento na controlada ou controlada em conjunto que inclui uma operação no exterior, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção pertinente é reclassificada para lucro ou prejuízo.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber de, ou a pagar a uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível e cuja essência seja considerada como fazendo parte do investimento líquido na operação no exterior (associada ou entidade controlada em conjunto), são reconhecidos em outros resultados abrangentes, e apresentados no patrimônio líquido.

Notas Explicativas (c) Conversão das demonstrações financeiras das controladas

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na moeda funcional de cada empresa. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidos para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada “Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA”.

As taxas de conversão do Real (R\$) para o dólar norte americano (US\$) eram R\$2,0138=US\$1.00 em 31 de março de 2013, R\$1,8221=US\$1.00 em 31 de março 2012

2.2.3 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de dívida de curto prazo ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

Notas Explicativas

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem debêntures. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(c) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Notas Explicativas

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos. Passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos (incluindo certas ações preferenciais), limite de cheque especial bancário, e fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

Os juros pagos são divulgados como atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa.

(d) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

O Grupo mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

(i) *Hedges* de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedge*) afetam o resultado na mesma rubrica na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

(ii) Derivativos embutidos separáveis

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidos imediatamente no resultado.

(iii) Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

2.2.4 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo o valor realizável líquido.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

2.2.5 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Notas Explicativas

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de serem realizados primariamente por meio da venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis correspondentes. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor em um grupo de ativos classificados como mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata* exceto que, nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis definidas pela Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

2.2.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos referem-se às plantações de cana.

O canavial é mensurado pelo justo valor, excluindo o terreno sobre o qual são plantadas, de acordo com o método de fluxo de caixa descontado.

A colheita inicia-se geralmente em abril de cada ano e termina nos meses de novembro e dezembro.

Para a cana, a Companhia utiliza os fluxos de caixa futuros projetados de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada colheita, levando-se em consideração a vida útil estimada de cada plantio, os preços do açúcar total recuperável, produtividades estimadas e os custos estimados relacionados de produção, colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

Mudanças nos valores justos entre os períodos são alocados ao custo dos produtos vendidos.

2.2.7 Propriedade para investimento

As terras das propriedades rurais compradas pela Companhia são demonstradas ao valor justo, sendo a variação do valor justo das propriedades para investimento reconhecida no resultado do exercício.

Venda de fazendas não são reconhecidas no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determinar que o pagamento do comprador seja provável; (iii) a receita puder ser mensurada de forma confiável, e (iv) a Companhia tenha transferido os riscos da propriedade para o comprador, sem qualquer envolvimento. A receita da venda de fazenda é demonstrada na demonstração do resultado como "ganho realizado com a venda da fazenda" pela diferença entre o valor de venda e o valor contábil da fazenda vendida.

2.2.8. Imobilizado

Notas Explicativas

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(b) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho ou perda resultante dessa nova mensuração é reconhecido no patrimônio líquido.

(c) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(d) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

Notas Explicativas

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil de cada ativo, seguindo as taxas anuais de depreciação demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4%
Máquinas, equipamentos e instalações	3% a 10%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% a 20%
Vagões	2.9%
Locomotivas	3.3%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programadas em suas usinas de açúcar e álcool em bases anuais. Isso ocorre entre os meses de janeiro e março, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Os principais custos de manutenção anual incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas incorridas durante o período de entressafra e amortizado no período de safra.

O custo estimado do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

2.2.9 Ativos intangíveis e ágio**(a) Ágio**

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras.

(i) Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento é alocada para o valor contábil do investimento como um lado registrado por equivalência patrimonial.

(b) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de novos produtos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão-de-obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas Explicativas

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(c) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(d) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(e) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(f) Contratos com clientes

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(g) Contrato de concessão

COMGÁS, uma subsidiária da Companhia, possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, no qual o Poder Concedente controla, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a controlada reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida no resultado por valor igual ao custo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela COMGÁS, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

O contrato de Concessão foi assinado em 31 de maio de 1999, com prazo de vigência de 30 anos. Sujeito à avaliação do Poder Concedente, a controlada tem a opção de requerer a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. As condições contratuais necessárias para prorrogação do contrato de concessão junto ao Poder Concedente estão sob controle da controlada. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados naquela época.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela COMGÁS devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

2.2.10 Redução ao valor recuperável (impairment)**(a) Ativos financeiros não derivativos**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado quanto em nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Notas Explicativas

(ii) Ativos disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método do juro efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras. Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Uma perda por *impairment* relativo a uma equivalência patrimonial é mensurado pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil, de acordo com a Nota 12. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Uma perda por *impairment* é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.2.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Como consequência da combinação de negócios dos ativos da Esso no Brasil, ocorrida em 1º de dezembro de 2008, a Companhia tem registrado o valor de R\$ 194.164 em 31 de março de 2013 (R\$ 222.713 em 2012) referente à contraprestação contingente decorrentes desta transação. A contraprestação contingente é mensurada ao valor justo com as alterações reconhecidas na demonstração do resultado.

2.2.12 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

(b) Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

Notas Explicativas

(c) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(d) Planos de benefício definido

A Companhia, por meio da subsidiária Cosan Lubrificantes Especialidades S.A. (“CLE”) e Companhia de Gás de São Paulo (“COMGÁS”), é patrocinadora de uma Sociedade de Previdência Privada que tem a finalidade de manter plano de suplementação de benefícios para parte de seus empregados. O custo de proporcionar benefícios no âmbito do plano de benefício definido é determinado anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes, e todas as despesas com os planos de benefício definido no resultado como despesa com pessoal.

A Companhia reconhece qualquer ganho ou perda com redução ou liquidação de plano de benefício definido quando ocorrer tal redução ou liquidação. O ganho ou perda na redução ou liquidação compreende qualquer alteração no valor justo dos ativos do plano, qualquer diferença no valor presente das obrigações de benefício definido do plano, qualquer ganho ou perda atuarial e custo do serviço passado relacionados que não tenham sido previamente registrados.

(e) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que são expressos na moeda em que os benefícios devem ser pagos. O cálculo é realizado por meio do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

2.2.13. Receita Notas Explicativas

Receita de produtos

Receitas provenientes da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido de devoluções, descontos comerciais e abatimentos de volume. A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios de propriedade significativos foram transferidos para o cliente, a recuperação da consideração é provável, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de forma confiável, não há envolvimento continuado de gestão com os bens, bem como o montante da receita pode ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de forma confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita, como as vendas são reconhecidas.

Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva.

(i) Receita faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(ii) Receita não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(iii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IAS 11 / CPC 17 - "Contratos de Construção", com base no andamento da construção do ativo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Considerando que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção como fonte de receita e, portanto de resultado, a Companhia não reconhece margem de construção de infraestrutura.

2.2.14 Arrendamentos

Notas Explicativas

(a) Bens arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Companhia.

(b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(c) Determinando se um contrato contém arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado;
- O contrato contém direito de utilização do ativo(s).

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

2.2.15 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

Notas Explicativas

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

2.2.16 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor, a presunção de que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperado por meio da venda.

Notas Explicativas

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

(c) Impostos indiretos

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

(d) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia a mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações obrigações fiscais terão impacto na despesa de imposto no período em que tal determinação é efetuada.

2.2.17 Reclassificação da operação descontinuada

Conforme divulgado em nota explicativa 28 pela alienação da Docelar, e requerido pelo IFRS 5 – Ativos não correntes disponíveis para venda e operações descontinuadas, a Companhia está alterando a apresentação de suas demonstrações de resultado (controladora e consolidado) para o exercício findo em 31 de março 2012. Os principais impactos dessas mudanças para os períodos de nove meses são os seguintes:

Demonstrações dos resultados:

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificação	Ajustado	Publicado	Reclassificação	Ajustado
Lucro bruto	(1.114)	-	(1.114)	2.631.872	(129.065)	2.502.807
Resultado operacional	(139.513)	-	(139.513)	1.564.002	72.887	1.636.889
Resultado de equivalência patrimonial	3.154.846	(64.248)	3.090.598	33.268	-	33.268
Resultado financeiro	(619.378)	-	(619.378)	(474.140)	(1.911)	(476.051)
Imposto de renda e contribuição social	210.993	-	210.993	(1.110.212)	(6.159)	(1.116.371)
Lucro do período de operações em continuidade	2.605.834	(64.248)	2.541.586	2.644.790	(64.248)	2.580.542
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas	-	64.248	64.248	-	64.248	64.248
Lucro líquido atribuível a Cosan	2.605.834	-	2.605.834	2.605.834	-	2.605.834

Notas Explicativas

Demonstrações dos fluxos de caixa:

	Publicado	Operação Descontinuada	Reclassificação	Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido para lucro antes do IR e CS	2.605.834	(69.626)	1.160.705	3.696.913
Ajustes para reconciliar o lucro	(501.029)	20.924	(945.957)	(1.426.062)
Variação nos ativos e passivos	(143.349)	48.702	(214.748)	(309.395)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.961.456	-	-	1.961.456
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizados, softwares e outros intangíveis	(1.584.542)	2.859	-	(1.581.683)
Caixa gerado por operações descontinuadas	-	(2.859)	-	(2.859)
Outras atividades de investimento	(658.233)	-	-	(658.233)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.242.775)	-	-	(2.242.775)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	643.418	-	-	643.418
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	362.099	-	-	362.099

Certos valores nas demonstrações de resultado comparativo foram reclassificados para ficar em conformidade com a apresentação do ano corrente. Adicionalmente, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de março de 2012 foi reclassificada para fins de reapresentação das operações descontinuadas durante o ano corrente em que foi descontinuado desde o saldo de abertura do ano comparativo.

2.3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Tais alterações não têm efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, exceto pelos seguintes:

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração**

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A Companhia está analisando os eventuais impactos em suas divulgações decorrentes da adoção do IFRS 9.

- **IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A adoção antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais impactos em suas divulgações decorrentes da adoção do IFRS 10.

Notas Explicativas

• IFRS 11 – Acordos Conjuntos

O IFRS 11 alterará significativamente a contabilização dos empreendimentos controlados em conjunto. O novo pronunciamento elimina inconsistências nas divulgações desse tipo de operação da prática atual, exigindo a adoção de um único método (o método de equivalência patrimonial) para contabilizar os empreendimentos controlados em conjunto. Isso elimina a opção de consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. O novo pronunciamento entrará em vigor para a publicação das demonstrações financeiras anuais nos exercícios iniciados a partir de 1º de abril de 2013, e a adoção antecipada é permitida.

Com a adoção do IFRS 11 que, atualmente é prevista para o período de nove meses a findar em 31 de dezembro de 2013, as *Joint-Ventures* (Raízen Energia e Raízen Combustíveis) que nas demonstrações financeiras atuais, são apresentadas por meio de consolidação proporcional, serão apresentadas pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o IAS 28R - *Investment in Associates and Joint Ventures* (Investimento em Associadas e Joint-Ventures).

O total dos ativos dessas controladas em conjunto (Raízen Energia e Raízen combustíveis), representaram aproximadamente 43% dos ativos totais consolidados em 31 de março de 2013. A receita, lucro operacional e fluxo de caixa das atividades operacionais dessas controladas em conjunto representam aproximadamente 83%, 59% e 66%, respectivamente, dos totais consolidados no exercício findo em 31 de março de 2013. A mudança do método de consolidação proporcional para método de equivalência patrimonial não deverá ter impacto significativo no total do patrimônio líquido ou lucro líquido proveniente dessas controladas em conjunto.

• IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades

O IFRS 12 é uma nova norma que abrange os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. O IFRS 12 entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A adoção antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais impactos em suas divulgações decorrentes da adoção do IFRS 12.

• IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo

O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. A norma entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A adoção antecipada é permitida.

• IAS 19 – Benefícios a empregados

O IAS 19 (2011) altera a definição de benefícios a empregados de curto prazo e outra de longo prazo para esclarecer a distinção entre os dois. Para os planos de benefício definido, não se espera que a remoção da escolha de política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais tenha qualquer impacto sobre a Companhia. No entanto, a Companhia poderá precisar avaliar o impacto da mudança de princípios de medição de retorno esperado sobre os ativos do plano. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passam a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *Joint Ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas**3 Informação por segmento (consolidado)****(a) Informação por segmento**

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela administração da Cosan para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros.

Tendo em vista a combinação de negócios da Radar e da COMGÁS, a Cosan modificou a apresentação de seus segmentos, passando a apresentar seis segmentos, conforme demonstrado abaixo:

Operações continuadas

- (i) Raízen Energia: produção e a comercialização de uma variedade de produtos derivados de cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP), etanol combustível, anidro e hidratado. Esse segmento também contém as atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar, além de participações em empresas de pesquisas e desenvolvimentos de novas tecnologias.
- (ii) Raízen Combustíveis: distribuição e comercialização de combustíveis, principalmente por meio da rede de postos franqueados sob a marca “Shell” e “Esso” no Brasil.
- (iii) Radar: compra, venda e arrendamento de terras agrícolas para cultivo de cana de açúcar e grãos em geral.
- (iv) Rumo: prestação de serviços logísticos de transporte, armazenagem e elevação portuária, principalmente de produtos de açúcar.
- (v) COMGÁS: distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.
- (vi) Cosan outros negócios: distribuição e comercialização de lubrificantes e demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia.

Operações descontinuadas

- (vii) Cosan Alimentos: comercialização de alimentos, principalmente de açúcar no varejo, com as marcas “União” e “Da Barra”, cuja participação foi alienada em 24 de outubro de 2012 (Nota 1).

A seguir as informações selecionadas de resultado e de ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas:

Notas Explicativas

	2013									
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	Radar (a)	Rumo	COMGÁS (b)	Cosan outros negócios	Eliminação 50% Raízen	Outros ajustes e eliminações	Consolidado de operações continuadas	Operação descontinuada
Resultado do exercício:										
Receita operacional líquida	8.468.238	43.532.232	51.853	712.776	2.398.989	1.422.590	(26.000.235)	(569.955)	30.016.488	410.677
Mercado interno	3.454.440	43.532.232	51.853	631.908	2.398.989	1.242.464	(23.493.336)	(569.955)	27.248.595	410.677
Mercado externo	5.013.798	-	-	80.868	-	180.126	(2.506.899)	-	2.767.893	-
Lucro bruto	1.586.321	2.333.213	50.111	292.217	660.676	371.895	(1.959.767)	(2.444)	3.332.222	56.487
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.129.084)	(1.388.536)	(14.898)	(58.088)	(387.440)	(399.621)	1.258.809	-	(2.118.858)	(58.502)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	49.837	219.520	144.344	(7.492)	(2.221)	57.002	(134.676)	-	326.314	172.586
Resultado financeiro	(334.399)	(58.632)	3.058	189	(63.701)	(350.407)	196.516	-	(607.376)	10.166
Resultado de equivalência patrimonial	(23.108)	-	-	-	-	911.366	11.554	(840.952)	58.860	-
Imposto de renda e contribuição social	56.188	(314.838)	(13.180)	(76.423)	(47.439)	4.601	129.326	-	(261.765)	(41.819)
Lucro líquido do exercício (c)	205.755	790.727	169.435	150.403	159.875	594.836	(498.238)	(843.396)	729.397	138.918
Outras informações selecionadas:										
Depreciação e amortização (incluindo ativos biológicos)	1.924.301	494.299	877	70.043	200.451	63.416	(1.209.300)	-	1.544.087	1.185
EBTIDA	2.408.267	1.658.496	180.434	296.680	471.466	1.004.058	(2.033.380)	(843.396)	3.142.625	171.756
Adições ao imobilizado, intangível e ativos biológicos (caixa)	2.404.514	677.245	760	266.661	294.359	75.352	(1.540.880)	-	2.178.011	-
Reconciliação do EBITDA										
Lucro líquido do exercício (c)	205.755	790.727	169.435	150.403	159.875	594.836	(498.238)	(843.396)	729.397	138.918
Imposto de renda e contribuição social	(56.188)	314.838	13.180	76.423	47.439	(4.601)	(129.326)	-	261.765	41.819
Resultado financeiro	334.399	58.632	(3.058)	(189)	63.701	350.407	(196.516)	-	607.376	(10.166)
Depreciação e amortização (incluindo ativos biológicos)	1.924.301	494.299	877	70.043	200.451	63.416	(1.209.300)	-	1.544.087	1.185
EBITDA	2.408.267	1.658.496	180.434	296.680	471.466	1.004.058	(2.033.380)	(843.396)	3.142.625	171.756

Notas Explicativas

	2012 (Reapresentado)							
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	Rumo	Cosan outros negócios	Eliminação 50% Raízen	Ajustes e eliminações	Consolidado de operações continuadas	Operação Descontinuada
Resultado do exercício:								
Receita operacional líquida	7.247.685	35.096.051	571.989	1.065.515	(19.711.867)	(878.923)	23.390.450	706.431
Mercado interno	3.925.829	35.096.051	567.265	1.065.515	(18.166.988)	(878.923)	21.608.749	706.431
Mercado externo	3.321.856	-	4.724	-	(1.544.879)	-	1.781.701	-
Lucro bruto	1.668.941	1.958.726	177.923	332.646	(1.635.429)	-	2.502.807	129.073
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(965.440)	(1.445.358)	(41.541)	(320.343)	1.090.503	-	(1.682.179)	(96.001)
Resultado da formação das JVs	-	-	-	3.196.632	-	-	3.196.632	-
Outras receitas operacionais, líquidas	(18.207)	270.736	19.461	(12.035)	(129.023)	(8.496)	122.436	23.114
Receitas financeiras líquidas	(267.934)	(82.203)	8.992	(356.292)	221.386	-	(476.051)	1.911
Resultado de equivalência patrimonial	(11.840)	-	-	731.376	5.920	(692.188)	33.268	-
Imposto de renda e contribuição social	(27.250)	(192.056)	(55.035)	(935.179)	93.149	-	(1.116.371)	6.156
Lucro líquido do exercício (c)	378.269	525.916	109.801	2.775.139	(353.500)	(855.083)	2.580.542	64.248
Outras informações selecionadas:								
Depreciação e amortização (incluindo o efeito de ativos biológicos)	1.549.993	365.603	57.323	48.329	(880.184)	-	1.141.064	1.716
Adições ao imobilizado, intangível e ativos biológicos (caixa)	2.577.859	491.734	268.985	99.473	(1.291.124)	(13.270)	2.133.657	2.860
Outras informações financeiras:								
Lucro líquido do exercício (c)	378.269	525.916	109.801	2.775.139	(353.500)	(855.083)	2.580.542	64.248
Imposto de renda e contribuição social	27.250	192.056	55.035	935.179	(93.149)	-	1.116.371	(6.156)
Receitas financeiras líquidas	267.934	82.203	(8.992)	356.292	(221.386)	-	476.051	(1.911)
Depreciação e amortização (incluindo o efeito de ativos biológicos)	1.549.993	365.603	57.323	48.329	(880.184)	-	1.141.064	1.716
Total	2.223.446	1.165.778	213.167	4.114.939	(1.548.219)	(855.083)	5.314.028	57.897

Notas Explicativas

	2013								
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	Radar (a)	Rumo	COMGÁS (b)	Cosan outros negócios	Eliminação 50% Raízen	Outros ajustes e eliminações	Consolidado
Balanco patrimonial:									
Outros ativos circulantes	1.943.842	3.495.026	34.025	128.599	1.018.046	810.332	(2.719.434)	(740.509)	3.969.927
Propriedades para investimentos	-	-	2.473.438	-	-	-	-	-	2.473.438
Imobilizado	9.896.478	2.634.126	11.852	952.915	-	213.530	(6.265.302)	(8.496)	7.435.103
Intangível	3.050.310	4.043.570	99	677.860	8.071.839	865.099	(3.546.939)	-	13.161.838
Outros ativos não circulantes	3.606.674	1.269.342	9.252	28.518	184.269	2.262.839	(2.438.008)	(756.873)	4.166.013
Empréstimos e financiamentos, líquido de disponibilidades e valores equivalentes	(4.129.476)	(593.756)	69.028	(192.901)	(2.383.095)	(4.150.338)	2.361.616	-	(9.018.922)
Outros passivos circulantes	(2.005.582)	(1.528.954)	(40.630)	(195.406)	(817.637)	(509.109)	1.767.268	718.130	(2.611.920)
Outros passivos não circulantes	(1.699.138)	(2.648.162)	(74.813)	(125.634)	(845.093)	(3.771.709)	2.173.650	811.094	(6.179.805)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	10.663.108	6.671.192	2.482.251	1.273.951	5.228.329	(4.279.356)	(8.667.149)	23.346	13.395.672
Ativo Total	20.256.805	11.580.776	2.597.694	2.307.995	9.601.658	20.854.626	(15.918.791)	(18.223.656)	33.800.035

	2012							
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	Cosan Alimentos	Rumo	Cosan outros negócios	Eliminação 50% Raízen	Outros ajustes e eliminações	Consolidado
Balanco patrimonial:								
Outros ativos circulantes	3.078.569	3.303.591	208.445	99.432	671.855	(3.191.080)	(1.071.846)	3.098.966
Imobilizado	9.658.979	2.779.641	45.973	879.469	730.707	(6.219.310)	(8.496)	7.866.963
Intangível	2.996.846	3.928.900	83.597	604.963	780.822	(3.462.873)	-	4.932.255
Outros ativos não circulantes	3.044.193	1.511.731	41.117	31.964	13.257.073	(2.277.962)	(10.998.334)	4.609.782
Empréstimos e financiamentos, líquido de disponibilidades e valores equivalentes	(4.404.761)	(603.447)	29.834	(217.575)	(706.063)	2.504.104	-	(3.397.908)
Outros passivos circulantes	(2.083.272)	(1.899.695)	(91.865)	(65.863)	(435.012)	1.991.483	1.043.421	(1.540.803)
Outros passivos não circulantes	(2.200.352)	(2.663.502)	(15.242)	(117.708)	(4.044.120)	2.431.927	656.116	(5.952.881)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	10.090.202	6.357.219	301.859	1.214.682	10.255.262	(8.223.711)	(10.379.139)	9.616.374
Ativo total	19.979.070	11.559.239	408.966	2.029.954	15.994.737	(15.769.155)	(12.078.676)	22.124.135

(a) Considera-se o resultado acumulado de nove meses;

(b) Considera-se o resultado acumulado de cinco meses;

(c) A administração considera o EBITDA, ou lucro antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciação e amortização para mensurar o desempenho dos segmentos.

(b) Abertura da receita líquida de vendas, por segmento:**Notas Explicativas**

	Consolidado	
	2013	2012 (Reapresentado)
Raízen Energia		
Açúcar	4.353.994	3.912.824
Etanol	3.299.938	2.871.515
Cogeração	569.709	235.129
Outros	244.597	228.217
	8.468.238	7.247.685
Raízen Combustíveis		
Combustível	43.516.040	35.032.782
Outros	16.192	63.269
	43.532.232	35.096.051
Rumo		
Elevação	150.028	141.026
Transportes	549.420	413.364
Outros	13.328	17.599
	712.776	571.989
Radar ⁽²⁾		
Venda de propriedades	4.721	-
Arrendamento de terras	47.132	-
	51.853	-
COMGÁS ⁽¹⁾		
Industrial	1.535.941	-
Residencial	203.254	-
Termogeração	148.652	-
Cogeração	112.705	-
Automotivo	77.486	-
Comercial	84.517	-
Receita construção	230.038	-
Outros	6.396	-
	2.398.989	-
Cosan – outros negócios		
Lubrificantes	1.255.473	1.018.801
Outros	167.117	46.714
	1.422.590	1.065.515
Ajustes/eliminações	(26.570.190)	(20.590.790)
Total	30.016.488	23.390.450

(1) Referente ao período de cinco meses devido a aquisição em 5 de novembro de 2012.

(2) Referente ao período de nove meses devido a consolidação em 1º de julho de 2012.

(c) Receita de vendas por região

Os percentuais de receita operacional líquida por área geográfica, do segmento Raízen Energia, Rumo e Cosan outros negócios são como segue:

	2013	2012
Brasil	50,81%	67,24%
Europa	31,83%	24,18%
Oriente Médio e Ásia	8,80%	4,52%
América do Norte	2,83%	2,94%
Outros	5,73%	1,12%
Total	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

As receitas provenientes dos segmentos Raízen Combustíveis, Radar e COMGÁS são provenientes apenas do mercado nacional (Brasil), não havendo receitas provenientes de clientes externos.

(d) Principais clientes**Raízen Energia**

As vendas desse segmento são relativamente pulverizadas, tendo apenas um cliente representando 10% das vendas totais nos anos de 2013 e 2012 (WILMAR SUGAR e Grupo SUCDEN, respectivamente).

Raízen Combustíveis

As vendas neste segmento são pulverizadas não havendo clientes ou grupos econômicos específicos que representem 10% ou mais das vendas desse segmento em 2013 e 2012.

Rumo

Em 2013, 40% da receita operacional líquida desse segmento foram para a parte relacionada Raízen Energia (em 2012, 55% para o segmento Raízen Energia).

Radar

Em 2013, 26% da receita desse segmento vincula-se ao cliente União São Paulo S/A.

COMGÁS

As vendas neste segmento são muito pulverizadas não havendo clientes ou grupos econômicos específicos que representem 10% ou mais das vendas desse segmento em 2013.

Cosan outros negócios

As vendas neste segmento são muito pulverizadas não havendo clientes ou grupos econômicos específicos que representem 10% ou mais das vendas desse segmento em 2013 e 2012.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa	120	177	133	3.027
Bancos conta movimento	221	13	290.224	124.804
Aplicações financeiras	311.146	316.349	2.197.503	1.488.338
	311.487	316.539	2.487.860	1.616.169

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos exclusivos conforme composição abaixo :

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>Aplicações em Fundos Exclusivos</u>				
Operações Compromissadas	233.270	223.599	1.237.501	811.119
Certificado de depósitos Bancários - CDB	77.876	92.750	675.262	411.000
Títulos Públicos	-	-	108.122	32.015
	311.146	316.349	2.020.885	1.254.135
<u>Aplicações em Bancos</u>				
Outras aplicações financeiras	-	-	176.618	234.203
	-	-	176.618	234.203
	311.146	316.349	2.197.503	1.488.338

5 Caixa restrito

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Aplicações financeiras vinculadas	18.220	18.233	51.350	48.292
Margens em operações de derivativos	-	-	41.246	45.976
	18.220	18.233	92.596	94.268

O caixa restrito refere-se principalmente a depósitos de exigências de margens efetuados junto a corretores de *commodities* que negociam os instrumentos derivativos da Companhia ou vinculados a exigência de empréstimos e financiamentos.

6 Duplicatas a receber de clientes

Em 31 de março de 2013 e 2012, os saldos estão compostos como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
Mercado Interno	1.770.615	984.034
Mercado Externo	105.940	164.681
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(111.610)	(103.502)
	1.764.945	1.045.213
Circulante	1.691.559	963.586
Não circulante	73.386	81.627

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
A vencer	1.529.738	846.453
Vencidas:		
Até 30 dias	152.092	100.339
De 31 a 60 dias	24.293	16.535
De 61 a 90 dias	10.164	8.476
Mais de 90 dias	48.658	73.410
	1.764.945	1.045.213

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	2013	2012
Saldo inicial	(103.502)	(91.197)
Adições	(20.109)	(28.003)
Reversões	8.121	26.711
Perdas efetivas	3.880	935
Efeito formação joint venture ^(a)	-	(11.135)
Adição por combinação de negócios	-	(813)
Saldo Final	(111.610)	(103.502)

- (a) A Companhia tem refletido essa atividade roll-forward como um ajuste "líquido". Este ajuste líquido representaria efetivamente a desconsolidação de 100% da provisão para créditos de liquidação duvidosa de subsidiárias desconhecidos e a adição de 50% do valor justo da provisão para créditos de liquidação duvidosa da JV consolidada proporcionalmente.

7 Estoque

Notas Explicativas

	Consolidado	
	2013	2012
Produtos acabados:		
Açúcar	31.532	87.110
Etanol	65.669	101.994
Combustíveis	456.844	276.867
Lubrificantes	160.751	112.492
Insumos	19.613	52.586
Almoxarifado e outros	183.292	121.643
Provisão para não realização e obsolescência	(5.791)	(4.542)
	911.910	748.150

A movimentação da provisão para não realização e obsolescência é assim demonstrada:

	2013	2012
Saldo inicial	(4.542)	(19.567)
Adições	(2.163)	(1.697)
Perdas efetivas	914	5.173
Reversões	-	4.815
Efeito formação JV ^(a)	-	6.734
Saldo final	(5.791)	(4.542)

- (a) A Companhia tem refletido essa atividade *roll-forward* como um ajuste "líquido". Este ajuste líquido representaria efetivamente a desconsolidação de 100% da provisão para créditos de liquidação duvidosa de subsidiárias desconhecidas e a adição de 50% do valor justo da provisão para créditos de liquidação duvidosa da JV consolidada proporcionalmente.

8 Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
IRPJ e CSLL ⁽¹⁾	50.898	31.968	152.869	107.561
COFINS	-	-	42.897	63.727
PIS	-	-	14.474	18.614
ICMS	-	-	289.865	194.818
IPI	-	-	55.564	43.039
Outros	-	1.809	12.202	9.193
	-	1.809	415.002	329.391
	50.898	33.777	567.871	436.952
Circulante	50.898	33.777	431.566	325.096
Não Circulante	-	-	136.305	111.856

- (1) Composto principalmente por impostos e contribuições pagos a maior que serão compensados com as obrigações futuras.

9 Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valor justo opção Radar (Nota 11)	-	140.820	-	140.820
Certificado do tesouro nacional - CTN (a)	-	-	180.188	149.438
Ativo financeiro Exxon Mobil (b)	-	-	295.781	540.224
Recebível pela venda de operações descontinuadas (Nota 28)	210.467	-	210.467	-
	210.467	140.820	686.436	830.482
Circulante	59.299	-	59.299	40.080
Não circulante	151.168	140.820	627.137	790.402

Notas Explicativas

(a) Títulos públicos, emitidos pelo Tesouro Nacional Brasileiro no âmbito do Programa Especial de Securitização Agrícola – “PESA”, com prazo original de 20 anos, vencendo em abril de 2023, cedidos em garantia à operação de financiamento, denominada PESA (Nota 17). Esses títulos rendem variação do IGPM mais juros anuais de 12%, que são capitalizáveis. O valor desses títulos no seu vencimento será equivalente ao valor do principal da dívida devida do PESA no mesmo momento. Caso a dívida seja paga antecipadamente, a Companhia poderá mantê-los em carteira até o seu vencimento ou solicitar seu resgate.

(b) Em 28 de junho de 2011 a subsidiária integral Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., entidade sucessora da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. (“Essobrás”) procedeu à consolidação dos débitos tributários incluídos no programa especial de parcelamento de débitos federais (“Refis IV”) no montante de R\$ 534.363, conforme determinado pela ExxonMobil Brasil Holdings BV (“ExxonMobil”), antiga proprietária da Essobrás e responsável contratualmente por esses passivos. Com isso, a Companhia reconheceu uma obrigação de impostos a pagar e um correspondente contas a receber da ExxonMobil. Em 30 de novembro de 2012, a ExxonMobil realizou a liquidação de R\$ 211.637, obtendo o benefício pela antecipação de R\$ 39.471 de redução na multa e juros. O saldo remanescente da obrigação de impostos a pagar é atualizado pela taxa SELIC, assim como o seu correspondente contas a receber da ExxonMobil.

10 Partes Relacionadas**a) Resumo dos saldos de balanço com partes relacionadas**

	Consolidado	
	2013	2012
Ativo Circulante		
Operações Comerciais		
Shell Brazil Holding B.V.	85.283	71.167
Raízen Energia S.A.	13.023	21.554
Grupo Rezende Barbosa	-	2.116
Cosan Limited S.A.	14.459	
Raízen Combustíveis S.A.	2.049	14.242
Outros	6.835	5.138
	121.649	114.217
Operações Societárias/Contratuais		
Shell Brazil Holding B.V.	75.002	65.679
Raízen Energia S.A.	13.825	-
	88.827	65.679
Capital a Integralizar		
Shell Brazil Holding B.V.	-	489.856
	-	489.856
Operações Financeiras		
Raízen Energia S.A.	-	1.013
Grupo Rezende Barbosa	7.205	7.354
Outros	-	255
	7.205	8.622
Total do ativo circulante	217.681	678.374

Notas Explicativas

	Consolidado	
	2013	2012
Ativo Não Circulante		
Operações Comerciais		
Shell Brazil Holding B.V.	-	4.737
Outros	395	169
	395	4.906
Operações Societárias/Contratuais		
Shell Brazil Holding B.V.	262.230	244.046
Raízen Energia S.A.	161.276	214.740
Raízen Combustíveis S.A.	39.912	87.810
	463.418	546.596
Operações Financeiras		
Grupo Rezende Barbosa	127.828	105.751
Impulso Empr. Participações Ltda.	2.825	-
Outros	1.756	67
	132.409	105.818
Reestruturação Societária		
Shell Brazil Holding B.V.	83.680	86.535
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	-	9.298
Outros	1.610	-
	85.290	95.833
Total do ativo não circulante	681.512	753.153
Total do ativo	899.193	1.493.527

Notas Explicativas

	Consolidado	
	2013	2012
Passivo Circulante		
Operações Comerciais		
Shell Brazil Holding B.V.	3.361	5.433
Raízen Energia S.A.	8.250	38.439
Grupo Rezende Barbosa	4.340	12.577
Raízen Combustíveis S.A.	487	321
Outros	240	13.378
	16.678	70.148
Operações Societárias/Contratuais		
Shell Brazil Holding B.V.	63.852	77.631
Raízen Combustíveis S.A.	4.658	-
Raízen Energia S.A.	29.896	26.140
Outros	2.276	-
	100.682	103.771
Operações Financeiras		
Outros	-	1.111
	-	1.111
Total do passivo circulante	117.360	175.030
Passivo Não Circulante		
Operações Comerciais		
Raízen Energia S.A.	1.175	790
Outros	13	991
	1.188	1.781
Operações Societárias/Contratuais		
Shell Brazil Holding B.V.	317.275	130.883
Outros	2	8.311
	317.277	139.194
Ações Preferenciais		
Shell Brazil Holding B.V.	-	248.743
	-	248.743
Total do passivo não circulante	318.465	389.718
Total do passivo	435.825	564.748

Notas Explicativas

b) Resumo das transações com partes relacionadas

	Consolidado	
	2013	2012
Venda de produtos		
Vertical UK LLP	-	75.338
Shell Western Supply and Trading	173.627	-
Outros	877	441
	174.504	75.779
Compra de produtos/insumos		
Grupo Rezende Barbosa	201.149	263.859
Vertical UK LLP	-	113.518
Shell Western Supply and Trading	-	7.032
	201.149	384.409
Arrendamento de terras		
Aguassanta Participações S.A.	18.261	17.577
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	26.280	22.532
	44.541	40.109
Receita (despesa) financeira		
Grupo Rezende Barbosa	1.685	2.502
Shell Brasil Holding B.V.	119.308	148.733
Outros	(898)	242
	120.095	151.477

(i) Shell Brazil Holdings B.V.

A Shell Holdings B.V e suas subsidiárias são partes relacionadas das controladas em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis. Assim sendo, as transações da Shell junto a essas entidades foram tratadas como transações com partes relacionadas, sendo que todos os saldos aqui apresentados estão consolidados proporcionalmente à razão de 50%.

O saldo a receber de curto prazo é formado por reembolsos decorrentes da formação das JVs.

O saldo a receber de longo prazo é representado principalmente por (i) reembolsos de provisões registradas na Raízen Combustíveis relacionadas a contingências da entidade legal contribuída para a formação da JV no montante de R\$ 262.230, e (ii) um ativo financeiro equivalente ao investimento que a Shell tem na empresa Iogen, avaliado a valor justo, e que será contribuído para a Raízen Energia, no montante de R\$83.680.

A recuperação dos valores a serem recebidos das *Joint Ventures* e parceiros das *Joint Ventures* é praticamente certa, uma vez que é abrangida no acordo de acionistas da *Joint Ventures* entre a Cosan e Shell.

O saldo a pagar no curto prazo é composto principalmente pelo reembolso de créditos fiscais da entidade legal contribuída pela Shell, no montante de R\$ 63.852.

O saldo a pagar no longo prazo refere-se (i) ao reembolso de depósitos judiciais que apesar de estarem na entidade legal contribuída pela Shell, deverão ser ressarcidos caso sejam resgatados no montante de R\$99.683, e (ii) reembolso de créditos fiscais da entidade legal contribuída pela Shell, no montante de R\$217.593.

Notas Explicativas

Os saldos junto à Raízen Energia e Raízen Combustíveis estão consolidados proporcionalmente à razão de 50% considerando a eliminação da parcela relacionada à Companhia.

Os saldos a receber da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis registrados como ativo não circulante representam, basicamente, créditos fiscais que serão reembolsados por essas entidades à Companhia quando efetivamente utilizados.

(iii) Grupo Rezende Barbosa

A Companhia possui recebíveis junto à Rezende Barbosa que são garantidos por ações de emissão da Cosan.

A controlada em conjunto “Raízen Energia” possui contrato de longo prazo com a Rezende Barbosa para o fornecimento de cana-de-açúcar. Os preços pagos são baseados no preço do ATR – Açúcar Total Recuperável, publicado pelo CONSECANA.

(iv) Vertical UK LLP

A controlada em conjunto Raízen Energia comprou e vendeu etanol da Vertical UK LLP ("Vertical"). Vertical é uma empresa comercial com sede na Suíça na qual a Companhia possui indiretamente 50% de participação no seu capital social.

(v) Aguassanta Participações S.A.

A controlada em conjunto Raízen Energia arrenda terras de entidades controladas pelo Grupo Aguassanta ("Aguassanta"), sendo o Sr. Rubens Ometto de Silveira de Mello o acionista controlador. Os custos correspondentes de arrendamento são pagos considerando o preço do ATR publicado pelo CONSECANA e os contratos têm vencimentos entre 2026 e 2027.

(vi) Radar Propriedades Agrícolas S.A.

A controlada em conjunto Raízen Energia possui contratos de arrendamento de terras com a controlada Radar Propriedades Agrícolas S.A. ("Radar"). Os custos correspondentes de arrendamento são pagos considerando o preço do ATR publicado pelo CONSECANA e a maioria dos contratos têm prazos que expiram em 2027.

(c) Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado do exercício do consolidado, como segue:

	2013	2012
Remuneração regular	28.834	23.009
Reconhecimento de opções de ações (Nota 31)	13.295	10.800
Bônus e outras remunerações variáveis	48.958	32.563
Total da remuneração registrada como despesa	91.087	66.372

Na reunião de acionistas da Cosan S.A., realizada em 29 de julho de 2011, um novo plano de pagamento baseado em ações foi aprovado, que até 31 março de 2013 concedeu 9.825.000 opções - Nota 31.

11 Combinação de negócio

Notas Explicativas

(a) Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Em 5 de novembro de 2012, a Cosan, por meio de sua controlada Provence Participações S/A (“Provence”), obteve o controle da COMGÁS por meio da aquisição de 60,05% das ações do grupo BG, pelo montante de R\$3,4 bilhões, sendo que R\$3,3 bilhões foram pagos por meio de financiamento.

A COMGÁS está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como sua principal atividade a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. Como resultado da aquisição, a Cosan diversifica o seu portfólio de investimentos em linha com o planejamento estratégico.

No dia 19 de dezembro de 2012, a Assembléia Geral Extraordinária da controlada COMGÁS, aprovou o Protocolo e Justificação de Incorporação, referente à incorporação da Provence Participações S.A. (“Provence”) firmado pelas administrações da COMGÁS e da Provence em 3 de dezembro de 2012. A Provence tinha como principais ativos o investimento por ela detido no capital social da COMGÁS e o ágio fiscal no valor de R\$ 2.482.767 apurado com base na expectativa de rentabilidade futura, a qual produzirá benefício fiscal futuro no montante de R\$ 844.141, reconhecido como um ativo fiscal diferido na COMGÁS após a incorporação legal das duas entidades, momento esse que o ágio se tornará dedutível.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação não controladora na COMGÁS.

Em 5 de novembro de 2012

Contraprestação transferida	3.400.000
Caixa recebido	(426.876)
Total da contraprestação líquida transferida	<u>2.973.124</u>

Valor justo de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Clientes	694.047
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(95.480)
Instrumentos financeiros	144.330
Estoques	99.424
Intangível	7.979.275
Outros créditos	351.333
Empréstimos e financiamentos	(2.544.953)
Fornecedores	(692.480)
Impostos a pagar	(208.489)
IR e CS diferido	(442.262)
Provisão para contingências	(51.592)
Outras obrigações	(391.193)
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>4.841.960</u>

Participação de acionistas não controladores	(1.868.836)
Contraprestação transferida	<u>2.973.124</u>

O valor justo do intangível de R\$ 7.979.275 contempla o efeito de alocação do direito de concessão no montante de R\$ 4.425.252, apurado com base no fluxo de caixa descontado do contrato de concessão existente entre COMGÁS e poder concedente.

Notas Explicativas

O valor justo das outras obrigações de R\$ 391.193 contempla o efeito do reconhecimento do valor justo de obrigações com benefícios pós-empregos, no montante de R\$ 126.594.

O valor justo do imposto de renda e contribuição social diferido de R\$ 442.262 contempla o benefício fiscal gerado pela incorporação da Provence de R\$ 844.141.

A Companhia elegeu mensurar a participação dos acionistas não controladores da COMGÁS de acordo com a proporção da participação dos acionistas não controladores no valor justo ativos líquidos identificáveis da COMGÁS.

A demonstração do resultado consolidada inclui, desde a data de aquisição, receitas e lucro líquido no montante de R\$ 2.398.989 e R\$ 159.190, respectivamente geradas pela COMGÁS.

Se a COMGÁS tivesse sido consolidada desde 1º de abril de 2012, a demonstração do resultado consolidada apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 5.606.912 e lucro líquido pro forma de R\$ 284.456 (não auditados). Estas informações foram obtidas mediante agregação dos valores da empresa adquirida e da adquirente e não representa os valores reais consolidados para o exercício.

A controladora Cosan Limited cedeu opção de entrega de 30.917.231 ações da Cosan S.A. à Shell Brazil Holdings B.V. (acionista minoritária da COMGÁS), exercível em três parcelas anuais, vencendo a última em 15 de abril de 2017. Se exercida, a Cosan Limited receberá a totalidade das ações da COMGÁS detidas direta e indiretamente pela Shell Brazil Holdings B.V.

(b) Radar Propriedades Agrícolas S.A. ("Radar")

Em 14 de julho de 2012, a Cosan passou a ser controladora da Radar (principalmente devido às políticas operacionais e comerciais), por meio de alteração no Estatuto e Acordo de Acionistas que concedeu à Cosan o poder de controle preponderante sobre as operações da Radar, sem contraprestação transferida, sem ganho ou perda na participação imediatamente anterior, uma vez que seus principais ativos (propriedade para investimento em terras agrícolas) são registradas por meio de valor justo. Consequentemente, a Cosan passou a consolidar a Radar a partir dessa data.

A Radar tem sede na cidade de São Paulo e tem por objetivo preponderante a compra, financiamento, arrendamento, administração, operação e venda de investimentos agrícolas, por meio da aquisição direta ou indireta de propriedades rurais, a prestação de serviços, a importação de produtos e insumos agrícolas, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, relacionadas direta ou indiretamente aos objetivos anteriormente descritos.

Valor justo do investimento antes da combinação de negócios	349.139
Valor justo dos ativos e passivos da Radar	1.845.341
Participação societária	18,92%
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	<u>349.139</u>

O valor justo dos ativos e passivos na referida data foi:

Notas Explicativas

Descrição	
Caixa e equivalente de caixa	111.654
Duplicatas a receber	19.995
Outros créditos	8.062
Investimentos	6.579
Imobilizado	8.248
Propriedades para investimento	1.784.413
Fornecedores	(4.185)
Dividendos a pagar	(21.015)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(52.126)
Outras obrigações	(16.284)
Ativos líquidos consolidados	1.845.341
Acionistas não controladores	1.496.202
Participação anteriormente detida	349.139

A Companhia elegeu mensurar a participação dos acionistas não controladores da Radar de acordo com a proporção da participação desses no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da Radar.

Nenhum ágio foi reconhecido após a obtenção de controle na Radar.

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receitas e lucro líquido no montante de R\$ 37.424 e R\$ 144.197, respectivamente geradas pela Radar.

Adicionalmente, em 28 de setembro de 2012, para otimizar a gestão dos investimentos a Companhia aportou na Radar seus investimentos em terras agrícolas, equivalentes 23.099 hectares, com avaliação naquela data por R\$ 539.979, na Radar e passou a deter, direta e indiretamente, 37,7% de participação nessa controlada.

Se a Radar tivesse sido consolidada desde 1º. de abril de 2012, a demonstração do resultado consolidada apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 86.931 e lucro líquido pro forma de R\$ 181.681 (não auditados). Estas informações foram obtidas mediante agregação dos valores da empresa adquirida e da adquirente e não representa os valores reais consolidados para o exercício.

A Companhia possui *warrants* da Radar, exercíveis em qualquer momento até o vencimento (agosto de 2018). Tais *warrants* permitirão à Cosan compra de ações adicionais pelo valor de R\$ 41,67 cada, ajustado pela inflação (IPCA), equivalentes a uma participação líquida de 20% do total de ações emitidas pela Radar na data de exercício. Com a combinação de negócios, esse ativo foi reclassificado com instrumento patrimonial e apresentado na rubrica de “Participação de acionistas não controladores”, no patrimônio líquido.

(c) Comma Oil and Chemicals Limited (“Comma”)

Em 1º. de julho de 2012, a Cosan, por meio de sua controlada Cosan Lubes Investments Limited (“Cosan Lubes”), adquiriu 100% das ações ordinárias da Comma pelo montante de £60.000, equivalente a R\$190.234, sendo £54.000 liquidado por meio de empréstimo captado pela Cosan Lubes.

A Comma está localizada na Inglaterra, e atua na fabricação e comercialização de produtos químicos automotivos, inclusive lubrificantes, por meio de canais específicos no Reino Unido e demais mercados europeu e asiático.

Notas Explicativas O valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida totalizou R\$152.919, que consistiu no seguinte:

Contraprestação transferida	190.234
Caixa recebido	(37.315)
Total contraprestação transferida	152.919

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição da Comma, foi como segue:

Descrição	
Duplicatas a receber	46.468
Estoque	33.672
Outros créditos	472
Imobilizado	34.409
Intangível	49.493
Fornecedores	(21.284)
Impostos e contribuições sociais a pagar	(3.900)
Outras obrigações	(1.227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.143)
Ativos líquidos adquiridos	120.960
Contraprestação transferida, líquida do caixa adquirido	152.919
Ágio	31.959

A alocação do preço de compra foi concluída pela Administração, sendo que com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos o ágio da operação foi alocado no segmento Cosan outros negócios. Os principais ativos intangíveis alocados são aqueles relacionados à Marca Comma (R\$ 24.204) e relacionamento com clientes (R\$ 25.289), além de mais valia dos ativos imobilizados (R\$ 17.618). A aquisição da Comma reforça a estratégia da Cosan de entrar no mercado Europeu de lubrificantes & especialidades. O ágio reconhecido dessa aquisição representa o acesso a um novo mercado e um aumento potencial na participação desse negócio.

A demonstração do resultado consolidada inclui, desde a data de aquisição, receitas e prejuízo líquido no montante de R\$ 180.126 e R\$ 5.338, respectivamente geradas pela Comma.

Se a Comma tivesse sido consolidada desde 1º de abril de 2012, a demonstração do resultado consolidada apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 232.634 e prejuízo pro forma de R\$ 3.242 (não auditados). Estas informações foram obtidas mediante agregação dos valores da empresa adquirida e da adquirente e não representa os valores reais consolidados para o exercício.

(d) Mime Distribuidora de Petróleo Ltda. ("Mime")

Em 1º de abril de 2012, a Raízen Combustíveis, adquiriu 72,3% de participação nas ações ordinárias de emissão da Mime, mediante contribuição de ativos líquidos no valor de R\$75.547 e contraprestação em dinheiro no valor de R\$1.435, totalizando R\$ 76.982.

A Mime está localizada no estado de Santa Catarina e atua no segmento de distribuição e comercialização de combustível, além de suas lojas de conveniências. Com a associação, a Raízen Combustível passa a operar mais três bases de abastecimento e 124 postos de combustíveis da Mime.

Notas Explicativas O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição da Mime, foram como segue:

Caixa e equivalente de caixa	246
Contas a receber	58.739
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(143)
Estoques	8.734
Impostos a recuperar	849
Outros créditos	1.725
Imobilizado	50.196
Intangível	80.652
Empréstimos	(15.264)
Fornecedor	(5.594)
Partes relacionadas	(16.527)
IR e CS diferido	(25.275)
Outros passivos	(7.980)
Participação dos acionistas não controladores	(36.109)
Ativos líquidos adquiridos	94.249
(-) Contraprestação transferida	(76.982)
Resultado de compra vantajosa	17.267

O resultado desta operação gerou uma compra vantajosa no montante de R\$ 17.267, sendo que 50% deste valor foi reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais. Esta compra vantajosa foi gerada pelo resultado dos ativos que foram contribuídos pela Raízen, que foram reconhecidos pelos valores contábeis históricos, enquanto os ativos anteriormente pertencentes a Mime foram reconhecidos pelo valor justo.

Em 12 de novembro de 2012, foi adquirido mais 3,7% de participação nas ações ordinárias em poder do acionista não controlador pelo montante de R\$ 15.025, pagos em dinheiro. No momento desta aquisição o patrimônio líquido da Mime era de R\$ 143.991 e o valor referente à compra da participação foi de R\$ 5.327 gerando uma perda de R\$9.698 que foi registrado no Patrimônio Líquido.

A demonstração do resultado consolidado, inclui desde a data de aquisição, receitas e lucro líquido no montante de R\$ 1.647.329 e R\$ 32.765, respectivamente geradas pela Mime.

(e) Costa Rica Canavieira Ltda. (“Costa Rica”)

Em 28 de junho de 2012, a Raízen Energia adquiriu a totalidade das ações da Costa Rica, por R\$ 115.000, como segue: i) R\$100.000 pagos em dinheiro, e, ii) o pagamento condicional de até R\$ 15.000, dependendo do cumprimento de determinados termos do acordo. A referida aquisição foi efetuada para aumentar a oferta de cana-de-açúcar.

Em 6 de julho de 2012, a Companhia liquidou parcela condicional no valor de R\$ 8.435. Assim, no final da operação, o valor pago pela aquisição da Costa Rica totalizou R\$ 108.435.

Os valores contábeis dos ativos na data de aquisição foram os seguintes:

Descrição	
Ativos biológicos	20.827
Contratos de arrendamentos de terras	9.375
Contratos agrícolas parcialmente ativados (i)	19.730
Ativos líquidos adquiridos	49.932
Contraprestação transferida	108.434
Ágio preliminar	58.502

Notas Explicativas

(i) Em 26 de setembro de 2012, a Raízen Energia vendeu para São Martinho S.A. direitos de alguns contratos agrícolas, previamente adquiridos por meio combinação de negócio com a Costa Rica, pelo montante de R\$19.730.

O ágio preliminar reconhecido está relacionado às sinergias esperadas com as operações existentes na Companhia.

Embora tenha sido feita a alocação preliminar, a Companhia está analisando a alocação do preço de compra, que está prevista para ser concluída até junho de 2013.

Notas Explicativas**12 Investimentos****(a) Controladora**

	<u>Quantidade de ações da investida</u>	<u>Quantidade de ações/quotas da investidora</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Saldo 31 de março de 2012</u>	<u>Resultado de equivalência</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Aquisições / alienações / incorporações</u>	<u>Efeito reflexo ágio</u>	<u>Aumento / aporte de capital</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo 31 de março de 2013</u>	<u>Resultado de Equivalência 2012</u>
<u>Controladas e controladas em conjunto</u>													
Administração de Participações Aguassanta S.A.	-	-	-	158.685	5.212	130.521	(31.099)	(263.319)	-	-	-	-	8.026
Copsapar Participações S.A.	-	-	-	540.044	71.710	-	(12.505)	(599.249)	-	-	-	-	52.684
Cosan Cayman Finance Limited	-	-	-	735.147	112.635	-	-	(847.782)	-	-	-	-	121.425
Cosan Cayman II Limited	451	451	100,00%	1.081	48	-	-	-	-	-	-	1.129	86.896
Cosan Distribuidora de Combustíveis S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.247.978
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	290.441	290.437	100,00%	1.103.810	96.314	(34.208)	(22.875)	-	-	-	-	1.143.041	76.202
Handson Participações S.A.	-	-	-	150.108	(6.863)	-	-	(143.245)	-	-	-	-	-
Novo Rumo Logística S.A.	278.336.920	278.336.917	100,00%	242.670	35.376	-	(32.093)	662.270	-	-	-	908.223	24.494
Proud Participações S.A.	-	-	-	210.683	3.535	60.214	(12.662)	(261.770)	-	-	-	-	8.600
Raízen Combustíveis S.A.	3.303.168.484	1.651.584.242	50,00%	4.666.904	383.443	-	(306.894)	-	-	53.630	4.250	4.801.333	141.653
Raízen Energia Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.266
Raízen Energia S.A.	4.902.595.634	2.451.297.817	50,00%	3.522.684	99.915	43.707	(551)	-	120.554	11.060	(7.465)	3.789.904	235.058
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	21.148.989	4.001.167	18,92%	283.259	94.858	1.316	(15.955)	206.050	-	-	-	569.528	22.514
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	830.690.258	539.979.397	65,00%	-	27.509	735	-	539.979	-	-	(480)	567.743	-
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	119.822.797	71.957.990	60,05%	-	76.144	(279)	(120.240)	3.412.000	-	-	227	3.367.852	-
Cosan Luxembourg S.A.	500.000	500.000	100,00%	-	23.453	-	-	-	-	101	-	23.554	-
Outros	-	-	-	34.743	(2.793)	7.904	-	-	-	3.334	(5.494)	37.694	14.344
<u>Associadas</u>													
Outros investimentos	-	-	-	10.471	7.335	81	-	(6.759)	-	27.473	1.227	39.828	(8.542)
				11.660.289	1.027.831	209.991	(554.874)	2.698.175	120.554	95.598	(7.735)	15.249.829	3.090.598

Notas Explicativas

Informações das investidas:

	Em 31 de março de 2013				Em 31 de março de 2012			
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado</u>
Administração de Participações Aguassanta S.A.	-	-	-	-	59.364	13.281	46.083	(3.395)
Copsapar Participações S.A.	-	-	-	-	613.659	27.505	586.154	58.503
Cosan Cayman Finance Limited	863.664	-	863.664	116.934	735.147	-	735.147	42.549
Cosan Cayman II Limited	1.189	60	1.129	78	1.050	-	1.050	11.347
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	2.826.312	1.619.438	1.206.874	94.568	2.615.836	1.503.531	1.112.305	195.741
Novo Rumo Logística S.A.	970.410	62.187	908.223	111.439	858.972	36.473	822.500	(82.191)
Proud Participações S.A.	-	-	-	-	288.925	78.242	210.683	8.600
Raízen Combustíveis S.A.	11.580.776	4.909.584	6.671.192	766.882	14.587.182	5.202.020	9.385.162	466.509
Raízen Energia Participações S.A.	-	-	-	-	16.951.128	9.888.868	7.045.367	232.216
Raízen Energia S.A.	20.256.805	9.593.697	10.663.108	368.392	-	-	-	-
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	1.972.446	57.980	1.914.466	143.144	1.740.815	208.023	1.532.792	198.848
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	872.351	2	872.349	42.398	-	-	-	-
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	9.601.658	4.373.329	5.228.329	159.875	-	-	-	-
Cosan Luxembourg S.A.	1.997.132	1.973.578	23.554	23.453	-	-	-	-

Notas Explicativas

	<u>Quantidade de ações da investida</u>	<u>Quantidade de ações/quotas da investidora</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Saldo 31 de março de 2012</u>	<u>Resultado de equivalência</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Aquisições / alienações / incorporações</u>	<u>Efeito de consolidação Radar</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo 31 de março de 2013</u>	<u>Resultado de equivalência 2012</u>
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	21.148.989	4.001.167	18,92%	283.259	67.611	-	(2.831)	-	(348.039)	-	-	-	22.514
Codexis Inc (a)	35.965.000	5.573.000	7,72%	49.866	(4.758)	4.259	-	-	-	-	4.672	54.039	(1.086)
Logum Logística S.A. ("Logum") (a)	430.556.443	86.111.288	10,00%	25.731	(6.091)	-	-	-	-	-	-	19.640	(4.796)
Uniduto Logística (a)	106.973.748	49.188.382	22,99%	6.959	(620)	-	-	-	-	-	3.418	9.757	-
Tellus Brasil Participações Ltda (b)	12.201.794	23.572.145	51,00%	7.979	7.337	93	-	-	-	23.489	930	39.828	-
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A. (a)	73.102	634.400	11,52%	4.892	-	-	-	2.552	-	15.156	(509)	22.091	-
Outros investimentos	-	-	-	40.343	(4.619)	2.553	-	-	(14.548)	(3.108)	2.056	22.677	16.636
				419.029	58.860	6.905	(2.831)	2.552	(362.587)	35.537	10.567	168.032	33.268

Informações das investidas:

	Em 31 de março de 2013				Em 31 de março de 2012			
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado</u>
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	-	-	-	-	1.685.618	188.392	1.497.226	162.544
Codexis Inc (a)	201.310	43.347	157.962	(62.037)	247.663	60.552	187.111	(2.138)
Logum Logística S.A. ("Logum") (a)	1.083.020	886.615	196.405	(60.906)	741.782	484.471	257.311	(28.670)
Uniduto Logística (a)	30.558	24	30.534	(539)	31.023	7	31.016	(9)
Tellus Brasil Participações Ltda (b)	800.479	22.459	778.020	124.079	244.417	87.972	156.445	44.271
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.(a)	216.910	56.859	160.051	(2.490)	80.882	22.512	58.370	(27.414)

- (a) Ações detidas pela Raízen Energia. A definição da influência significativa nestas sociedades deu-se pelo direito da Companhia em eleger pessoas-chave na administração das mesmas, bem como no direito de decisão em assuntos estratégicos e operacionais relevantes das mesmas;
- (b) A Companhia possui 5% dos benefícios econômicos desta associada conforme estabelecido no acordo de acionistas.

Notas Explicativas 13 Propriedades para Investimento

O saldo de propriedades para investimentos está composto conforme abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de março de 2012	-
Combinação de Negócio - Radar	1.784.413
Transferência de ativos imobilizados	468.152
Valor justo dos ativos transferidos – Mensuração Inicial	83.318
Ganho na variação do valor justo	138.776
Baixa por alienações	(1.221)
Saldo em 31 de março de 2013	<u>2.473.438</u>

As propriedades para investimento incluem propriedades agrícolas localizadas nas regiões Sudeste, Centro-oeste e Nordeste do território nacional, que são arrendadas para terceiros e controladas em conjunto. Os arrendamentos possuem prazo médio de 18 anos para a cultura de cana e 10 anos para grãos.

O valor justo das propriedades agrícolas foi determinado com base no método comparativo direto de dados do mercado, em transações de propriedades comparáveis (tipo de propriedade, localização, qualidade do imóvel) observadas no mercado (nível 2). O portfólio é avaliado anualmente por especialistas externos e revisado periodicamente por profissionais internos capacitados tecnicamente para realização deste tipo de valorização.

Em 4 de abril de 2012, a Companhia efetuou a transferência de propriedades da rubrica Imobilizado para a rubrica Propriedade para Investimentos, no valor de R\$ 468.152, reconhecendo o efeito no resultado abrangente da variação entre o valor contábil e o valor justo dessas propriedades no montante de R\$ 83.318, bem como reduziu a estimativa do imposto de renda e contribuição social diferidos em R\$ 107.417.

14 Ativos Biológicos

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de março de 2011	1.561.132
Mudança no valor justo (fair value)	60.093
Gastos com o plantio e tratos de cana	551.974
Absorção dos custos de cana colhida (a)	(401.592)
Efeito de consolidação proporcional pela formação das JVs (b)	(803.584)
Em 31 de março de 2012	<u>968.023</u>
Mudança no valor justo	(112.511)
Gastos com o plantio e tratos de cana	474.392
Absorção dos custos de cana colhida (a)	(351.079)
Combinação de negócio	10.414
Em 31 de março de 2013	<u>989.239</u>

- (a) Desse montante, R\$ 18.451 estavam alocados aos estoques de açúcar e etanol em 31 de março de 2013 (R\$ 19.047 em 31 de março de 2012);
- (b) A Companhia refletiu o efeito líquido de desconsolidação de 100% dos negócios contribuídos na data da formação da JV e a consolidação proporcional naquela mesma data.

Notas Explicativas

Soqueira de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado (consolidado):

	2013	2012
Área estimada de colheita (hectares)	391.162	382.798
Produtividade prevista (toneladas de cana por hectare)	81,09	78,20
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	133,46	137,27
Preço do Kg de ATR médio projetado (R\$/kg)	0,4728	0,4881
Idade média das soqueiras	3,71	3,95

A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose da cana-de-açúcar cultivada ou fornecida por agricultores localizados nas proximidades das usinas. O rendimento da safra e o teor de sacarose na cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas, tais como índice de chuvas e temperatura, que podem, portanto sofrer oscilações.

Historicamente, as condições climáticas têm causado volatilidade nos setores de etanol e açúcar e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia e suas controladas em conjunto, por prejudicarem as safras ou reduzirem as colheitas. Condições climáticas podem reduzir a quantidade de açúcar e cana de açúcar que a empresa obterá em uma determinada época ou no teor de sacarose da cana. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana na região centro-sul do Brasil. O período de colheita anual de cana na região Centro-Sul do Brasil começa em abril / maio e termina em novembro / dezembro. Tal fato resulta em variações de estoque, geralmente altos volumes em novembro, para cobrir as vendas entre cultura (ou seja, de dezembro a abril) e um grau de sazonalidade do lucro bruto das vendas de etanol e açúcar significativamente menor no último trimestre do ano fiscal. A sazonalidade e qualquer redução do volume de açúcar recuperado poderia ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e condição financeira.

15 Imobilizado

	Controladora				31 de março de 2013
	31 de março de 2012	Adições	Baixas	Reclassificações e capitalizações	
Valor de Custo					
Terrenos e propriedades rurais	1.226	2.722	(2.263)	-	1.685
Edifícios e benfeitorias	9.077	-	-	-	9.077
Máquinas equipamentos instalações	4.705	14	(1.490)	1.590	4.819
Aeronaves, embarcações e veículos	13.395	9.826	-	-	23.221
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	2.737	119	(76)	1.262	4.042
Obras em andamento	5.502	1.676	(1.430)	(2.904)	2.844
	<u>36.642</u>	<u>14.357</u>	<u>(5.259)</u>	<u>(52)</u>	<u>45.688</u>
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(631)	(327)	-	-	(958)
Máquinas equipamentos instalações	(914)	(225)	12	3	(1.124)
Aeronaves, embarcações e veículos	(13.395)	(573)	-	-	(13.968)
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	(148)	(159)	-	(3)	(310)
	<u>(15.088)</u>	<u>(1.284)</u>	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>(16.360)</u>
Total	<u>21.554</u>	<u>13.073</u>	<u>(5.247)</u>	<u>(52)</u>	<u>29.328</u>

Notas Explicativas

	Controladora					31 de março de 2012
	31 de março de 2011	Adições	Baixas	Transferências	Aporte de capital em Controlada	
Custo:						
Terrenos e propriedades rurais	240.330	-	-	-	(239.104)	1.226
Edifícios e benfeitorias	181.081	-	-	898	(172.902)	9.077
Máquinas equipamentos instalações	653.655	2	-	16.397	(665.349)	4.705
Aeronaves	13.395	-	-	-	-	13.395
Embarcações e veículos	110.966	-	(206)	-	(110.760)	-
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	40.008	15	-	2.478	(39.764)	2.737
Obras em andamento	200.830	5.520	-	(19.856)	(180.992)	5.502
Outras	234.356	-	-	-	(234.356)	-
Total	1.674.621	5.537	(206)	(83)	(1.643.227)	36.642
Depreciação:						
Edifícios e benfeitorias	(36.000)	(328)	-	-	35.697	(631)
Máquinas equipamentos instalações	(315.771)	(285)	-	-	315.142	(914)
Aeronaves	(13.395)	-	-	-	-	(13.395)
Embarcações e veículos	(46.639)	(7)	159	-	46.487	-
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	(19.235)	(49)	-	-	19.136	(148)
Outras	(66.283)	-	-	-	66.283	-
Total	(497.323)	(669)	159	-	482.745	(15.088)
	1.177.298	4.868	(47)	(83)	(1.160.482)	21.554

Notas Explicativas

	Consolidado						
	31 de março de 2012	Adições	Baixas	Reclassificações e capitalizações	Desconsolidação - Cosan Alimentos	Combinações de negócio	31 de março de 2013
Valor de Custo:							
Terrenos e propriedades rurais	1.570.489	2.450	(135.060)	(570.474)	(8)	1.461	868.858
Edifícios e benfeitorias	1.069.914	1.170	(13.229)	(40.001)	(61.798)	29.818	985.874
Máquinas, equipamentos e instalações	5.274.545	48.357	(123.779)	850.430	(28.471)	13.316	6.034.398
Aeronaves, embarcações e veículos	334.157	277	(4.810)	(51.258)	(333)	-	278.033
Vagões e locomotivas	391.647	41.511	-	9.102	-	-	442.260
Móveis e utensílios e equipamentos							
de informática	125.267	538	(8.551)	16.050	(2.658)	814	131.460
Obras em andamento	675.000	790.047	(161)	(761.204)	(9.860)	2.032	695.854
Reforma e manutenção de máquinas e							
equipamentos	263.449	301.147	-	(276.826)	-	-	287.770
Outros	157.508	5	(603)	(142.226)	-	-	14.684
	<u>9.861.976</u>	<u>1.185.502</u>	<u>(286.193)</u>	<u>(966.407)</u>	<u>(103.128)</u>	<u>47.441</u>	<u>9.739.191</u>
Depreciação:							
Edifícios e benfeitorias	(262.910)	(32.487)	6.292	(14.476)	6.847	-	(296.734)
Máquinas, equipamentos e instalações	(1.388.712)	(305.761)	58.278	(73.615)	17.816	-	(1.691.994)
Aeronaves, embarcações e veículos	(138.935)	(18.753)	4.345	10.126	253	-	(142.964)
Vagões e locomotivas	(18.397)	(13.267)	-	-	-	-	(31.664)
Móveis e utensílios e equipamentos							
de informática	(81.302)	(12.349)	7.403	(76)	1.661	-	(84.663)
Reforma e manutenção de máquinas e							
equipamentos	-	(308.381)	-	263.449	-	-	(44.932)
Outros	(104.757)	(732)	674	93.678	-	-	(11.137)
	<u>(1.995.013)</u>	<u>(691.730)</u>	<u>76.992</u>	<u>279.086</u>	<u>26.577</u>	<u>-</u>	<u>(2.304.088)</u>
Total	<u>7.866.963</u>	<u>493.772</u>	<u>(209.201)</u>	<u>(687.321)</u>	<u>(76.551)</u>	<u>47.441</u>	<u>7.435.103</u>

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 38.129 (2012 - R\$ 71.661). A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 6,26% a.a até março de 2013 (8,60% a.a. no exercício findo em 31 de março de 2012).

Notas Explicativas

	Consolidado						31 de março de 2012
	31 de março de 2011	Adições	Baixas	Transferências	Desconsolidação e formação JV (a)	Combinação Negócios	
Custo:							
Terrenos e propriedades rurais	1.263.240	-	(40.011)	15.965	384.561	(53.266)	1.570.489
Edifícios e benfeitorias	1.122.256	4.764	(24.559)	89.661	(153.107)	30.899	1.069.914
Máquinas equipamentos instalações	4.980.432	49.056	(30.209)	330.325	(69.256)	14.197	5.274.545
Aeronaves	30.903	4.839	(4.691)	-	-	-	31.051
Vagões e locomotivas	341.647	-	-	50.000	-	-	391.647
Embarcações e veículos	323.042	3.046	(6.758)	10.312	(26.703)	167	303.106
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	137.206	520	(21.012)	16.114	(8.869)	1.308	125.267
Obras em andamento	1.367.712	980.855	(6.022)	(782.761)	(888.103)	3.319	675.000
Reforma e manutenção de maquinas e equipamentos	1.043.342	362.511	(747.891)	-	(394.513)	-	263.449
Outras	4.782	13.077	(17.715)	796	156.568	-	157.508
Total	10.614.562	1.418.668	(898.868)	(269.588)	(999.422)	(3.376)	9.861.976
Depreciação:							
Edifícios e benfeitorias	(287.620)	(43.716)	11.539	-	59.344	(2.457)	(262.910)
Máquinas equipamentos instalações	(1.472.512)	(288.990)	19.506	14.968	346.824	(8.508)	(1.388.712)
Aeronaves	(15.195)	(1.839)	860	-	-	-	(16.174)
Vagões e locomotivas	(6.128)	(12.269)	-	-	-	-	(18.397)
Embarcações e veículos	(150.146)	(24.667)	4.750	-	47.416	(114)	(122.761)
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	(87.460)	(11.297)	18.750	-	(559)	(736)	(81.302)
Reforma e manutenção de maquinas e equipamentos	(611.859)	(303.082)	747.891	-	167.050	-	-
Outras	(3.118)	(6.942)	9.297	-	(103.994)	-	(104.757)
Total	(2.634.038)	(692.802)	812.593	14.968	516.081	(11.815)	(1.995.013)
	7.980.524	725.866	(86.275)	(254.620)	(483.341)	(15.191)	7.866.963

(a) A Companhia refletiu o efeito líquido de desconsolidação de 100% dos negócios contribuídos na data da formação da JV e a consolidação proporcional naquela mesma data.

Notas Explicativas

16

Intangível

	Controladora				
	31 de março de 2012	Adições	Reclassificações e capitalizações	Reclassificação para ativo disponível para venda	31 de março de 2013
Custo:					
Licença de software	83	75	52	-	210
Marcas e patentes	85.354	-	-	(83.585)	1.769
	<u>85.437</u>	<u>75</u>	<u>52</u>	<u>(83.585)</u>	<u>1.979</u>
Amortização:					
Licença de software	(2)	(17)	-	-	(19)
Marcas e patentes	(1.768)	-	-	-	(1.768)
	<u>(1.770)</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.787)</u>
Total	<u>83.667</u>	<u>58</u>	<u>52</u>	<u>(83.585)</u>	<u>192</u>

	Controladora					
	31 de março de 2011	Adições	Baixas	Transferências	Aporte de capital em Controlada	31 de março de 2012
Custo						
Licença de software	50.182	-	-	83	(50.182)	83
Marcas e patentes	-	-	-	-	85.354	85.354
Ágio	332.239	-	(193.633)	-	(138.606)	-
Outras	17.603	-	-	-	(17.603)	-
Total	<u>400.024</u>	<u>-</u>	<u>(193.633)</u>	<u>83</u>	<u>(121.037)</u>	<u>85.437</u>
Amortização						
Licença de software	(32.809)	(2)	-	-	32.809	(2)
Marcas e patentes	-	(1.768)	-	-	-	(1.768)
Outras	(744)	(643)	-	-	1.387	-
Total	<u>(33.553)</u>	<u>(2.413)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.196</u>	<u>(1.770)</u>
	<u>366.471</u>	<u>(2.413)</u>	<u>(193.633)</u>	<u>83</u>	<u>(86.841)</u>	<u>83.667</u>

Notas Explicativas

	Consolidado						31 de março de 2013
	31 de março de 2012	Adições	Baixas	Reclassificações e capitalizações	Desconsolidação - Cosan Alimentos	Combinações de negócio	
Custo:							
Licença de Software	106.970	8.601	(1.832)	4.715	(128)	98.708	217.034
Marcas e Patentes	608.411	-	(2.412)	(1.770)	(83.585)	26.616	547.260
Ágio	2.932.255	-	-	1.580	-	110.555	3.044.390
Licença de Operação	282.734	-	-	-	-	-	282.734
Direito de concessão	-	237.316	(9.117)	-	-	7.513.941	7.742.140
Carteira de Clientes	602.646	92.829	(434)	60.230	-	419.786	1.175.057
Contrato de Arrendamento de Terras	79.919	-	(9.866)	1.769	-	9.866	81.688
Fidelização de rede de postos	451.371	179.440	-	35.487	-	1.598	667.896
Benfeitorias em concessões públicas	236.396	-	-	105.152	-	-	341.548
Outros	122.071	-	(8)	(69.930)	-	-	52.133
	<u>5.422.773</u>	<u>518.186</u>	<u>(23.669)</u>	<u>137.233</u>	<u>(83.713)</u>	<u>8.181.070</u>	<u>14.151.880</u>
Amortização:							
Licença de Software	(85.055)	(24.687)	1.784	3	116	-	(107.839)
Marcas e Patentes	(110.431)	(70.934)	-	1.770	-	-	(179.595)
Licença de Operação	-	(11.740)	-	-	-	-	(11.740)
Direito de Concessão	-	(135.053)	8.006	-	-	-	(127.047)
Carteira de Clientes	(66.146)	(118.070)	436	(76.155)	-	-	(259.935)
Contrato de Arrendamento de Terras	(12.652)	(3.496)	-	14.288	-	-	(1.860)
Fidelização de rede de postos	(133.655)	(94.218)	-	(17.835)	-	-	(245.708)
Benfeitorias em concessões públicas	(14.968)	(16.420)	-	(25)	-	-	(31.413)
Outros	(67.611)	(7.855)	-	50.561	-	-	(24.905)
	<u>(490.518)</u>	<u>(482.473)</u>	<u>10.226</u>	<u>(27.393)</u>	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>(990.042)</u>
Total	<u>4.932.255</u>	<u>35.713</u>	<u>(13.443)</u>	<u>109.840</u>	<u>(83.597)</u>	<u>8.181.070</u>	<u>13.161.838</u>

Notas Explicativas

	Consolidado						31 de março de 2012
	31 de março de 2011	Adições	Baixas	Transferências	Desconsolidação e formação JV (a)	Combinação de Negócios	
Custo							
Licença de software	98.063	849	(20)	14.954	(6.992)	116	106.970
Marcas e patentes	429.671	-	(11.286)	-	190.026	-	608.411
Ágio	2.253.320	-	(193.633)	-	836.601	35.967	2.932.255
Licença de operação e carteira de clientes	583.420	23.437	-	8.857	269.666	-	885.380
Contrato de arrendamento de terras	155.505	-	(232)	-	(75.354)	-	79.919
Fidelização de rede de postos e distribuidores	170.291	129.340	-	9.381	142.359	-	451.371
Benfeitorias efetuadas em concessões publicas	-	-	-	236.396	-	-	236.396
Outras	43.263	12.249	(8.649)	-	75.208	-	122.071
Total	<u>3.733.533</u>	<u>165.875</u>	<u>(213.820)</u>	<u>269.588</u>	<u>1.431.514</u>	<u>36.083</u>	<u>5.422.773</u>
Amortização							
Licença de software	(66.111)	(8.508)	20	-	(10.357)	(99)	(85.055)
Marcas e patentes	(98.710)	(44.579)	-	-	32.858	-	(110.431)
Licença de operação e carteira de clientes	(41.038)	(46.904)	-	-	21.796	-	(66.146)
Contrato de arrendamento de terras	(15.118)	(3.792)	232	-	6.026	-	(12.652)
Fidelização de rede de postos e distribuidores	(62.387)	(36.627)	-	-	(34.641)	-	(133.655)
Benfeitoria efetuadas em concessões publicas	-	-	-	(14.968)	-	-	(14.968)
Outras	(4.495)	(13.945)	(222)	-	(48.949)	-	(67.611)
Total	<u>(287.859)</u>	<u>(154.355)</u>	<u>30</u>	<u>(14.968)</u>	<u>(33.267)</u>	<u>(99)</u>	<u>(490.518)</u>
	<u>3.445.674</u>	<u>11.520</u>	<u>(213.790)</u>	<u>254.620</u>	<u>1.398.247</u>	<u>35.984</u>	<u>4.932.255</u>

Notas Explicativas

Ativo Intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	2013	2012
Licença de software	20,00%	21.502	21.915
Marcas rede de distribuição de combustíveis ^(a)	20,00%	212.203	260.313
Marca Mobil ^(b)	10,00%	131.258	154.082
Marca União ^(c)	2,00%	-	83.585
Carteira de clientes ^(d)	3,00%	506.917	535.405
Licença de operação e contratos com clientes ^(e)	4,00%	270.995	283.829
Contratos de arrendamento de terras ^(f)	6,00%	79.364	67.267
Fidelização de rede de postos e distribuidores ^(g)	Conforme prazo contratual	422.188	317.716
Direito de acesso a ferrovias ^(h)	Conforme prazo contratual	305.251	221.428
Contrato de concessão pública - Comgás ⁽ⁱ⁾	Conforme prazo contratual	8.071.839	-
Outros		95.931	54.460
Total		10.117.448	2.000.000

- (a) Direito de uso das marcas de distribuição de combustível da controlada em conjunto Raízen Combustíveis;
- (b) Direito de uso da marca de lubrificantes *Mobil*;
- (c) Marca *União*, ativo intangível proveniente de combinação de negócios. Alienado em 24 de outubro de 2012 (Nota 1).;
- (d) Refere-se ao relacionamento entre a Raízen Combustíveis e os postos que mantêm as suas bandeiras e a base de clientes adquiridas mediante a combinação de negócio;
- (e) Licença de operação portuária e relacionamento com clientes da Rumo, proveniente de combinações de negócios;
- (f) Ativo intangível relativo a contratos existentes de arrendamento de terras proveniente de combinações de negócios;
- (g) Ativo intangível relativo a contratos com clientes com preferência no fornecimento de produtos e fidelização das marcas;
- (h) Refere-se ao contrato de transporte da Rumo com a América Latina Logística, que prevê o direito de cobrar pelo transporte ferroviário em troca de investimentos na malha ferroviária;
- (i) Referente ao contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. O prazo de amortização é de 37 anos (prazo remanescente da concessão).

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradores de caixa contendo ágio

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, constituído principalmente de parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos de processos de combinação de negócios e formação das JVs. Os ativos imobilizados e intangíveis sujeitos a depreciação e amortização são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

Os ágios adquiridos por meio de combinações de negócios e aqueles originados da formação das *Joint Ventures* foram alocados a quatro unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, como a seguir demonstrado:

	Consolidado	
	2013	2012
Unidade geradora de caixa Raízen Energia	1.449.095	1.405.407
Unidade geradora de caixa Raízen Combustíveis	889.479	855.907
Unidade geradora de caixa Rumo	100.451	98.972
Unidade geradora de caixa Cosan outros negócios	605.365	571.969
Total do ágio	3.044.390	2.932.255

Notas Explicativas

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 5 a 10 anos e levados a perpetuidade sem considerar taxa de crescimento real. A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados pois reflete o tempo estimado de utilização dos grupos de ativos e negócios.

As principais premissas utilizadas foram: (i) Raízen Energia: expectativa de preço de vendas das commodities em horizonte de longo prazo, produtividade das áreas agrícolas e ativos biológicos, desempenho do Açúcar Total Recuperável, custos carregamento, corte e transporte, custos com aquisição produtos agrícolas, tratamentos culturais, entre outros; (ii) Raízen Combustíveis: principalmente na expectativa de crescimento das operações baseadas no Produto Interno Bruto e estimativa de frotas e demais aspectos macroeconômicos; (iii) Rumo: expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar destinado, principalmente, ao volume de exportação; capacidade de armazenagem; custos relacionados a serviços de frete e atividades portuárias (estiva, encargos e tarifas regulatórias); (iv) Cosan outros negócios: principalmente na expectativa de crescimento das operações baseadas no Produto Interno Bruto segmentado e demais aspectos macroeconômicos, assim como expectativa de preço de vendas das commodities.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas entre 7,5% e 11,5% que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

17 Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos

Descrição ^(a)	Encargos financeiros ^(b)		Controladora		Consolidado		Vencimento final
	Indexador	Taxa média anual de juros	2013	2012	2013	2012	
Senior Notes Due 2014	Dólar (US)	Juros de 9,5%	-	-	356.600	322.654	ago/14
Senior Notes Due 2017	Dólar (US)	Juros de 7,0%	-	-	407.381	368.601	fev/17
Senior Notes Due 2018	Pré-fixado	Juros de 9,5%	-	-	852.705	-	mar/18
Senior Notes Due 2023	Dólar (US)	Juros de 5,0%	-	-	1.009.277	-	mar/23
BNDES	URTJLP	Juros de 7,64%	-	-	724.613	683.586	out/25
BNDES	Pré-fixado	Juros de 4,50%	-	-	192.460	185.568	jul/20
BNDES	UMBND	Juros de 6,50%	-	-	16.621	18.365	jul/19
BNDES	Dólar (US)	Juros de 6,86%	-	-	-	11	nov/12
BNDES	TJLP	Juros 7,98%	-	-	709.425	-	jun/17
BNDES	Selic	Juros 1,80%	-	-	310.358	-	out/20
BNDES	TJ462	Juros 7,80%	-	-	77.477	-	out/20
ACC	Dólar (US)	Juros de 1,90%	-	-	25.533	138.369	jun/13
Bônus perpétuos	Dólar (US)	Juros de 8,25%	-	-	1.025.671	930.094	nov/15
Resolução 2471 (PESA)	IGP-M	Juros de 9,77%	-	-	348.047	316.108	abr/23
Resolução 2471 (PESA)	Pré-fixado	Juros de 3,0%	-	-	50	53	out/25
Crédito-Rural	Pré-fixado	Juros de 5,50%	-	-	20.833	20.460	nov/13
Capital de Giro	Dólar (US) + Libor	Juros de 1,78%	-	-	453.509	410.002	dez/15
Capital de Giro	IGP-M	Juros de 20,52%	-	-	-	88	dez/12
Capital de Giro	Pré-fixado	Juros de 14,00%	-	-	3.927	5.332	mar/15
Pré-pagamentos	Dólar (US) + Libor	Juros de 4,18%	-	-	459.145	507.454	fev/16
Nota de Crédito	110% CDI	Juros de 7,39%	369.532	341.227	528.986	341.226	fev/14
Nota de Crédito	Dólar (US)	Juros de 3,07%	-	-	-	52.891	out/12
Finame	Pré-fixado	Juros de 4,59%	-	-	372.559	397.515	set/22
Finame	URTJLP	Juros de 7,17%	-	-	410.442	337.091	nov/22
Finame	UMBND	Juros de 8,36%	-	-	-	16	out/12
Arrendamento	R\$	Juros de 15,02%	-	-	107	-	jun/14
Arrendamento	100% CDI	100% CDI	-	-	2.020	-	out/14
Empréstimos no exterior	Libor UK Semestral	Juros de 4,64%	-	-	167.021	-	jun/17
EIB	Dólar (US) + Libor	Juros 2,26%	-	-	528.902	-	set/21
Resolução 4131	Dólar (US) + Libor	Juros 3,00%	-	-	549.106	-	fev/18
Debêntures	CDI	Juros de 8,62%	2.166.213	-	1.417.149	-	out/20
Debêntures não conversíveis	CDI	Juros de 1,50%	-	-	70.321	-	ago/14
Finep	Pré-Fixado	Juros de 5,00%	-	-	89.889	-	jan/21
Nota Promissória	105,20 % CDI	103 % CDI	-	-	402.104	-	nov/13
Cessão de Crédito	CDI	Juros de 1,38%	-	-	60.886	-	mai/13
Outros	Diversos	Diversos	-	-	85.557	-	Diversos
Despesas com colocação de títulos			(24.974)	(3.494)	(66.043)	(21.407)	
			<u>2.510.771</u>	<u>337.733</u>	<u>11.612.638</u>	<u>5.014.077</u>	
	Circulante		1.131.809	-	2.098.518	537.135	
	Não Circulante		1.378.962	337.733	9.514.120	4.476.942	

a) Os empréstimos e financiamentos são garantidos por notas promissórias e avais da Companhia e suas controladas e dos acionistas controladores, além das garantias reais como: (i) direitos creditórios provenientes dos contratos de comercialização de energia (BNDES); (ii) CTN e hipoteca de terras (PESA); e (iii) Alienação fiduciária dos bens (ativo imobilizado e ativo intangível) financiados (Finame).

b) Encargos financeiros em 31 de março de 2013, exceto quando de outra forma indicada;

As parcelas vencíveis em longo prazo, deduzidas as amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
13 a 24 meses	-	337.733	1.083.727	1.046.326
25 a 36 meses	-	-	2.162.966	702.633
37 a 48 meses	-	-	970.638	1.249.602
49 a 60 meses	-	-	1.552.936	545.982
61 a 72 meses	-	-	531.527	179.137
73 a 84 meses	630.690	-	899.563	300.921
85 a 96 meses	748.272	-	1.056.083	220.893
A partir de 97 meses	-	-	1.256.680	231.448
	<u>1.378.962</u>	<u>337.733</u>	<u>9.514.120</u>	<u>4.476.942</u>

Sênior Notes com vencimento em 2014

Em 4 de agosto de 2009, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional, de acordo com os Regulations “S” e “144A”, no montante de US\$ 350.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 9,5% ao ano, pagáveis semestralmente em fevereiro e agosto de cada ano, a partir de fevereiro de 2010.

Sênior Notes com vencimento em 2017

Em 26 de janeiro de 2007, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com os Regulations “S” e “144A”, no montante de US\$ 400.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 7% ao ano, pagáveis semestralmente em fevereiro e agosto de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2018

Em março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional, de acordo com os Regulations “S” e “144A”, no montante de R\$ 850.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 9,5% ao ano, pagáveis semestralmente em setembro e março de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2023

Em 14 de março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com os Regulations “S” e “144A”, no montante de US\$ 500.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 5% ao ano, pagáveis semestralmente em setembro e março de cada ano.

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas e controlados em conjunto destinados ao financiamento dos projetos de cogeração, *greenfield*, expansão do segmento de logística e da rede de distribuição de gás.

Adiantamento de Contratos de Câmbio e Nota de Crédito

Os adiantamentos de contrato de câmbio e as notas de crédito foram firmados com diversas instituições financeiras e serão liquidados por meio de exportações entre 2012 e 2014. Estas operações estão sujeitas a juros pagáveis semestralmente e no vencimento.

Bônus Perpétuos

Notas Explicativas

Em 5 de novembro de 2010 e 13 de julho de 2011, a subsidiária Cosan Overseas Limited emitiu o montante total de US\$500.000 de Bônus perpétuos no mercado exterior, em acordo com o "Regulation S", com juros a uma taxa de 8,25% por ano, pagáveis trimestralmente.

PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos) - Resolução 2471

No período entre 1998 e 2000, a Companhia e atualmente a controlada em conjunto Raízen Energia renegociaram com diversas instituições financeiras suas dívidas relativas a financiamentos para custeio agrícola, reduzindo seu custo financeiro para taxas de juros anuais inferiores a 10%, garantindo a amortização do principal atualizado da dívida com a cessão e transferência de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, resgatáveis na liquidação da dívida, aproveitando incentivo promovido pela resolução do Banco Central nº 2471, de 26 de fevereiro de 1998. A referida dívida poderá ser auto liquidável mediante resgate dos CTNs (Nota 9).

Capital de giro

Em 13 de dezembro de 2012, foi emitida, para controlada em conjunto Raízen Energia, uma dívida bancária sindicalizada no valor de US\$ 450.000 mil com vencimento em até 3 (três) anos, com cláusula de pagamento juros trimestrais e custo de LIBOR + 1,50% a.a..

Finame

Refere-se a financiamentos relativos a operações de FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Estes financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Empréstimos no Exterior

Em 29 de junho de 2012, a controlada Cosan Lubs Investments Limited captou o empréstimo de £ 54.000 mil com a finalidade de aquisição de participação acionária e controle da entidade Comma, ocorrida em julho de 2012.

Empréstimo EIB

Refere-se a empréstimos junto ao European Investment Bank em dólar e que possuem remuneração atrelada à variação da taxa LIBOR e taxa fixa, com vencimento até o ano de 2021. Esses empréstimos estão totalmente protegidos por meio de instrumentos financeiros derivativos que trocam os indexadores originais pela variação da taxa CDI. Os recursos captados foram utilizados na expansão e suporte da rede distribuição de gás natural.

Empréstimos Resolução 4131

Refere-se a recursos captados no exterior com diversas instituições financeiras, com vencimentos até 2017, tendo como objetivo financiar o fluxo de caixa da controlada COMGÁS.

Debêntures

Notas Explicativas

Em 22 de outubro 2012, a Companhia emitiu duas séries de debêntures, sendo a primeira série no valor de R\$1.900.000 e a segunda série no valor de R\$1.400.000. As debêntures de primeira série foram liquidadas em março de 2013 e as debêntures da segunda série terão prazo de vigência de 8 anos, contado da data de emissão, vencendo em 1 de outubro de 2020, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado obrigatório e/ou de vencimento antecipado das debêntures, nos termos previstos na Escritura de emissão. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data de liquidação, correspondente a 123% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

Debêntures não conversíveis

Em 5 de agosto de 2008, a controlada COMGÁS concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000.

Em agosto de 2012, houve a primeira amortização de principal (33,33%) sendo que as demais amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2013 e 2014 com pagamentos de 33,33% e 33,34%, respectivamente. Os pagamentos de juros serão feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2012, foi efetuado o quarto pagamento de juros no valor de R\$ 11.840.

FINEP

Em novembro de 2012, foi emitida, para a controlada Cosan Biomassa, uma dívida bancária no valor de R\$ 89.694, com vencimento até janeiro de 2021. O mesmo contrato prevê mais três parcelas de captação, totalizando R\$254.890 com juros prefixados de 5% a.a.. Estes recursos serão utilizados no plano de desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa oriunda da cana-de-açúcar ou outras fontes.

Notas Promissórias Comerciais

Em 15 de março de 2012, a controlada COMGÁS concluiu a emissão de 150 Notas Promissórias Comerciais pelo valor unitário de R\$ 1.000, totalizando R\$ 150.000 com vencimento em 360 dias.

Em 1 de março de 2013, a controlada COMGÁS concluiu a emissão de 400 Notas Promissórias Comerciais pelo valor unitário de R\$ 1.000, totalizando R\$ 400.000 com vencimento em 270 dias. A amortização de principal e juros ocorrerá no vencimento do título.

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Para o exercício findo em 31 de março de 2013, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, não apresentam indicações de não atendimento das cláusulas restritivas.

É necessária uma apuração anual, no encerramento do ano (31 de março de 2013).

O valor contábil e o valor justo dos empréstimos:

<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor justo</u>
-----------------------	--------------------

DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/03/2013 - COSAN S.A.					
Notas Explicativas		2013	2012	2013	2012
	Senior / perpetual notes	3.651.634	1.621.349	3.873.074	1.741.841
	Financiamentos	7.961.004	3.392.728	7.984.853	3.392.728
	Total	11.612.638	5.014.077	11.857.927	5.134.569

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	2013	2012
Reais (R\$)	6.544.936	2.291.573
Libra (UK)	167.021	-
Dólar (US)	4.900.681	2.722.504
Total	11.612.638	5.014.077

18 Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social a recolher	511	-	37.984	11.973
ICMS	-	-	100.756	66.601
IPI	-	-	876	4.631
INSS	601	47	16.508	13.029
PIS	-	219	6.476	5.003
COFINS	-	1.010	28.196	21.294
IOF	-	-	2.001	-
Parcelamento de débitos – Refis IV	713.942	731.414	1.009.723	1.287.941
Outros	94	370	13.839	33.871
	714.637	733.060	1.178.375	1.432.370
Total	715.148	733.060	1.216.359	1.444.343
Circulante	59.723	62.597	246.049	241.719
Não circulante	655.425	670.463	970.310	1.202.624

Parcelamento de débitos tributários – Lei 11.941/09 e MP 470/09 (“Refis IV”)

Em 27 de maio e 13 de outubro de 2009, a Lei 11.941 e a MP 470 foram aprovadas pelo governo brasileiro resultando na criação de um programa de recuperação fiscal, permitindo o contribuinte liquidar seus débitos tributários federais e outros impostos federais em discussão judicial com desconto sobre as multas e juros.

Adicionalmente, em 29 de junho de 2011, a subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades SA, entidade sucessora da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. (“Essobrás”), juntou-se ao programa de recuperação fiscal, a pedido da ExxonMobil Brasil Holdings BV (“ExxonMobil”), entidade que é legalmente responsável pelas contingências fiscais existentes na data da aquisição de Essobrás pela Companhia (Nota 9).

Os montantes vencíveis em longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
13 a 24 meses	63.155	56.018	64.178	99.083

Notas Explicativas

25 a 36 meses	63.109	55.650	63.708	97.707
37 a 48 meses	63.109	55.611	63.274	97.254
49 a 60 meses	62.468	55.611	62.633	96.909
61 a 72 meses	61.304	54.972	61.469	96.270
73 a 84 meses	61.304	53.931	61.469	95.229
85 a 96 meses	61.304	53.931	61.470	95.229
A partir de 97 meses	219.672	284.739	532.109	524.943
	655.425	670.463	970.310	1.202.624

19 Imposto de renda e contribuição social**a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	474.814	2.330.593	991.162	3.696.913
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(161.437)	(792.402)	(336.995)	(1.256.950)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	349.463	1.050.803	20.012	11.311
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc)	(2.219)	(8.718)	(7.543)	(12.341)
Plano de opções de ações	(4.521)	(3.672)	(4.521)	(3.672)
Juros sobre capital próprio	(43.673)	(17.000)	10.981	-
Prejuízo fiscal e base negativa não ativado	(51.979)	-	(59.798)	12.505
Resultado de empresa no exterior não tributado na origem	(23.162)	-	(22.416)	17.439
Variação cambial s/ o PL de controladas no exterior	-	-	44.584	86.342
Diferença Lucro Presumido x Lucro Real (Nota 2.2.15)	-	-	40.841	-
Variação cambial s/ capital a Integralizar	-	-	38.832	48.708
Outros	(37.979)	(18.018)	14.258	(19.713)
Receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	24.493	210.993	(261.765)	(1.116.371)
Taxa efetiva	-5,16%	-9,05%	26,41%	30,20%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos:

	Controladora				2012
	2013				
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	343.420	85.855	-	85.855	94.416
Base negativa de contribuição social	343.521	-	30.917	30.917	33.999
Diferenças temporárias:					
Variação cambial – contas a pagar e contas a receber	100.639	25.160	9.058	34.218	(33.886)
Ágio fiscal amortizado	(50.661)	(12.665)	(4.559)	(17.224)	(17.226)
Provisões para contingências	245.011	61.253	22.051	83.304	122.647
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	52.604	13.151	4.734	17.885	20.804
Provisões de participações no resultado	11.836	2.959	1.065	4.024	3.157
Resultado não realizado venda investimentos	(126.517)	(31.629)	(11.387)	(43.016)	-
Outras diferenças temporárias	22.414	5.604	2.017	7.621	19.580
Efeitos na formação da joint venture	(3.657.582)	(914.396)	(329.182)	(1.243.578)	(1.272.118)
Outros efeitos de IFRS	(206.050)	(51.513)	(18.545)	(70.058)	(47.879)
Total de tributos diferidos		(816.222)	(293.831)	(1.110.053)	(1.076.506)

Notas Explicativas

Obrigações tributárias	Consolidado				2012
	2013				
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	1.904.323	476.081	-	476.081	551.326
Base negativa de contribuição social	1.955.384	-	175.985	175.985	197.863
Diferenças temporárias:					
Variação cambial - contas a pagar e contas a receber	164.348	41.093	14.793	55.886	(37.387)
Ágio fiscal amortizado	1.762.308	440.576	158.608	599.184	(230.523)
Provisões para contingências	690.186	172.547	62.117	234.664	247.359
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas					
	342.849	85.712	30.856	116.568	96.757
Provisões de participações no resultado	306.335	76.584	27.570	104.154	23.565
Resultado não realizado venda investimentos	(127.940)	(31.985)	(11.515)	(43.500)	(2.340)
Outras diferenças temporárias	269.778	67.445	24.280	91.725	133.625
Efeitos na formação da joint venture	(3.657.582)	(914.396)	(329.182)	(1.243.578)	(1.272.118)
Propriedades para investimento	(2.478.117)	(49.562)	(26.764)	(76.326)	(124.515)
Combinação de negócios - Imobilizado	(2.589.876)	(647.469)	(233.089)	(880.558)	(988.055)
Combinação de negócios - Intangível	(4.806.829)	(1.201.707)	(432.615)	(1.634.322)	(297.463)
Combinação de negócios - Outros efeitos	(79.014)	(19.754)	(7.111)	(26.865)	(10.672)
Outros efeitos de IFRS	(520.815)	(130.204)	(46.873)	(177.077)	(187.828)
Total		(1.635.039)	(592.940)	(2.227.979)	(1.900.406)
Tributos diferidos - Ativo				388.732	543.024
Tributos diferidos - Passivo				(2.616.711)	(2.443.430)
Total de tributos diferidos				(2.227.979)	(1.900.406)

c) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos:

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizado é constituído uma provisão para não realização. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de março de 2013, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:

	2013
Dentro de um ano	76.348
Após um ano e menor que cinco anos	273.319
Mais de cinco anos	302.399
Total	652.066

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos):

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	(1.076.506)	(247.349)	(1.900.406)	(795.632)
Resultado	21.655	208.564	32.873	(982.458)
Outros resultados abrangentes	-	(53.716)	103.211	(68.887)
Incorporações reversas	-	-	120.554	75.846
Incorporação de controlada	-	(1.054.078)	-	-
Baixa de Diferido s/ Prejuízo Fiscal (Refis e Cisão Docelar)	-	(58.014)	(12.430)	140.049
Combinações de Negócios	(16.173)	-	(499.287)	(22.546)
Baixa por venda do negócio de varejo de açúcar	-	-	-	(12.956)
Efeito na formação da JV	-	130.920	-	(232.091)
Reclassificação operação descontinuada	(36.438)	-	(73.738)	-
Outros	(2.591)	(2.833)	1.244	(1.731)
Saldo no final do exercício	(1.110.053)	(1.076.506)	(2.227.979)	(1.900.406)

20 Provisão para demandas judiciais

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tributária	150.247	148.097	651.996	620.835
Cíveis e ambientais	41.226	38.650	242.606	168.952
Trabalhistas	143.345	169.512	250.746	261.890
	334.818	356.259	1.145.348	1.051.677

Os depósitos judiciais em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tributária	177.772	171.052	434.922	411.619
Trabalhistas	22.505	27.380	63.217	65.142
Cíveis e ambientais	10.174	8.201	46.756	32.474
	210.451	206.633	544.895	509.235

Movimentação da provisão:

	Controladora			
	Tributária	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de março de 2012	148.097	38.650	169.512	356.259
Provisionado no exercício	9.523	7.629	83.721	100.873
Baixas por reversão ou pagamento	(18.018)	(6.996)	(107.340)	(132.354)
Atualização monetária	10.645	1.943	(2.548)	10.040
Em 31 de março de 2013	150.247	41.226	143.345	334.818

	Consolidado			
	Tributária	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de março de 2012	620.835	168.952	261.890	1.051.677
Provisionado no exercício	31.123	70.097	110.922	212.142
Baixas por reversão ou pagamento	(29.540)	(57.475)	(138.558)	(225.573)
Efeito de combinações de negócios	3.815	40.776	11.400	55.991
Atualização monetária	25.763	20.256	5.092	51.111
Em 31 de março de 2013	651.996	242.606	250.746	1.145.348

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias em 31 de março de 2013 e 2012, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
IPC – 89 ⁽ⁱ⁾	-	-	83.536	82.173
Compensações com finsocial ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	203.334	195.421
CIDE ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	93.841	93.841
Créditos de ICMS ^(iv)	83.914	71.343	113.165	97.552
PIS e COFINS	8.618	8.277	17.860	17.445
IPI	2.484	9.159	10.765	15.970
IRPJ e CSLL	1.033	1.012	2.194	2.110
INSS ^(v)	38.688	36.226	66.379	53.167
Outros	15.510	22.080	60.922	63.156
	150.247	148.097	651.996	620.835

Notas Explicativas

- i) A partir de 1993, a controlada Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ("Cosan CLE") ajuizou ação questionando o índice de correção monetária de balanço (IPC) estabelecido pelo Governo Federal em 1989, que não refletia a inflação Por força desses indicadores, foram apurados e pagos pela Companhia valores de IRPJ e CSLL supostamente maiores do que o devido. A Cosan CLE obteve liminar favorável ao recálculo da correção monetária de balanço, dessa vez pelos índices de inflação do período, e apurou novos valores do IRPJ e de CSLL. Os valores identificados como pagos a maior destes tributos foram compensados nos exercícios subsequentes até 1997, quando houve o esgotamento do saldo. Apesar das decisões favoráveis, as autoridades fiscais lavraram auto de infração cujos valores atualizados estão devidamente provisionados. Não existem depósitos judiciais relacionados a esses processos.
- (ii) Durante o período de outubro de 2003 a novembro de 2006 a subsidiária Cosan CL efetuou a compensação de FINSOCIAL com vários outros tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em Set/2003, no âmbito de uma ação em que era discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. Não existem depósitos judiciais relacionados a esses processos.
- iii) Refere-se basicamente a uma demanda judicial da Raízen Combustíveis, proveniente da Shell Brasil Ltda., referente a CIDE sobre os serviços prestados pelas operações. Esta contingência será reembolsada pela Shell se qualquer pagamento for exigido. Um valor equivalente ao montante provisionado foi reconhecido como a receber de partes relacionadas. Existem depósitos judiciais relacionados a esse processo no montante de R\$ 170.835.
- iv) O montante da provisão para créditos de ICMS é composto de (a) valor de autos de infração recebidos, no qual, apesar da defesa apresentada na esfera administrativa e judicial, o consultor jurídico da Companhia entende que é mais provável que a Companhia perca e tenha que efetuar o pagamento e (b) recuperação de créditos e encargos financeiros sobre questões em que a administração da Companhia tem uma posição divergente das autoridades fiscais. Existem depósitos judiciais relacionados a esse processo no montante de R\$ 8.392.
- v) As contingências possíveis relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente: (i) O questionamento acerca da legalidade e constitucionalidade da Instrução Normativa MPS/SRP nº 03 de 2005, que restringiu a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação exclusivamente às vendas diretas, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou trading companies. (ii) Exigência de contribuição a título do SENAR em operações de exportação direta e indireta, em que a Receita Federal entende não haver direito à imunidade constitucional e (iii) Exigência de recolhimento de contribuição previdência sobre revenda de mercadorias no mercado interno e para terceiros, que não entram no cômputo da base de cálculo da contribuição previdenciária, a qual incide apenas sobre a receita bruta decorrente da produção efetiva do estabelecimento e não de mercadorias adquiridas.

b) Cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações cíveis referentes a (i) indenização por danos materiais e morais, (ii) ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e (iii) execuções de natureza ambiental.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações trabalhistas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno e de periculosidade, reintegração de emprego, indenização por acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, imposto sindical e outros.

Contingências - Demandas judiciais consideradas como de perda possível, portanto não provisionadas

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão para demandas judiciais foi reconhecida nas informações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Auto de infração – Imposto de renda retido na Fonte ⁽ⁱ⁾	212.074	204.249	212.074	204.249
ICMS - Imposto sobre a circulação de mercadorias ⁽ⁱⁱ⁾	826.862	698.672	1.918.247	1.705.220
IPI - Imposto sobre produtos industrializados ⁽ⁱⁱⁱ⁾	292.239	280.680	383.280	378.735
IRPJ / CSSL ^(vii)	233.696	423.529	553.828	532.131
Compensações com crédito de IPI – IN 67/98 ^(iv)	197.787	188.479	197.786	188.479
INSS ^(v)	451.195	63.372	491.794	83.875
PIS e COFINS ^(vi)	271.122	216.684	821.361	529.257
Outros	439.602	159.233	549.927	493.471
	2.924.577	2.234.898	5.128.297	4.115.417

Notas Explicativas

- i) Auto de infração – Imposto de renda retido na fonte: Em setembro de 2006, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração contra a Companhia, por falta de reter e pagar imposto de renda na fonte sobre ganhos de capital decorrentes da aquisição de uma subsidiária.
- ii) ICMS – Imposto sobre a circulação de mercadorias: Refere-se substancialmente a (i) Parte relativa à multa do auto de infração lavrado em virtude de suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigação acessória, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, no período de maio a março de 2006 e maio a março de 2007; (ii) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação. No entendimento do agente fiscal, tal produto enquadra-se como mercadoria semielaborada e que, de acordo com o regulamento do ICMS, seriam passíveis de tributação; (iii) ICMS incidente sobre supostas divergências de estoque de açúcar e álcool, derivadas do cotejo entre os arquivos fiscais magnéticos e Livros de Registro de Inventário; (iv) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas de etanol destinadas a empresas situadas em outros Estados da Federação, as quais, supervenientemente, tiveram suas inscrições estaduais cassadas e (v) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial.
- iii) IPI – Imposto sobre produtos industrializados: A Instrução Normativa SRF nº 67/98 convalidou o procedimento adotado pelos estabelecimentos industriais que deram saídas sem lançamento e recolhimento do IPI, relativos às operações com açúcares de cana-de-açúcar do tipo demerara, cristal superior, cristal especial, cristal especial extra e refinado granulado, praticadas no período de 6 de julho de 1995 a 16 de novembro de 1997 e com açúcar refinado do tipo amorfo, no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997. Tal norma foi levada a efeito nos respectivos processos movidos pela Receita Federal, cuja probabilidade de perda está classificada como possível, de acordo com a avaliação dos consultores jurídicos da companhia.
- iv) Compensações com crédito de IPI – IN 67/98: A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a Companhia, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela Secretaria da Receita Federal. Assim, a Companhia impugnou administrativamente o indeferimento. Após notificação para pagamento dos débitos objetos de compensação, tendo em vista as alterações introduzidas pela IN SRF nº 210/02, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade dos tributos compensados, objetivando, dessa forma, impedir que a Administração Pública pudesse executar os débitos. A liminar foi deferida pelo juízo competente.
- v) INSS: Refere-se a autos de infração recebidos e que estão sendo defendidos na esfera administrativa, especialmente sobre a exigência de contribuição previdenciária incidente sobre: (a) plano de stock options; (b) faturamento na venda destinada à exportação; (c) faturamento na revenda de materiais para empresas do mesmo grupo econômico e fornecedores.
- vi) PIS e COFINS: Referem-se, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo, previsto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente. Referidas glosas decorrem, em síntese, da interpretação restritiva da Secretaria da Receita Federal do conceito de “insumos”, bem como de divergências em relação a interpretação das referidas leis. Tais questionamentos ainda se encontram na esfera administrativa.
- vii) IR/CSLL – Auto de Infração: Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu autos de infração no montante de R\$ 400.318, lavrados pela Receita Federal do Brasil cobrando IRPJ e CSLL dos anos-calendários de 2006 a 2009, questionando: (i) dedutibilidade de despesas de amortização de alguns ágios; (ii) compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativas da CSLL e (iii) a tributação sobre diferenças das reavaliações dos bens integrantes do ativo imobilizado. A Companhia apresentou sua defesa em janeiro de 2012 e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram como perda possível o montante de R\$ 204.221. O saldo remanescente nessa rubrica, de R\$ 327.710, se refere a várias outras contingências relativas a Imposto de Renda e Contribuição Social pertencente a suas controladas e controladas em conjunto.

b) Cíveis e trabalhistas

As principais demandas judiciais cíveis e trabalhistas, para o qual o desfecho desfavorável é considerado possível são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis	429.926	309.234	1.216.704	869.954
Trabalhistas	409.692	407.533	575.155	1.200.573
	839.618	716.767	1.791.859	2.070.527

Recebíveis de processos judiciais**Notas Explicativas**

A Companhia reconheceu um ganho de R\$ 318.358 em 2007, correspondendo a uma ação movida contra a União Federal, referente ao período em que seus produtos estavam sujeitos ao controle do governo, na qual foram impostas em uma forma incompatível com a realidade do setor, cuja sentença transitou em julgado em favor da Companhia. Esse ganho foi registrado no resultado em contrapartida com o ativo não circulante, na rubrica outros ativos.

Em 31 de março de 2013, o ativo registrado e sua correspondente provisão para honorários advocatícios totalizaram R\$ 366.845 e R \$ 44.021 (R\$ 357.967 e R\$ 42.956 em 2012), nas rubricas de "outros ativos" e "outros passivos" respectivamente.

A Companhia possui outras ações da mesma natureza movidas contra a União, que não são reconhecidos nas contas, uma vez que ainda representam ativos contingentes.

21 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$5.000.000, independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que têm a competência para fixar o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012 é representado por 407.214.353 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Reserva estatutária – Reserva Especial

Em reunião de 17 de julho de 2012, a Assembléia Geral de Acionistas aprovou a alteração do artigo 29 do estatuto social da Companhia constituindo a reserva de lucro estatutária denominada “reserva especial”, que tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas.

Esta reserva especial será formada com até 75% do lucro líquido de cada exercício após executadas as demais reservas de lucro e até o limite de 100% do capital social.

c) Reserva de Lucros a Realizar

A Reserva de Lucros a Realizar será constituída no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos art. 202 da Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, que será obtido pelo o lucro líquido do exercício deduzido do (i) resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e (ii) o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

Cálculo parcela realizada do lucro líquido

	2013	2012
Lucro líquido	638.225	2.605.834
Resultado de equivalência patrimonial - controladora	(1.027.831)	(3.154.846)
Parcela realizada do prejuízo líquido do exercício	(389.606)	(549.012)

Constituição reserva de lucros a realizar

Lucro líquido do exercício	638.225	2.605.834
Constituição da reserva legal – 5% (art. 193)	(31.911)	(130.292)
Reserva de lucros a realizar	606.314	2.475.542

d) Dividendos
Notas Explicativas

Os dividendos serão objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em julho de 2013.

e) Programa de recompra de ações

Em 22 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação. O prazo para realização da operação é de 365 dias e o máximo de ações que podem ser recompradas dentro do período é de 6.640.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício, houve o exercício de opções relacionadas ao Plano de Ações, sendo 723.000 ações entregues a beneficiários. Com isso, a Companhia possui 2.184.039 ações em tesouraria, cujo preço de mercado em 31 de março de 2013 é de R\$ 45,34 (R\$ 32,86 em 31 de março de 2012).

f) Outros componentes do patrimônio líquido

	31 de março de 2011	Resultado abrangente	31 de março de 2012	Resultado abrangente	31 de março de 2013
Efeito conversão moeda estrangeira	(2.516)	7.415	4.899	15.821	20.720
<i>Hedge accounting</i>	(143.297)	157.412	14.115	35.695	49.810
Propriedade para Investimento	-	-	-	190.735	190.735
Plano de Pensão	22.621	(23.689)	(1.068)	(34.487)	(35.555)
Valor justo de instrumento financeiro disponível para venda	(83)	-	(83)	7.131	7.048
Total	(123.275)	141.138	17.863	214.895	232.758
Atribuído a:					
Acionistas da Cosan	(123.275)	141.138	17.863	209.991	227.854
Acionistas não controladores	-	-	-	4.904	4.904

22 Compromissos**(a) Vendas**

A Raízen Energia é controladora de entidades que operam no negócio de açúcar, álcool e cogeração de energia. Os contratos de vendas são gerenciados de forma consolidada, associados ao negócio e não vinculado a uma entidade específica. Dessa forma, a própria Companhia em conjunto com suas entidades e a Cosan respondem pelo total de compromissos de vendas.

As vendas no mercado de commodity são substancialmente efetuadas ao preço da data da venda. Entretanto, a Companhia em conjunto com suas controladas e a Cosan possuem diversos acordos no mercado de açúcar e etanol, por meio dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras.

Os compromissos de venda de açúcar, em toneladas, em 31 de março de 2013 e 2012 são como segue:

	Consolidado	
	2013 (*)	2012(*)
2013	-	2.518.640
2014	2.947.595	1.714.101
2015	514.000	-
2016	514.000	-
Total	3.975.595	4.232.741

(*) Representam 100% do compromissos da Raízen Energia (controlada em conjunto consolidada proporcionalmente em 50%)

Notas Explicativas

Os compromissos de venda de etanol, em metros cúbicos, em 31 de março de 2013 e 2012 são como segue:

	<u>2013(*)</u>	<u>2012(*)</u>
2013	-	454.837
2014	808.850	145.871
2015	175.000	-
Total	983.850	600.708

(*) Representam 100% do compromissos da Raízen Energia (controlada em conjunto consolidada proporcionalmente em 50%)

Os compromissos de venda de energia elétrica e vapor, em MWh e tonelada, respectivamente, em 31 de março de 2013 e 2012 são como segue:

	<u>Energia elétrica</u>		<u>Vapor</u>	
	<u>2013(*)</u>	<u>2012(*)</u>	<u>2013(*)</u>	<u>2012(*)</u>
2013	-	1.978.555	-	170.000
2014	1.944.924	1.980.554	170.000	170.000
2015	1.677.904	1.993.054	-	-
2016	1.669.144	1.984.294	-	-
2017	1.669.144	1.984.294	-	-
A partir de 2017	13.243.863	15.250.163	-	-
Total	20.204.979	25.170.914	170.000	340.000

(*) Representam 100% do compromissos da Raízen Energia (controlada em conjunto consolidada proporcionalmente em 50%).

(b) Compras

A Raízen Energia e suas controladas possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros com a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras seguintes. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida foi calculada com base na estimativa da quantidade a ser moída por área. O montante a ser pago pela Companhia é determinado no final de cada safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA.

Os compromissos de compra por safra, em toneladas, em 31 de março de 2013 e 2012 são como segue:

	<u>2013(*)</u>	<u>2012(*)</u>
2013	-	24.746.804
2014	26.410.050	22.096.456
2015	24.205.206	19.623.954
2016	20.982.447	16.462.984
A partir de 2016	123.972.354	113.137.913
Total	195.570.057	196.068.111

(*) Representam 100% do compromissos da Raízen Energia (controlada em conjunto consolidada proporcionalmente em 50%).

A Raízen Energia e suas controladas possuem contratos para compra de equipamentos industriais destinados à manutenção e ampliação das usinas, bem como para atendimento ao projeto de cogeração de energia elétrica, no montante total de R\$ 386.566 (R\$ 80.076 em 31 de março de 2012).

A Raízen Combustíveis possui contratos de compra de combustíveis com terceiros, com a finalidade de garantir parte de suas comercializações futuras.

Notas Explicativas

Os compromissos de compra por safra de Etanol, Diesel, Gasolina, Querosene de Aviação e Biodiesel, em metros cúbicos, em 31 de março de 2013, são como segue:

	<u>2013(*)</u>
2014	7.815.953
2015	616.618
Total	<u>8.432.571</u>

(*) Representam 100% do compromissos da Raízen Combustíveis (controlada em conjunto consolidada proporcionalmente em 50%).

A Companhia possui também contratos de serviços de transporte ferroviário, rodoviário e via balsa, com a finalidade de transportar combustíveis entre as bases de abastecimento até os postos revendedores. O montante a ser pago pela Companhia é determinado de acordo com o preço acordado contratualmente.

Os compromissos de compra por safra, em metros cúbicos transportados, em 31 de março de 2013, são como segue:

	<u>2013</u>
2014	1.596.112
2015	1.532.112
Total	<u>3.128.224</u>

A Companhia, por meio de sua controlada Rumo, firmou compromisso de benfeitorias em malha ferroviária, visando à expansão do segmento de logística, a ser efetuado nos próximos anos conforme abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013	-	489.794
2014	206.760	44.000
2015	-	2.000
Total	<u>206.760</u>	<u>535.794</u>

(c) Contratos de arrendamento

Arrendatários

A Raízen Energia e suas controladas possuem contratos de arrendamento operacional de terras para plantação de cana-de-açúcar, os quais se encerram em até 20 anos.

Os pagamentos mínimos e variáveis referentes a essas obrigações, são calculados, basicamente, através do ATR divulgado pela CONSECANA, em março de 2013, e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definidos em contrato. As despesas relativas a esses contratos durante os exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012, são como segue:

	<u>2013(*)</u>	<u>2012(*)</u>
Parcela mínima	210.368	214.949
Parcela variável	298.641	280.930
Total	<u>509.009</u>	<u>495.879</u>

(*) Representam 100% do compromissos da Raízen Energia (controlada em conjunto consolidada proporcionalmente em 50%).

Notas Explicativas Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de março de 2013 são os seguintes:

	2013(*)	2012(*)
Dentro de um ano	560.629	553.815
Após um ano, mas até cinco anos	1.778.019	1.673.249
Mais de cinco anos	1.420.455	1.676.005
Total	3.759.103	3.903.069

(*) Representam 100% do compromissos da Raízen Energia (controlada em conjunto consolidada proporcionalmente em 50%).

Em 31 de março de 2013, a Companhia, por meio de sua controlada Rumo, possui os seguintes contratos de aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis são os seguintes:

	2013
2014	39.464
2015	52.173
2016	57.787
2017	62.811
Total	212.235

A Companhia, por meio de sua controlada COMGÁS, possui 10 contratos de aluguéis de imóveis, cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo em 2013 totalizaram R\$ 1.510.

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	2013	2012
Menos de um ano	2.888	1.860
Mais de um ano e até cinco anos	566	526
	3.454	2.386

Arrendador

A Radar possui contratos de arrendamento operacional de terras para plantação de cana-de-açúcar e outros grãos.

Os recebimentos mínimos referentes a essas obrigações, são calculados, basicamente, através do ATR e outras commodities, e os volumes de colheita por hectare definidos em contrato. As receitas relativas a esses contratos durante os exercícios findos em 31 de março de 2013, são como segue:

	2013
2013	48.380
2014	64.944
2015	65.057
2016	65.171
2017	65.171
Total	308.723

(d) Serviços Armazenagem**Notas Explicativas**

A controlada em conjunto Raízen Combustíveis possui contratos de serviços de armazenagens de combustíveis com terceiros, conforme objetivos de logística e estocagem dos combustíveis em determinadas regiões.

Os compromissos de armazenagens por safra, em metros cúbicos, em 31 de março 2013 são como segue:

	2013 (*)
2014	891.410
2015	430.600
2016	288.000
2017	232.000
Total	1.842.010

(*) Representam 100% do compromissos da Raízen Combustíveis (controlada em conjunto consolidada proporcionalmente em 50%).

(e) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Os compromissos para aquisição de intangível, no montante de R\$ 61.961 em 31 de março de 2013, são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção dos negócios da Companhia.

Os compromissos regulatórios, no montante de R\$ 529 em 31 de março de 2013 foram definidos na última revisão tarifária, em maio de 2009, como base no plano de investimento definido pelo regulador, e estão previstos para ocorrer até maio de 2014, final do ciclo tarifário atual.

23 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O lucro diluído por ação é calculado pelo ajuste médio de ações em circulação e reflexo da conversão de todas as opções potencialmente diluidoras.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valores por ação):

Básico

	2013	2012
Numerador		
Lucro líquido do exercício de operações em continuidade	499.307	2.541.586
Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas	138.918	64.248
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	405.030.314	405.205.015
Denominador para lucros básicos por ação	405.030.314	405.205.015
Lucro básico por ação ordinária de operações em continuidade	R\$ 1,233	R\$ 6,272
Prejuízo básico por ação ordinária de operações descontinuadas	R\$ 0,343	R\$ 0,159

Diluído**Notas Explicativas**

	2013	2012
Número		
Lucro líquido do exercício de operações em continuidade	499.307	2.541.586
Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas	138.918	64.248
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	405.030.314	405.205.015
Potencial incremento nas ações ordinárias	4.235.279	6.083.425
Denominador para lucros diluídos por ação	409.265.593	411.288.440
Lucro diluído por ação ordinária de operações em continuidade	R\$ 1,220	R\$ 6,180
Lucro diluído por ação ordinária de operações descontinuadas	R\$ 0,339	R\$ 0,156

24 Receita operacional bruta

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita bruta na vendas de produtos e serviços	-	1.341	32.140.077	24.966.534
Receita de construção	-	-	230.038	-
Impostos e deduções sobre vendas	-	(45)	(2.353.627)	(1.576.084)
Receita líquida	-	1.296	30.016.488	23.390.450

25 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado consolidado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012, conforme requerimento do IAS 1, está detalhado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Matéria-prima	-	(628)	(4.389.999)	(4.119.066)
Combustível para revenda	-	-	(20.031.999)	(15.060.815)
Despesas com pessoal	(102.867)	(49.582)	(1.180.807)	(548.189)
Despesas comerciais	(1.552)	(1.365)	(237.238)	(452.620)
Despesa com transporte e elevação	-	-	(754.368)	(401.339)
Depreciação e amortização	(1.301)	(1.897)	(1.544.087)	(1.141.064)
Outras despesas	(4.733)	(48.498)	(664.626)	(846.729)
	(110.453)	(101.970)	(28.803.124)	(22.569.822)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	(2.410)	(26.684.266)	(20.887.643)
Despesas com vendas	-	-	(1.292.312)	(1.052.311)
Gerais e administrativas	(110.453)	(99.560)	(826.546)	(629.868)
	(110.453)	(101.970)	(28.803.124)	(22.569.822)

26 Resultado financeiro**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros	(355.003)	(311.776)	(629.666)	(540.348)
Variação monetária	-	-	(39.216)	(10.961)
Despesas bancárias	(68.803)	(19.344)	(102.323)	(28.827)
	(423.806)	(331.120)	(771.205)	(580.136)
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros	28.532	26.218	109.188	48.347
Variação monetária	7.813	9.453	20.799	26.312
Rendimento de aplicações	24.604	35.212	132.554	127.322
Outras	-	-	204	371
	60.949	70.883	262.745	202.352
Variação cambial ⁽ⁱ⁾	(202.633)	(337.079)	(144.520)	(93.887)
	(202.633)	(337.079)	(144.520)	(93.887)
<u>Resultado dos derivativos</u> ⁽ⁱⁱ⁾				
Derivativos de mercadorias	-	-	3.391	18.472
Derivativos de taxa de câmbio e juros	(22.337)	79	(23.017)	(711)
Bônus de subscrição Radar	65.230	(22.141)	65.230	(22.141)
	(522.597)	(619.378)	(607.376)	(476.051)
Despesas financeiras	(648.776)	(690.340)	(938.742)	(696.875)
Receitas financeiras	126.179	70.962	331.366	220.824

(i) Inclui ganhos (perdas) cambiais sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira;

(ii) Inclui resultados realizados e não realizados com operações em mercados de futuros, opções, swaps e NDFs, além dos efeitos pelos instrumentos não designados e da parcela inefetiva da contabilidade de hedge.

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Efeito líquido das demandas judiciais	(36.696)	(70.661)	(49.281)	(80.835)
Resultado na venda de ativos não circulante	111.008	(48)	83.454	84.395
Receita na venda de sucatas e resíduos	-	-	4.348	2.827
Receitas de aluguéis e arrendamentos	125	800	81.105	57.197
Resultado de reavaliação das Propriedades para investimento	-	-	138.776	-
Receita de royalties e outras receitas	5.596	7.295	67.912	58.852
	80.033	(62.614)	326.314	122.436

28 Ativos disponíveis para venda e operações descontinuadas***Ativos disponíveis para venda***

Em 24 de setembro de 2010, a administração da controlada COMGÁS iniciou negociações para a venda do terreno e edificações na cidade de São Paulo, classificado no ativo circulante pelo valor justo de R\$ 85.426.

Operações descontinuadas**Notas Explicativas**

Em 24 de outubro de 2012, a Companhia firmou com a Camil Alimentos S.A. ("Camil") Aditamento ao Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado em 28 de maio de 2012, pelo qual foi acordada a alienação da totalidade das ações emitidas por sua controlada, Docelar Alimentos e Bebidas S.A., para a Camil, pelo preço total de R\$ 293.770. Deste total, R\$ 88.770 foram recebidos à vista e os R\$ 205.000 restantes serão divididos em até quatro parcelas anuais atualizadas pelo CDI. Com isso a Docelar não está apresentada nas informações financeiras da Companhia.

Conforme requerido no IFRS 5 – Ativos não correntes disponíveis para venda e operações descontinuadas, os resultados dessa controlada passaram a ser apresentados na rubrica “Operações Descontinuadas” nas demonstrações de resultado (controladora e consolidado) para os exercícios encerrados em 31 de março de 2013 e 2012.

O resultado do exercício da Docelar está apresentado na Nota 3 - Informação por segmento. Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades operacionais da Docelar no exercício corrente foi de R\$ 32.372.

29 Instrumentos financeiros**(a) Visão Geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

1. Risco de preço
2. Risco de taxa de câmbio
3. Risco de taxa de juros
4. Risco de crédito
5. Risco de liquidez

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, controladas e controladas em conjunto a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

(b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia acompanha e gerencia os riscos de mercado para os quais seus negócios estão expostos e possui comitês de riscos, quando aplicável, para discutir e determinar a estratégia de hedge de acordo com suas políticas e diretrizes.

As controladas em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis possuem políticas específicas de tesouraria e trading que define como deve ser feito seu gerenciamento de risco e para monitoramento das atividades e asseguarção do cumprimento das políticas, essas possuem comitês de riscos que se reúnem semanalmente para analisar o comportamento: (i) Raízen Energia - comportamento dos mercados de commodities (principalmente de açúcar), de câmbio e deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações de açúcar, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças dos preços e na taxa de câmbio, assim como monitorar os riscos de liquidez e de contraparte (crédito); (ii) Raízen Combustíveis - o comportamento de mercado de commodities e de câmbio e deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preço das exportações de JET (querosene de aviação), visando reduzir os efeitos adversos de mudanças na taxa de câmbio, assim como monitorar os riscos de liquidez e de contraparte (crédito); (iii) Comitê do etanol que se reúne mensalmente visando avaliação dos riscos ligados a comercialização do etanol e adequação aos limites definidos nas políticas de risco.

Notas Explicativas

A controlada COMGÁS mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo para o qual suas operações financeiras deverão seguir. Além disso, essa política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipulam quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita mediante a aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Esse conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

A Companhia, controladas e suas controladas em conjunto estão expostas a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade dos preços de açúcar e etanol e, (ii) a volatilidade da taxa de câmbio (iii) volatilidade na taxa de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013 e 2012, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção ou outras finalidades foram mensurados a valor de mercado (“*fair value*”) por meio de fatores observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos contados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo		Resultado ^(*)	Patrimônio líquido
	2013	2012	2013	2012		
Derivativos na Raízen						
Risco de Preço						
Derivativos de mercadorias						
Contratos Futuros	1.066.650	1.194.225	139.015	24.377	67.625	71.390
Contratos de Opções	(8.571)	8.954	99	782	(167)	-
			139.114	25.159	67.458	71.390
Risco de taxa de Câmbio						
Derivativo de taxa de câmbio						
Contratos Futuros	182.161	490.949	(652)	1.682	(652)	-
Contratos a termo	12.790	258.690	249	1.773	249	-
Trava de Câmbio	(315.715)	256.381	(3.490)	3.403	(3.498)	-
			(3.893)	6.858	(3.901)	-
Risco de taxa de Juros						
Derivativo de juros						
Hedge de juros	819.511	318.868	(5.403)	(1.495)	(5.403)	-
			(5.403)	(1.495)	(5.403)	-
Total Raízen			129.818	30.522	58.154	71.390
Consolidado Cosan 50% Raízen			64.909	15.261	29.077	35.695
Derivativos na COMGÁS						
Risco de taxa de Câmbio						
Derivativo de taxa de câmbio						
Contratos de Swap	537.000	-	134.901	-	134.901	-
			134.901	-	134.901	-
Derivativos na Companhia e Controladas						
Risco de taxa de Câmbio						
Derivativo de taxa de câmbio						
Contratos a termo	(252.635)	325.029	(11.194)	(5.282)	(11.194)	-
Contratos de Swap	-	-	115	-	115	-
			(11.079)	(5.282)	(11.079)	-
Risco de taxa de Juros						
Derivativo de taxa de juros						
Contratos de Swap	-	-	12.026	-	12.026	-
			12.026	-	12.026	-
Total instrumentos contratados pela Companhia - exceto Joint Ventures			135.848	(5.282)	135.848	-
Total Cosan (incluindo 50% Raízen quando aplicável)			200.757	9.979	164.925	35.695
Total do ativo			228.919	19.590		
Total do passivo			(28.163)	(9.611)		

(*) Valores de resultados apurados nos exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012, somente aos derivativos em aberto nessa data.

(c) Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia, principalmente, açúcar VHP (*sugar* NY#11) e açúcar refinado (London#5 ou *white sugar*). Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas da Companhia. Para mitigar esse risco, a Companhia monitora permanentemente o mercado, buscando antecipar-se a movimentos de preços. No quadro abaixo demonstramos as posições consolidadas dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de commodities:

					Risco de preço: derivativos de mercadorias em aberto em 2013		
Notas Explicativas					Nocional	Nocional	Valor Justo
Derivativos	Contratado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	(unidades)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Instrumentos contratados pela Raízen							
Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos designados no hedge accounting:							
Futuro	Vendido	NYBOT	Sugar#11	mai-13	288.151T	235.872	9.948
Futuro	Vendido	NYBOT	Sugar#11	jul-13	420.339T	389.275	58.964
Futuro	Vendido	NYBOT	Sugar#11	out-13	491.513T	460.292	64.231
Futuro	Vendido	NYBOT	Sugar#11	mar-14	24.995T	24.394	3.254
Futuro	Vendido	ICE	Sugar#5	mai-13	3.000T	3.021	(20)
Futuro	Vendido	ICE	Sugar#5	ago-13	4.300T	4.347	68
Sub-total de futuros de Açúcar Vendidos					1.232.298 T	1.117.201	136.445
Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos não designados no hedge accounting:							
Futuro	Comprado	NYBOT	Sugar#11	mai-13	(17.882T)	(15.078)	(1.058)
Futuro	Comprado	NYBOT	Sugar#11	jul-13	(9.246T)	(7.633)	(367)
Futuro	Comprado	NYBOT	Sugar#11	out-13	(1.930T)	(1.679)	(123)
Futuro	Comprado	NYBOT	Sugar#11	mar-14	(3.556T)	(3.114)	(106)
Sub-total de futuros de Açúcar Comprado					(32.614 T)	(27.504)	(1.654)
Call	Comprado	NYBOT	Sugar#11	jul-13	(10.160T)	(8.571)	99
Sub-total de opções Call de Açúcar Compradas					(10.160 T)	(8.571)	99
Sub-total de Açúcar					1.189.524T	1.081.126	134.890
Futuro	Vendido	BM&FBovespa	Etanol Hidratado	mar-13	28.380m³	33.710	(71)
Futuro	Vendido	Platts Chicago Ethanol Asian Swap	Etanol	mar-13	-	-	1.194
Futuro	Vendido	Platts Chicago Ethanol Asian Swap	Etanol	abr-13	-	-	98
Futuro	Vendido	Platts Chicago Ethanol Asian Swap	Etanol	mar-13	-	-	467
Futuro	Vendido	Platts Chicago Ethanol Asian Swap	Etanol	abr-13	-	-	(323)
Futuro	Vendido	BM&F Ethanol Euro Swap	Etanol	jun-13	-	-	(13)
Futuro	Vendido	BM&F Ethanol Euro Swap	Etanol	jul-13	-	-	(29)
Futuro	Vendido	BM&F Ethanol Euro Swap	Etanol	ago-13	-	-	(23)
Futuro	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	mai-13	-	-	(167)
Futuro	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	jun-13	-	-	(113)
Sub-total de futuros de Etanol Vendidos					28.380 m³	33.710	1.020
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Etanol Hidratado	mar-13	(28.380m³)	(34.838)	60
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Etanol Hidratado	jun-13	(9.000m³)	(10.277)	-
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Etanol Hidratado	jul-13	(6.300m³)	(7.120)	-
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Etanol Hidratado	ago-13	(3.990m³)	(4.522)	-
Futuro	Comprado	Platts Chicago Ethanol Asian Swap	Etanol	abr-13	-	-	9
Futuro	Comprado	Platts Chicago Ethanol Asian Swap	Etanol	ago-13	-	-	532
Futuro	Comprado	Platts Chicago Ethanol Asian Swap	Etanol	abr-13	-	-	(601)
Futuro	Comprado	Platts Chicago Ethanol Asian Swap	Etanol	jul-13	-	-	222
Futuro	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	out-13	-	-	35
Futuro	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	dez-13	-	-	66
Futuro	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	nov-13	-	-	55
Sub-total de futuros de Etanol Comprados					(47.670 m³)	(56.757)	378
Fixo Físico	Vendido		Etanol	abr-13	-	-	865
Fixo Físico	Vendido		Etanol	ago-13	-	-	531
Fixo Físico	Vendido		Etanol	jul-13	-	-	363
Fixo Físico	Vendido		Etanol	jun-13	-	-	188
Fixo Físico	Vendido		Etanol	mar-13	-	-	49
Fixo Físico	Vendido		Etanol	mai-13	-	-	267
Fixo Físico	Vendido		Etanol	nov-13	-	-	369
Fixo Físico	Vendido		Etanol	out-13	-	-	276
Fixo Físico	Vendido		Etanol	set-13	-	-	101
Fixo Físico	Vendido		Etanol	mar-13	-	-	(265)
Fixo Físico	Vendido		Etanol	mai-13	-	-	(1.213)
Fixo Físico	Vendido		Etanol	abr-13	-	-	1.052
Fixo Físico	Comprado		Etanol	ago-13	-	-	45
Fixo Físico	Comprado		Etanol	jun-13	-	-	376
Fixo Físico	Comprado		Etanol	nov-13	-	-	51
Fixo Físico	Comprado		Etanol	abr-13	-	-	(54)
Fixo Físico	Comprado		Etanol	mar-13	-	-	(33)
Fixo Físico	Comprado		Etanol	mai-13	-	-	(80)
Fixo Físico	Comprado		Etanol	nov-13	-	-	(29)
Fixo Físico	Comprado		Etanol	out-13	-	-	(33)
Sub-total de Fixo Físico de Etanol					-	-	2.826
Sub-total de Etanol					(19.290m³)	(23.047)	4.224
31 de março de 2013						1.058.079	139.114
31 de março de 2012						1.203.179	25.159

Notas Explicativas

(d) Risco de taxa de câmbio

Na Companhia e Raízen Energia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio contratadas pela Companhia, para a receita de exportações, importações, fluxos de dívida e outros ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia utiliza operações de derivativos para gerenciar os riscos de fluxo de caixa advindos das receitas com exportação denominadas em dólares norte-americanos, líquido dos demais fluxos de caixa também denominados em moeda estrangeira.

Na COMGÁS, a política de tesouraria determina a cobertura cambial do principal e dos juros até o vencimento final da operação de empréstimo, para pelo menos 75% do valor total bruto (valor nominal), sendo o instrumento de proteção (*hedge*) somente *swaps* e *forwards*. No quadro abaixo demonstramos as posições consolidadas em aberto em 31 de março de 2013 dos derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Risco de taxa de câmbio: derivativos de câmbio em aberto em 2013

Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$)	Nocional (R\$ mil)	Valor Justo (R\$ mil)
Instrumentos contratados pela Raízen							
Futuro	Vendido	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	abr-13	452.500	896.879	(3.282)
Futuro	Vendido	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	mai-13	150.750	304.643	(1.545)
Futuro	Vendido	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	jul-13	265.000	532.405	(2.847)
Sub-total de Futuros Vendidos					868.250	1.733.927	(7.674)
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	abr-13	(297.750)	(590.424)	1.701
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	abr-13	(154.750)	(308.934)	1.581
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	mai-13	(2.500)	(5.056)	23
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	jul-13	(13.000)	(26.228)	140
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	out-13	(13.000)	(26.611)	143
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	jan-14	(13.000)	(27.040)	148
Futuro	Comprado	BM&FBovespa	Dólar Comerc.	jul-14	(265.000)	(567.473)	3.286
Sub-total de Futuros Comprados					(759.000)	(1.551.766)	7.022
Termo	Vendido	OTC/Cetip	NDF	jul-13	(100.000)	(201.060)	(3.574)
Termo	Comprado	OTC/Cetip	NDF	jul-14	100.000	213.850	3.823
Sub-total de Termos					-	12.790	249
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	ago-13	(50.000)	(101.340)	143
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	set-13	(100.000)	(202.550)	(3.465)
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	abr-13	1.088	2.191	(47)
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	abr-13	428	862	8
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	mai-13	(212)	(427)	-
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	mai-13	368	741	(9)
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	jun-13	(212)	(427)	-
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	jul-13	(3.318)	(6.681)	(99)
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	jul-13	(212)	(427)	(1)
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	ago-13	(212)	(428)	(1)
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	set-13	(212)	(428)	(1)
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	out-13	(213)	(428)	(1)
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	out-13	(2.952)	(5.945)	(16)
Trava de Câmbio	Vendido	OTC	Trava de Câmbio	nov-13	(213)	(428)	(1)
Sub-total de Trava de Câmbio					(155.872)	(315.715)	(3.490)
Total de câmbio em aberto em 2013						(120.764)	(3.893)
Total de câmbio em aberto em 2012						1.006.020	6.858

Risco de taxa de câmbio: derivativos de câmbio em aberto em 2013

Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Nocional (US\$)	Nocional (R\$ mil)	Valor Justo (R\$ mil)
Instrumentos contratados pela COMGÁS						
Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos designados no <i>hedge accounting</i> :						
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	84.000	169.927	25.379
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	40.000	80.395	12.630
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	71.000	143.785	24.814
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	72.000	145.870	27.821
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	19.000	37.327	4.378
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	31.000	62.931	12.834
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	45.000	90.621	18.507
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	50.000	100.690	12.701
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	75.000	151.035	(3.477)
Swap/fix cx	Comprado	OTC/Cetip	Cross curr Swap	50.000	100.690	(686)

Sub-total de Swap Comprados

537.000

1.083.271

134.901

Total de câmbio em aberto em 2013**1.083.271****134.901****Notas Explicativas**

Total de câmbio em aberto em 2012

-

-

Risco de taxa de câmbio: derivativos de câmbio em aberto em 2013							
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US\$)	Nocional (R\$ mil)	Valor Justo (R\$ mil)
Instrumentos contratados pela Companhia - exceto Joint Ventures							
Composição dos saldos dos instrumentos financeiros derivativos não designados no hedge accounting:							
Termo	Comprado	OTC	NDF	mai-13	6.188	12.739	(192)
Termo	Comprado	OTC	NDF	mai-13	4.197	7.696	809
Termo	Comprado	OTC	NDF	ago-13	6.188	12.997	(296)
Termo	Comprado	OTC	NDF	ago-13	4.197	7.859	738
Termo	Comprado	OTC	NDF	nov-13	6.188	13.256	(358)
Termo	Comprado	OTC	NDF	nov-13	4.197	8.032	684
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-14	6.188	13.521	(423)
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-14	4.197	8.190	646
Termo	Comprado	OTC	NDF	mai-14	6.188	13.743	(446)
Termo	Comprado	OTC	NDF	mai-14	4.197	8.340	617
Termo	Comprado	OTC	NDF	ago-14	6.188	14.002	(458)
Termo	Comprado	OTC	NDF	ago-14	4.197	8.507	599
Termo	Comprado	OTC	NDF	nov-14	6.188	14.261	(473)
Termo	Comprado	OTC	NDF	nov-14	4.197	8.666	587
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	6.188	14.497	(468)
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	4.197	8.813	586
Termo	Comprado	OTC	NDF	mai-15	6.188	14.726	(473)
Termo	Comprado	OTC	NDF	mai-15	4.197	8.942	590
Termo	Comprado	OTC	NDF	ago-15	6.188	15.003	(517)
Termo	Comprado	OTC	NDF	ago-15	4.197	9.089	580
Termo	Comprado	OTC	NDF	nov-15	6.188	15.254	(538)
Termo	Comprado	OTC	NDF	nov-15	4.197	9.232	575
Termo	Vendido	OTC	NDF	jun-13	-	302.070	(4.102)
Termo	Vendido	OTC	NDF	jul-13	-	704.830	(9.461)
Sub-total de Termo					114.235	1.254.265	(11.194)
Swap	N/A	OTC	Swap	mai-13	-	(433.122)	(6.413)
Swap	N/A	OTC	Swap	mai-13	-	(285.158)	38
Swap	N/A	OTC	Swap	abr-13	-	285.158	2
Swap	N/A	OTC	Swap	abr-13	-	433.122	6.488
Sub-total de Swap					-	-	115
Total de câmbio em aberto em 2013						1.254.265	(11.079)
Total de câmbio em aberto em 2012						325.029	5.282

Em 31 de março de 2013 e 2012, a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em dólares norte-americano:

	2013		2012	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Caixa e equivalentes de caixa	145.969	72.485	24.426	13.406
Caixa restrito	41.246	20.482	45.976	25.232
Contas a receber de clientes	105.940	52.607	164.681	90.380
Partes relacionadas (Shell)	-	-	436.362	239.483
Empréstimos e financiamentos	(5.067.702)	(2.516.487)	(2.730.076)	(1.498.314)
Exposição cambial, líquida	(4.774.547)	(2.370.913)	(2.058.631)	(1.129.813)

(e) Efeitos do Hedge Accounting

A controlada em conjunto Raízen Energia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de açúcar VHP, documentando: (i) o relacionamento do hedge, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em fazer o hedge, (iii) a identificação do instrumento financeiro, (iv) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do hedge. A Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos de *Sugar#11* (NYBOT ou OTC) os quais foram designados para cobertura do risco de preço na venda de açúcar e *Non-*

Deliverable Forward (NDF) para a cobertura de risco de câmbio, conforme demonstrado nos tópicos (b) e (c) desta nota explicativa.

Notas Explicativas

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item protegido pelo hedge) afete o resultado. Em 31 de março de 2013, os impactos contabilizados no patrimônio líquido e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Derivativo	Mercado	Risco	Exercício de realização		
			2012/13	2013/14	Total
Futuro	OTC / NYBOT	#11	-	75.471	75.471
			-	75.471	75.471
(-) IR/CS diferidos			-	(25.661)	(25.661)
Efeito no patrimônio líquido da Companhia 2013			-	49.810	49.810
Efeito no patrimônio líquido da Companhia 2012					14.114

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o período:

Hedge de Fluxo de caixa

31 de março de 2012	14.114
Ganhos e perdas ocorridas no período:	
Contratos de futuros e <i>swap</i> de commodities	188.398
Contratos de <i>forward</i> (NDF) de câmbio	2.700
Ajustes de reclassificação de perdas/ganhos incluídas no resultado do exercício (receita de vendas/resultado financeiro)	(137.014)
Efeito total no Ajuste de avaliação patrimonial resultante de <i>hedge</i> de fluxo de caixa (antes do IR/CS diferidos)	54.085
Efeito de IR/CS diferidos no Ajuste de avaliação patrimonial	(18.389)
Efeito líquido de impostos do período	35.696
31 de março de 2013	49.810

(f) Risco de taxa de juros

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de LIBOR, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos. Em julho de 2012, a Companhia realizou um *swap* intercompany, entre a Raízen Energia e a Raízen Combustíveis, no qual a Raízen Energia recebe taxa fixa em dólares e paga 100% do CDI.

Risco de preço: derivativos de juros em aberto em 31 março de 2013						
Derivativos	Ativo / Passivo	Mercado	Vencimento	Nocional (US\$)	Nocional (R\$ mil)	Valor Justo (R\$ mil)
Swap de Juros	Libor 3M / pré	OTC	dez-15	231.000	466.274	(367)
Swap de Juros	Libor 3M / pré	OTC	jan-16	175.000	353.238	(5.036)
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	ago-13	16.717	33.665	(1.097)
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	fev-14	16.994	34.223	(883)
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	abr-14	92.949	187.181	(4.550)
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	mai-14	89.578	180.392	(4.219)
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	jun-14	88.932	179.090	(4.016)
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	jul-14	88.193	177.602	(3.808)
Sub-total de Swap de juros ativos				799.363	1.611.665	(23.976)
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	ago-13	(16.717)	(33.665)	1.097
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	fev-14	(16.994)	(34.223)	883
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	abr-14	(92.949)	(187.181)	4.550
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	mai-14	(89.578)	(180.392)	4.219
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	jun-14	(88.932)	(179.090)	4.016
Swap de Juros Intercia	Dólar fixo / CDI	BM&FBovespa	jul-14	(88.193)	(177.603)	3.808
Sub-total de Swap de juros passivos				(393.363)	(792.154)	18.573
Total em 31 de março 2013				406.000	819.511	(5.403)
Total em 31 de março 2012				175.000	318.868	(1.495)

Notas Explicativas**Risco de preço: derivativos de juros em aberto em 31 março de 2013**

Derivativos	Ativo / Passivo	Mercado	Vencimento	Nocional (US\$)	Nocional (R\$ mil)	Valor Justo (R\$ mil)
Swap de Juros	Pré / Libor	OTC	mai-13	175.000	352.415	7.173
Swap de Juros	Pré / Libor	OTC	mai-13	368.500	742.085	(1.845)
Sub-total de Swap de juros ativos				543.500	1.094.500	5.328
Swap de Juros Intercia	Libor / Pré	OTC	mai-13	(175.000)	(352.415)	(3.231)
Swap de Juros Intercia	Libor / Pré	OTC	mai-13	(368.000)	(742.085)	9.929
Sub-total de Swap de juros passivos				(543.500)	(1.094.500)	6.698
Total em 31 de março 2013				-	-	12.026

(g) Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são feitas para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificados, como *trading companies*, companhias de distribuição de combustíveis e grandes redes de supermercados. Já na controlada COMGÁS corrobora-se que não há concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, portanto este risco é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos.

A Companhia opera derivativos de mercadorias nos mercados futuros e de opções das bolsas de mercadorias de Nova Iorque – NYBOT e de Londres – LIFFE, assim como no mercado de balcão com contrapartes selecionadas. A Companhia suas controladas e controladas em conjunto operam derivativos de taxa de câmbio e de *commodities* na BM&FBovespa e em contratos de balcão registrados na CETIP com os bancos Deutsche Bank S.A – Banco Alemão, Banco J.P.Morgan S/A e Banco Santander S.A. O derivativo de *swap* de juros, que protege a variação da Libor, foi contratado com o banco Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. e os derivativos intercompany, entre a Raízen Energia e Raízen Combustíveis, foram registrados na BM&FBovespa com o intermédio de corretora.

- (i) Margens em garantia** – As operações de derivativos em bolsas de mercadorias (NYBOT, LIFFE e BM&FBovespa) requerem margem inicial em garantia. As corretoras com as quais a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto operam oferecem limites de crédito para estas margens. Em 31 de Março de 2013, o total de margem inicial requerido pela NYBOT é R\$ 34.775 (R\$ 62.247 em 31 de março de 2012). Para operar na BM&FBovespa, a Companhia suas controladas e controladas em conjunto possuíam, em 31 de março de 2013, R\$ 71.962 mediante a Certificados de Depósitos Bancários de bancos de primeira linha (R\$ 76.436 em 31 de março de 2012 por meio de Carta de Fiança e Cotas de Fundo de Investimento).

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários em instituições financeiras nacionais e estrangeiras são determinados por instrumentos de rating amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

Depósitos bancários	295.676
Aplicações financeiras	2.402.908
AAA	1.435.439
AA	153.420
A	129.527
BBB	<u>684.522</u>

31 de março de 2013**2.698.584****Notas Explicativas****(h) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia suas controladas e controladas em conjunto encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos classificados por data de vencimento de acordo com seu contrato para a data de 31 de março de 2013.

	2013				2012
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamento	2.153.572	1.315.825	4.054.825	4.159.805	13.864.027
Instrumentos financeiros					
derivativos	28.163	-	-	-	28.163
Fornecedores	1.387.651	-	-	-	1.387.651
Refis	246.049	64.178	189.615	716.517	1.216.359
Total	<u>3.815.435</u>	<u>1.380.003</u>	<u>4.244.440</u>	<u>4.876.322</u>	<u>16.496.200</u>
					<u>9.368.213</u>

Contratos de garantia financeira são apresentados pelos valores máximos e são usados para assegurar o pagamento das dívidas de suas controladas. Não há expectativa de perda decorrente desses contratos.

(i) Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

O valor de mercado das Sênior Notes com vencimento em 2014, 2017, 2018 e 2023 descritos na Nota 17, é de 109,87%, 114,05%, 103,28% e 101,37%, respectivamente, de seu valor de face em 31 de março de 2013.

O valor de mercado dos Bônus Perpétuos, descritos na Nota 17, é de 109,28% de seu valor de face em 31 de março de 2013.

Quanto aos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na Nota 17.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Notas Explicativas

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros, contratos cambiais a termo e contratos de *commodities* a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da *commodity* objeto.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado e que não seja baseado em dados observáveis no mercado.

Ativos e passivos mensurados ao valor justo	Nível 1	Nível 2	Total
31 de março de 2013			
Ativos financeiros derivativos	74.563	154.357	228.920
Passivos financeiros derivativos	(5.332)	(22.831)	(28.163)
Títulos e valores mobiliários	-	39.046	39.046
Total	69.231	170.572	239.803
31 de março de 2012			
<i>Warrants</i> Radar	-	140.820	140.820
Ativos financeiros derivativos	17.002	2.588	19.590
Passivos financeiros derivativos	(8.863)	(748)	(9.611)
Total	8.139	142.660	150.799

(j) Análise de sensibilidade

Segue abaixo análise de sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com os tipos de risco considerados relevantes pela Companhia:

Premissas para a análise de sensibilidade

A Companhia adotou para a análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, apresentado abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. O cenário provável foi definido a partir das curvas de mercado futuro de açúcar e de dólar em 31 de março de 2013, a mesma que determina o saldo do valor justo dos derivativos nessa data. Os cenários possíveis e remotos foram definidos como sendo de impactos adversos de 25% e 50% sobre as curvas de preço de açúcar e dólar, que foram considerados como base para o cenário provável.

Notas Explicativas*Quadro de sensibilidade*

Abaixo está apresentado o quadro de sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto nos cenários provável, em versão consolidada:

		Impactos no resultado ⁽ⁱ⁾		
	Fator de risco	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Risco de preço				
Derivativos de mercadorias				
Contratos futuros:				
Compromissos de venda	Alta do preço do açúcar	68.223	(122.594)	(245.189)
Compromissos de compra	Baixa do preço do açúcar	(827)	(3.231)	(6.462)
Compromissos de compra	Queda do preço do Heating Oil	-	-	-
Compromissos de venda	Alta do preço do Etanol Hidratado	(35)	(4.452)	(8.904)
Compromissos de compra	Baixa do preço do Etanol Hidratado	30	(7.897)	(15.795)
Compromissos de venda	Alta do preço do Etanol Hidratado	3.405	16.301	17.986
Contratos de opções:				
Calls Compradas	Baixa do preço do açúcar	50	(50)	(50)
Risco de taxa de câmbio				
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos futuros:				
Compromissos de venda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(87.444)	(369.285)	(639.974)
Compromissos de compra	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	4.181	(197.979)	(236.933)
Contratos a termo:				
Compromissos de venda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(1.787)	(25.142)	(50.285)
Compromissos de compra	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	1.912	(24.713)	(49.427)
Trava de Câmbio:				
Compromissos de venda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(1.661)	(37.323)	(74.646)
Compromissos de venda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(84)	(472)	(1.005)
Risco de taxa de juros				
Derivativos de juros				
Contratos swap	Queda na curva da Libor	(2.876)	(23.075)	(29.386)
Total impacto		(16.913)	(799.912)	(1.340.070)

- i A exposição a flutuações cambiais da controlada COMGÁS é absorvida pelo ativo (passivo), que são repassados aos clientes periodicamente por meio de revisões tarifárias.

Com base nos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de março de 2013, a Companhia realizou simulações com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações, como segue:

Simulações das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
Cenários						
	2013	Provável	25%	50%	-25%	-50%
31 de março de 2013	2.0138	2.0138	2.5173	3.0207	1.5104	1.0069

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

	2013					
	Saldos	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Bonds e Debêntures	3.651.634	3.651.634	912.909	1.825.817	(912.909)	(1.825.817)
Empréstimos e financiamentos	1.604.834	1.604.834	401.209	802.417	(401.209)	(802.417)
Contas a receber moeda estrangeira	105.940	105.940	26.485	52.970	(26.485)	(52.970)

A Companhia realizou simulações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50%, cujos resultados estão apresentados a seguir:

Operação	2013					
	Saldos	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	2.197.503	2.197.503	37.114	74.286	(37.149)	(74.334)
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	6.562.260	6.562.260	143.267	189.412	(143.239)	(189.302)

Notas Explicativas

As categorias dos instrumentos financeiros, estão assim apresentadas:

	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos disponíveis para venda	Derivativos usados para hedge	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	2.487.860	2.487.860
Contas a receber de clientes	-	-	-	1.764.945	1.764.945
Instrumentos financeiros derivativos	94.018	-	134.901	-	228.919
Títulos e valores mobiliários	-	39.046	-	66.810	105.856
Depósitos judiciais	-	-	-	544.895	544.895
Outros ativos financeiros	-	-	-	686.436	686.436
	94.018	39.046	134.901	5.550.946	5.818.911

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	11.612.638	11.612.638
Instrumentos financeiros derivativos	28.163	-	28.163
Fornecedores	-	1.387.651	1.387.651
Dividendos a pagar	-	177.481	177.481
	28.163	13.177.770	13.205.933

(k) Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

Índices de alavancagem financeira, que envolvem a geração de caixa (EBITDA), endividamento de curto prazo e endividamento total.

30 Plano de suplementação de aposentadoria

	2013	2012
Futura	78.405	34.725
Futura II	2.795	2.587
COMGÁS	294.859	-
Total	376.059	37.312

a) Fundo de Pensão**Benefício definido**

A controlada Cosan Lubrificantes e Especialidade (“CLE”) patrocina a Futura – Entidade de Previdência Complementar (“Futura”), antiga Previd Exxon - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para prever o seu saldamento, aprovado pela autoridade competente em 5 de maio de 2011. Basicamente, o saldamento é o processo de fechamento do plano para novas adesões, com interrupção das contribuições, garantindo aos participantes um benefício proporcional ao seu direito acumulado no plano até 31 de março de 2011.

Notas Explicativas***Contribuição definida***

A partir de 1º de junho de 2011, a Companhia e suas controladas passaram a patrocinar o Plano de Aposentadoria Futura, administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Complementar (“Futura II”), extensivo a todos os seus funcionários. A Companhia e suas controladas não possuem obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit. Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, os valores de contribuições das patrocinadoras para o plano totalizaram R\$5.239. No exercício findo em 31 de março de 2013, o passivo atuarial relativo à Futura II registrou uma perda atuarial de R\$ 54.

A partir de 1º de junho de 2011, a Raízen passou a patrocinar o Plano de Benefícios Raiz, administrado pela Raiz Prev - Entidade de Previdência Privada, extensivo a todos os funcionários das empresas patrocinadoras. As controladas em conjunto não possuem obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit. Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, as contribuições das patrocinadoras para o plano totalizaram R\$ 11.026.

A controlada COMGÁS oferece plano de suplementação de aposentadoria, concedida por meio de um plano de contribuição definida, mediante um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, os valores de contribuições das patrocinadoras para o plano totalizaram R\$ 11.361.

b) Passivo atuarial**i) Futura**

O passivo atuarial relativo à Futura Entidade de Previdência Complementar está demonstrado no passivo não circulante em 31 de março de 2013 no montante de R\$78.405 (R\$34.725 em 31 de março de 2012).

Conciliação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano, com os ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial:

	2013	2012
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(362.715)	(383.823)
Juros sobre obrigação atuarial	(34.208)	(38.345)
Custo do serviço corrente	-	(455)
Benefícios pagos	24.883	27.845
Liquidação / saldamento	5.412	54.779
Perda atuarial sobre a obrigação no início do exercício	(36.222)	(22.716)
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	(402.850)	(362.715)
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	327.990	359.443
Retorno esperado dos investimentos	36.281	39.000
Contribuições recebidas pelo fundo	5.239	3.282
Benefícios pagos	(24.883)	(27.846)
Efeito de migração do plano – liquidação	(4.634)	(32.226)
Perda no valor justo de ativos	(15.548)	(13.663)
Valor justo dos ativos do plano do fim do exercício	324.445	327.990
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos –	(78.405)	(34.725)

passivo atuarial**Notas Explicativas**

Despesa total reconhecida no resultado:

Despesa reconhecida no resultado do exercício	2013	2012
Custo do serviço corrente	-	(455)
Juros sobre obrigação	(34.208)	(38.345)
Retorno esperado dos ativos do plano	36.281	39.000
Liquidação antecipada do plano	778	-
	2.851	200

Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes:

	2013	2012
Montante acumulado em 1º de abril	(1.389)	22.621
Perdas atuariais imediatamente reconhecidos	(51.770)	(36.379)
Imposto de renda diferido	17.602	12.369
Montante acumulado em 31 de março	(35.557)	(1.389)

Os ativos do plano incluem:

	2013		2012	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda fixa	232.108	71,54%	245.993	75%
Renda variável	92.337	28,46%	81.997	25%
Total	324.445	100%	327.990	100%

Os ativos do plano são representados por ativos financeiros com preços cotados em mercado ativo e, portanto, são consideradas como Nível 1 na hierarquia de avaliação de valor justo. A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	2013	2012
Plano de benefício definido		
Método de avaliação atuarial	Unidade de crédito projetado	Unidade de crédito projetado
Tábua de mortalidade	AT 83 segregada por sexo, desagravada em 10%	AT 83 segregada por sexo, desagravada em 10%
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros: 10,09% ao ano	Juros: 9,68% ao ano
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros: 11,30% ao ano	Juros: 11,30% ao ano
Taxa de crescimento salarial	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de aumento de benefícios estimados	0,00% ao ano + inflação: 5,5% ao ano	0,00% ao ano + inflação: 4,20% ao ano

A Companhia espera que contribuições de R\$ 6.488 serão pagas para o seu plano de benefício para o próximo exercício.

ii) COMGÁS

Notas Explicativas

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 600.

A COMGÁS mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

Conforme laudo atuarial, foram utilizadas as seguintes premissas:

	2013
Taxa de desconto	9,46
Taxa de inflação	5,5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	9,46
Aumentos salariais futuros	8,66
Aumentos de planos de pensão futuros	5,5
Morbidade (aging factor)	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-1984
Rotatividade	0,3/(tempo de serviço + 1)

O plano de Benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) no encerramento do exercício de 2013, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	2013
Valor das obrigações atuariais	301.514
Valor justo dos ativos do plano	(6.654)
Passivo atuarial líquido	<u>294.860</u>

A movimentação do passivo atuarial no exercício findo em 31 de março de 2013 está demonstrada a seguir:

	2013
Combinação de negócio COMGÁS	288.593
Despesa no exercício	16.924
Contribuições do empregador	(11.361)
Perda atuarial reconhecida em outros resultados abrangentes	703
Passivo atuarial líquido	<u>294.859</u>

31 Pagamento baseado em ações

Em 29 de julho de 2011, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foram aprovadas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações por parte de executivos e empregados da Companhia, autorizando a emissão de até 5% das ações do seu capital social. O plano de opção de compra de ações foi elaborado para obter e reter os serviços prestados por executivos e empregados de alto nível, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia.

Em 18 de agosto de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de ações, no montante de até 12.000.000 ações ordinárias a serem emitidas ou adquiridas pela

Notas Explicativas

Companhia, referentes a 2,41% do capital social da época, conforme definido na AGOE. Nessa mesma data, os executivos elegíveis foram informados dos principais termos e condições do acordo de remuneração com base em ações.

O valor de mercado das ações dos últimos 30 pregões na data de outorga era de R\$22,80 (vinte e dois reais e oitenta centavos) por ação, sem qualquer desconto. O valor justo das opções concedidas foi estimado na data do exercício utilizando o modelo de simulação binomial, tendo em vista os termos e condições sob as quais as opções foram concedidas.

As opções de compra de ações podem ser divididas em duas *tranches*, sendo os prazos e regras de exercício definidos no parágrafo abaixo.

Tranche A - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 20% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia dentro de um período de cinco anos. O período de exercício termina em 19 de agosto de 2016.

Tranche B - A segunda tranche segue o mesmo racional da primeira, com diferença do número de lotes, que se divide em dez lotes de um décimo das ações ofertadas em cada período. A cada ano um lote é liberado para que o beneficiário possa exercer sua opção e o último lote fica disponível em 19 de agosto de 2021.

As opções poderão ser exercidas com a emissão de novas ações ordinárias ou ações em tesouraria que a Companhia possa ter.

O valor justo do plano de remuneração em ações foi estimado adotando-se o modelo binomial, com as seguintes premissas:

	Opções concedidas em 18 de agosto de 2011	Opções concedidas em 18 de agosto de 2011
	<i>Tranche A</i>	<i>Tranche B</i>
Valor de mercado das ações na data da outorga – R\$	22,8	22,8
Expectativa de exercício (em anos)	1 a 5	1 a 10
Taxa de juros	12,39%	12,39%
Volatilidade	31,44%	30,32%
Valor justo médio ponderado na data de concessão – R\$	6,80	8,15

Expectativa de exercício – O prazo esperado pela Companhia para o exercício das opções foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções após o período de carência.

Volatilidade esperada – A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia após a formação da Raízen.

Dividendos esperados – Os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da concessão, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado, em relação ao valor contábil das ações.

Taxa de juros isenta de risco – A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na BM&FBOVESPA na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções concedidas.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013, R\$13.295 haviam sido reconhecidos como despesa referente ao plano de opções. A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restante em 31 de março de 2013 era de dois anos. A despesa a ser reconhecida nos próximos anos totalizava R\$ 22.936 em 31 de março de 2013.

Em 19 de agosto de 2011, 9.825.000 opções relacionadas ao referido plano foram outorgadas, e até 31 de março de 2013, 723.000 opções foram exercidas.

A movimentação do plano no exercício foi:

	Quantidade total de opções	Preço de exercício médio ponderado
Em aberto em 31 de março de 2012	9.825.000	22,80
Exercício das opções	(723.000)	(23,18)
Em aberto em 31 de março de 2013	9.102.000	23,74

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cosan S.A. Indústria e Comércio

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cosan S.A. Indústria e Comércio (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Cosan S.A. Indústria e Comércio e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosan S.A. Indústria e Comércio em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosan S.A. Indústria e Comércio e suas controladas em 31 de março de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cosan S.A. Indústria e Comércio, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota 2.2.17, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 5 de junho de 2013, que não conteve qualquer modificação. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Campinas , 5 de junho de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Valdir Augusto de Assunção

Contador CRC 1SP135319/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Os membros do Comitê de Auditoria da Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 13 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de março de 2013, e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e após análise da proposta de destinação do resultado referente ao mesmo período e da proposta de orçamento de capital, opinam, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos retro mencionados, nos termos do artigo 133, V da Lei nº 6.404/76, e do artigo 9º, § 1º, III da ICVM 481/09, pelo Conselho de Administração da Companhia, com o posterior encaminhamento e análise destes pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

SÃO PAULO, 27 DE MAIO DE 2013.

JOÃO RICARDO DUCATTI
Coordenador do Comitê de Auditoria

MAÍLSON FERREIRA DA NÓBREGA
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido em 5 de junho de 2013 pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CRC 2SP000160/O-5 "F".